

Camara dos deputados

Acto da sessão secreta de 11 de Junho
de 1917

Presidente. Sr. Sr. Antonio Caetano Maçieira Jr

Secretarios os Sr.
Balthazar de Almeida Teixeira e
Alfredo Soares

As 14 horas e 20 minutos o Sr. Presidente
declarou aberta a sessão estando presentes
89 deputados.

Nas bancadas Ministeriaes o Sr. Presidente
do Ministerio Ministros de finanças, interior,
guerra, estrangeiros, fomento, Marinha, industria
e trabalho, colônias, entrando depois o Sr. Justiça
Responderam a 1ª chamada os Sr. deputados:

Helio Macedo
Helio Furtado
Alvaro Costa
Alberto Nunes Pinto
Alberto Xavier
Albino Pimento de Aguiar
Albino Vieira de Rocha
Hesquidez Varenhella e Sr.
Alfredo Ladeira
Alfredo Soares
Luiz Vaz
Luiz Luis Teodoro
Antonio Fernandes Rego
Antonio Tavares Ferreira
Antonio Pereira Victorino
Antonio Maçieira Jr.
Antonio Sines de Varenhella

António Portuense de Vasconcelos
 António Godinho do Amaral
 António Dias
 António de Agudo Britas
 António Maria da Silva
 António Mantas
 António Aires Fernandes
 António Portugal
 Amândo Dehda
 Artur Lopes Cardoso
 Artur Costa
 Artur Leitão
 Augusto Vieira
 Augusto Soares
 Augusto Nogueira
 Baltazar Teixeira
 Cacinio de Sá
 Constantino de Almeida
 Eutórdio de Paiva
 Domingos Cruz
 Domingos de Sampaio Mello
 Eduardo Lima Basto
 Eduardo de Sousa
 Ezequiel Naveas
 Francisco de Carvalho
 Francisco Cruz
 Francisco Fernandes Costa
 Francisco José Pereira
 Francisco José da Branda
 Francisco Ramos de Costa
 Francisco Sousa Dias
 Francisco Travenço
 Gostão Correia Mendes
 Gaudêncio de Campos
 Guilherme Gostinho
 Henrique de Vasconcelos
 Hermano de Medeiros
 Jayme Leites de Paes
 João Banerem
 João de Barros

Handwritten signature or mark, possibly 'Luz'

- João de Melo Barreto
- João Cataulho de Vences
- João Crisostomo Antunes
- João Lucena
- João Goncalves
- João Laurício
- João Damas
- João Tamaguiini Barbosa
- João Vaz Guedes
- Jorge Nunes
- José do Costa Jr
- José Simões Raposo
- José Ferreira de Silva
- José Barbosa
- José de Abreu
- José Maria Gomes
- José Barbosa de Magalhães
- José Nunes Lourenço
- José Porton de Matos
- José Prazeres da Costa
- Luiz Mesquita de Carvalho
- Luiz Brito Guimarães
- Luiz Desroet
- Manuel Brito Camacho
- Manuel Furtado de Costa
- Manuel Martins Cardoso
- Mariano Martins
- Pedro Norões Rora
- Pedro da Pereira
- Tomaz Rora
- Vares Varenneiros
- Victor Hugo Coutinho
- Sytraram de Vante a Terra (r)
- Os deputados:
- Amílcar Ramada Curto
- António Paiva Gomes
- António Silva de Carvalho
- Artur de Almeida Ribeiro
- Emílio de Vences
- Jayme Cortezão

José Alfredo Magalhães
 Sérgio Tavora
 João Pereira Santos
 Benigno Almeida Lucas
 Levy Marques da Costa
 António Joaquim Ferreira A. Ferreira
 António Malvo do Valle
 José Berra de Carvalho
 Alexandre Braga
 António Maria Marques da Costa
 Francisco da Costa Cabral
 Germano Lopes Martins
 João de Deus Ramos
 Amândo Marques Guedes
 António Maria Pereira Jr
 João Baptista da Silva
 Abrahão de Carvalho
 Julio Martins
 António de Almeida Garrett
 Urbano Rodrigues
 Francisco do Amaral Reis (Pedralva)
 Pedro Feres Chaves
 Adriano Gomes Ferreira Pimenta

Ao abrir-se a sessão o Sr. Presidente declara
 que "a Assembleia vai constituir-se
 em sessão secreta, por assunção expressa
 da ordem do dia", e em virtude da resolução
 tomada em sessão de 6 de julho de 1917.

Seu requisa o Sr. presidente disse: que conde-
 ra como dada por todos os Sr. ministros e
 deputados a palavra de honra de guarda
 com sigilo a respeito de tudo quanto se
 passar nesta sessão; que o quorum é
 o inicial para as discussões; que não
 há antes a ordem; que os assuntos
 serão versados pela ordem porque
 foram enunciados na carta que
 deu origem a convocação; que

a assembleia não faz votações, delibera apenas sobre incidentes relativos à ordem dos trabalhos; que as moções que forem mandadas para a mesa serão votadas em sessão pública e não devem fazer referência aos assumptos versados de sorte a denunciar-los; que a acta tem de ser aprovada nesta mesma assembleia e por isso pedir ao orador, que mandarem para a mesa o extracto dos seus discursos; que a sessão durará, salvo deliberação em contrário, quatro horas; que estava em discussão o primeiro ponto da Carta que deu origem à sessão secreta.

O Sr. José Barbosa pergunta ao Sr. presidente em que acta do regimento se funda, porque não comprehende que se tomem deliberações em sessão publica sem a sua previa justificação.

O Sr. Germano Martins entende que, desde que as deliberações tem de ser tomadas publicas, devem ser tomadas em sessão publica. Entrou em seguida em discussão o assumpto da Carta em vae transumpta: ^o Sr. Presidente do Conselho dos Deputados: Com fundamento no n.º 4.º do art.º 40 do Regimento requeremos uma sessão secreta para sulla intenoparvus o governo: 1.º sobre a nossa intervenção na guerra europea, tanto sobre o ponto de vista dos emigrantes a enviar e a manter no campo de batalha, como sob o ponto de vista de aquisição de material de toda a especie indispensavel a tropas em operações. 2.º sobre as nossas expedições militares à Africa e convenções que tenho havido para se realisar ali, contra os alemães, uma vez em p.º 3.º sobre as vantagens a proporcionar a Portugal, em hypothese de uma paz em victoria para os aliados, que usam vantagens respeitantes a territorios, que usam vantagens de natureza politica, economica ou financeira; 4.º sobre os contractos de

cedencia, a qualquer pessoa, ou entidades, de par-
te do navio requisitado por virtude do decreto
de 23 de fevereiro de 1916 e applicação do respectivo
no producto; 5º sobre o meio de que dispõe
o governo para custear os despejos da guerra
e o quanto até hoje eles representam.
6º e quanto montam os creditos usados
pelo governo portuguez da conta que lhe
foi aberta pelo governo inglez nos termos
do ajuste feito em Londres, em 1916
Nora em primeiro lugar da palavra o Sr. Brito
Camacho que disse:

As aquisições feitas por certos deputados, nos termos do
regimento, a maioria aquiesceu foute e juremptamente. O facto
 prova que a maioria de achou conveniente a compra de certos
por este modo e mesmo em o futuro, para de outros
no caso requisitado não se faria.
esta parte do objecto aquiesceu em o desejo de maioria prova
que a maioria foute congnente, porque não se portaria como
pouco inflexível e substituiu-se de banca, porém já se pro-
bata foute em caso congnente, mas a maioria não se pro-
pelo respeito que a de maioria segue a Constituição.
Seguindo a sequência dos casos achados, recordo-me que o governo
já se lembrou, pois foi o caso de costumes que o mi-
nisterio de guerra, até se foi para o caso, em tanto de que
lá se foute. Então em certos publicos e o facto de que
o país, e o facto para o país, e o facto de que
muito em o facto para os de outros, em que outros em
guerra.
Quando um governo ou um ministerio se occupa de a de outros
casos para os de outros, por exemplo de Parlamento, quando
em o caso, em que se o facto de Parlamento
em o facto de outros, o governo tem o facto de outros
tudo, e por este facto se o facto de outros, e o facto de
em caso de outros, porém foute em Parlamento, em
a maioria ou os outros se honra por outros
e se foute em o facto de outros, e o facto de outros
por em outros?
na imprensa nacional e estrangeira muitos casos se tem re-
clamado exclusivamente a respeito de nome publico inflexível.
o facto de outros que o facto de outros, e o facto de outros, em tan-
to, e o facto de outros, e o facto de outros, e o facto de outros
governo de outros, porém se de outros que em outros, e o facto de
em o facto de outros. Não se foute se foute em outros, e o facto de
para depois de outros de outros, e o facto de outros, e o facto de
deve se e outros, e o facto de outros, e o facto de outros
governo de outros, e o facto de outros, e o facto de outros
depois de outros, e o facto de outros, e o facto de outros
facto, porque este facto de outros em outros, e o facto de
pouco para - de outros de outros.

Handwritten signature or mark on the right side of the paper insert.

portuguezos haviam combatido, e o ministro portuguez, em tempo
por alheios, e de horta continuou a fazer-se para Africa
e que estavam estadas. Por um memo se se referem
a expedicao commandada por Marmora de Mattos, e
na se organizam para se ir para a Damascocandia
de expedicoes a Africa, organizadas em ausencia de paz
por objectos bem diferentes, e para sempre occupar

dos pela presumpcao do envio de tropas a Damascocandia
do isto e necessario esclarecer-se, porque d'agora decaem
representabilidade porcos, que e necessario attribuir com jus-
ta, e efectiva um rigor.

Da-se e a esse respeito em guerra sempre, e dire o em
institua de guerra que, preparando-o, o governo tem a
vista as novas possibilidades militares, economicas e finan-
carias. Quanto as novas possibilidades militares, e' bem vi-
visivel esta hancas e aldos, o soldado certo o hancas mi-
litarmente, devidamente armado, equipado e nutrido.

Completamos a mais da dependencia o resto nacional, que
na colheita, por nos estarem, e se por milagre se ad-
tira que podemos lutar nos a Terra, podemos lutar nos a
Africa, e mais guardamos aqui, para depois de Portugal
a neutralidade de Republica, para o futuro.

Formos um bigo financeiromente independente, economicamente
pobre, e a guerra e' em unificacao de dinheiro. Com mais elle
vimos avarias as nossas chances de mais valor, e preparem-
e volute nos disponerem o ilito de tempo, e em qual anno
conside a marcha a guerra.

Deba-se li parte de cada a guerra!
de se guerra nos prepararmos, de cada parte - por um
nosso nos prepararmos em paz para a guerra, com nos podemos
entender em paz - o primeiro, em paz - segundo para os
lucros pacificos, e terceiro, de cada parte de cada parte a guerra
nada.

Pudo se parte de cada - nos a guerra, e e' necessario que tudo se
diga, no para avarias hancas, no por negociacao offical
de restitucioes, nos para se se recorre offical de cada parte
partes, e para se se a guerra se se e' permitido, e a guerra se
se.

Deba-se as avarias hancas de cada, para se os para
se a guerra se avarias.

Da avarias de cada parte de cada a militarmente de
alguns juncos?

Pudo avarias hancas
Fazer, e preparar de cada de cada, em rigoroso in-
genuito, e se avarias de cada parte de cada parte de cada parte,
e por avarias de cada parte de cada parte de cada parte de cada parte
nos para se a guerra.

Porque - de cada parte de cada parte de cada parte de cada parte?

To to Brito Camacho upon

de o Sr. Presidente do Ministério Affonso Costa
 que diz:

Nota que o Sr. Lameche fez longas considerações sobre
 generalidades, especie de raras d'ordem escotistica,
 abstrahendo mesmo, embora ligeiramente, assumtos que
 pertencem a outros pontos de requerimentos da opposição,
 que constitue materia do orden do dia.

Por ser metódico, de se responder ás considerações
 que se referem aos pontos em questáo e ás generalidades,
 deixando as outras para o seu momento proprio.

Na sua raras d'ordem explicou o Sr. Lameche a seu
 modo os motivos porque elle e os seus amigos não
 aceitaram a reunião conjuncta d'este camara e do Se-
 nado nesta sessão secreta, esculpando-se especialmen-
 te no exemplo de França.

E sem fundamentos e argumentos: as leis são absoluti-
 mente diversas.

Tambem o precedente, citando caso, de o Congresso se ter
 reunido já em reunião conjuncta, sem reclamação
 de ninguém. E seria melhor tudo fazer n'uma
 sessão unica. E' mesmo de lastimar que assim não
 fosse. Senadores e deputados são por igual os represen-
 tantes do pais, e todos reunidos, daria uma mais nitida
 impressão de que estão realmente reunidos a represen-
 tar o nacional.

Uns não vale a pena discutir: reza um apreciador
 de materia constitucional absolutamente fora do
 camaração. Como o Senado tem tambem uma sessão
 secreta marcada para este fim proprio, de se fazer
 lá iram repetir as explicações que aqui deram em outras
 sessões que elles sejam pedidas.

Exigiu apenas o obreiro que era constitucional a reu-
 nião conjuncta.

Na sua applicação de generalidades
 tambem o Sr. Lameche foi a tere um tanto curioso

de lhe afrodor mais e menos maior interesse a sessão
 secreta de que a sessão publica pois, no seu dizer, estão
 do ali, sem a concorrência dos galleses, os representantes do
 nacion, e que estão verdadeiramente o pais.

Não aceita a doutrina.

A sessão secreta é um situação necessaria mas é um
 situação imperfeita e excepcional. A sessão publica

de silêncio algumas vezes vantagens tem tirado para o Estado.
Ninguém tinha pois que estranhar ou tirar conclusões
da falta de certos officios.

O meio constitucional de esclarecer situações taes es-
ta na intervençã parlamentar: e sempre fôrmente
se responderia com entendese njeito mesmo a rãta
d'uma rãta.

Passa agora ao problema da nossa
comparticipaçã na guerra.

Entende o Sr. B. Machado que a declaraçã de 7 d'agosto
de 1914 não nos obriga a entrar na guerra, pois elle regis-
ta as nossas relações amigáveis com todos os potências, e
inimicos presentes, por insistir em que a guerra está
em estado de guerra sem termos ido para França.

Não poderia ser se antes não fosse a vontade manifesta
de paz que claramente se manifestou no sentido de
inimicos para a guerra, tomando a parte ao lado do nosso
aliado, contra o inimigo comum.

Alude ao memorandum de outubro de 1914 em que a
Inglaterra nos convidou a entrar na guerra. Fala da
declaraçã de B. Machado, que foi mostrada aos honra-
dos representantes politicos.

B. Machado (interrompe), eu conheço a declaraçã
mas também a conheço o ministro de B. Machado!
O orador - aceita tão extraordinária informação com
de guerra sem. Não conhece o facto, que alguma expli-
caçã deve ter.

Nota que é impossível tal discussã: estamos em frente
d'um facto que se não e caso de guerra de milhaes
de portugueses nos campos de batalha.

Sobre os desastres de Naulila e de Kuanga,
deixar que é perfeitamente legitimo que se peçam esclareci-
mentos e se conheça, sem reservas, com os factos se
deram e os expedicães foram organizados, mas para
se julgar de guerra os praticos e não d'ente guerra, que se
nada representatividade tem.

O governo de Berlim não chegou a receber o relatório
oficial: este só chegou quando já no poder o governo da
Itália, que se se prevencion com perseguçã e com
violências electoras. O bem estar de paz não prevencion.
Em quanto um viésse o relatório não se podia julgar de
de natureza de desastre pois repugna acreditar que elle
fosse tão grave com o relatório as notícias do jornal
estrangeiros.

As outras tropas tem com totalidade contra o plebiscito que se
sauda-se em nosso território e até do inglês.

Não se afie a que se publique o relatório Borel das com
e por conhecimentos da situação e não para plebiscito.

Alide ao celebre telegrama contém a falsa declaração
de neutralidade, contém o qual se usasse energicamente
Leite de Reis (intencionado) No momento em que se
se declarou a beligerância europa-se por os meios de
guerra e fortalezas a declaração de que eram neutras.

O orador manifesta-se indignadamente contra tal
acto que classifica de traição. Ninguém com ele tem
com totalidade com mais energia em orientação de neu-
tralidade. Repelle qualquer solidariedade com esse acto
anti-patriótico, reprovando e incitando.

Se for necessário fazer-se a acção, diga o julgamento
d'essa acção, contém todos com o apoio d'ele e dos seus
complices.

Fernando Reis - É preciso liquidar já esse cretino!
Alfred Magalhães: são esse os homens que foram buscar
a ninguém por sobre a República!

O orador: ainda tem que este movimento de lealdade
e patriotismo é unanime e intenso. D'este ressoar
algum caso pode resultar para o prestigio da República!

Da explicação sobre a forma com se organizam as expe-
dições por a África, não quer se bem influir a obra
de paz e intensificação que até outros fazem
em organização de um exercito por França.

Em que houve deficiências? Em homens? Em mun-
ições? Em subsistência? Os ministros de guerra e
os Colonias responderão a seu tempo.

Fale dos expressos feitos por japon o exercito após de
hormo e evidentemente se acceita o exercito de
Inglaterra de 10 de outubro de 1914.

Lembra que B. Camacho quer as expedições a África e
até pretende que em ali e só ali, que não nos deviam
depende, evitando a ida por a França.

Não há que renovar a discussão sobre se devia
nun ou não ir para guerra. É um caso resolvido e já
realizado. O que há a discutir é a até que ponto pode e
deve ir o nosso auxilio - a extensão do nosso esforço.

Sua resposta a comunicação do Sr. Brito Camacho e Min-
 istro da Guerra, Norton de Matos, diz a seguinte:
 "Quanto ao facto do Sr. Vaccagnini não ter ido à fonte com
 os deputados que faziam parte da sessão da sua presiden-
 cia - que lhe custava que com união e justiça - for-
 te português por a julgar maliciada com um telegrama ao
 Sr. Juvenal Vaccagnini em que o grande batalhão francês do
 Exército Inglês em França tinha dado a concessão lícita
 fosse uma visita.

O telegrama do Sr. J. Vaccagnini não foi bem interpretado.
 Ninguém, que não faça parte da força em campanha, po-
 de estar na zona ocupada pelo Exército Inglês em França
 sem autorização de Comandante superior ou inferior. Sua autorização
 tem de se solicitar pelo general comandante do Corpo
 de Exército Português, e a sua satisfação cautela do serviço de
 ordem conduta para os membros da sessão, que lhes vierem
 entregar a sua chegada a Aliados.

Conceda-se que a comunicação feita pelo Sr. J. Vaccagnini ao
 novo adido militar em Paris podia ter sido feita de outra
 forma; mas nada se sabe neste caso de malícia, de desparcialidade
 e muito menos de humilhação ao Sr. Juvenal Vaccagnini. Para
 foi que o Sr. Juvenal Vaccagnini ou o Sr. Adido Militar em
 explicação os laços, não os apresentaram como eles real-
 mente eram.

O novo Corpo de Exército está organizado no grupo de Paci-
 ficos ingleses em França; não ocupa nenhuma administração milita-
 rmente uma zona como a França ou a Inglaterra; não diri-
 ja a alguns países: - o seu campo alentejano à Bélgica, à
 Rússia e à América do Norte.

Quanto às expedições a Argélia, como o Sr. Brito Camacho
 declarou que o Sr. Dr. Vasconcelos e Sr. Teixeira de
 Sousa tinham estado de perto, descurava-se já das condições

ra os esclarecimentos e informações que lhe foram fornecidas por
 depois d'esse deputado falto. Deixar, porém, informar desde
 já que lhe não custava que em Argélia se retirava
 declaração a nossa neutralidade, depois de reaberto o
 actual guerra. É certo que ao chegar a Argélia se voltou de volta
 a Argélia ao de se encontrarem com licença grande e guerra
 reaberto, lhe foi mostrado no dia de sua chegada (6 de
 setembro de 1914) pelo encarregado de guerra em telegrama
 com seguinte expedido pelo Ministério da Colónia, logo

[Handwritten signature]

após a declaração de guerra: "mas se desejar estabelecer a neutralidade em algum processo militar - a"
 "sua este telegrama logo a prolegue confusão? É"
 "possível. Ele minimiza, que estão em presença geral d'Europa,
 "metem-o em sua parêntese, e não dem d'ele cuidadosamente
 "a ninguém."

O facto de Comandante de Cragos não ter conhecido
 "mente de incidente de algum em Navilila,
 "foi com certeza devido a distancia, a falta de deficiên-
 "cia de comunicação."

O curso de defesa nacional foi com muitos braços re-
 "tos sobre muitos pontos que se prendiam directamente em
 "a guerra, dig com a nome preparacão e intervenções militares
 "que estuda. Nunca encuntem si em carreira opor, ni
 "a nome participacão na guerra. Logo antes de se, e' certo,
 "de parte d'algum ou sem membros, devida, relativamente
 "a nome possibilidades militares, ni este ou ni aquelle
 "ponto. Mas esse devida foi imediatamente desviada,
 "pelo facto, pelo realisacão."

Quanto as possibilidades, financeiras e economicas, jalon
 "o 2.º Presidente de Ministros: - ele os recursos de guerra
 "estã intimamente e fortemente conectados de que o nome
 "esforço militar, tal como o descrevem no reser. e Comum de D.,
 "de 6 de corrente, estã por completo dentro d'uma possibilidade, e em
 "tentavelm de nome possibilidades militares. Não quer dizer que
 "isto que esse esforço, não represente trabalho aturado a favor,
 "refinanciam, de, financeis de toda a ordem, mas não sabe
 "que poucos esforços humanos, methodicamente planeados e profi-
 "cues, se possa fazer sem este doloroso acompanhamento, e
 "principalmente quando se trata a favor de uma guerra
 "com a actual."

— " —

Um relatório a respeito de 15. Vagos de Focmestros e li-
 "mitos da guerra disse o seguinte:

O contingente de 4000 homens, "provisoriamente, foi, durante
 "a guerra, ter de parte exclusivamente para França represente
 "um numero de despesas a seguir: - de modo algum se
 "presente a devesem dos effectivos do Corpo d'Exercito Par-
 "ticular e alguns tem sido fincadas as baixas que
 "se devesem por doentes, ferimentos, privacões, desaparecões,
 "ou mortes. Se houve poucas baixas de um lado as
 "despesas a seguir teve que ao mesmo tempo se evidencia
 "tornante inferior a 4000 homens: - 10 1/2 annos de guerra"

o que for necessario e para franchos e lucros lucidos e conservar sempre no mesmo fe e efector do C. L. P. Os corpos são mandados sempre por unidades completas, hata hias em companhia, de officios, porque em i e mais convenientes sob o ponto de vista militar. Quanto a opinioes do illustre deputado sobre o facto de não se cumprir o decreto ultimamente publicado sobre recrutamento de officios miliciaes e de bases civis, que devem ser officios miliciaes, em situacoes de combates, são estudas o assunto, fazi compariçoes rigorosamente e exactas, e se não ha hontem ~~o~~ ^{as} sancioes que se creem existir pedira contra seus termos e seus proficuos.

Handwritten signature and scribbles in the right margin of the top page.

Perguntas que o Excmo. Sr. Vasco de Vasconcellos ao sr. Ethelmir da Gama: a que se refere a resposta acima: 1ª

Decreto mensal, nos termos da convencao, de 4 mil homens e systematico ou segundo as necessidades? 2ª

Essas tropas são como unidades constituidas? 3ª

Sim. Tem a honra e o ethelmirto fazer aquelles individuos que não cumpriam o decreto sobre officios miliciaes?

Sim. *requisit* ao Sr. Ministro da Guerra *uma palavra* o Sr. *Ministro* *de* *Estado* *que*

A resposta é historica disse-se. Assim a considero pela *inopetia* de *dos* *dominios*, posto que hoje não haja aquelas *historicas* *galerias* as que *de* *um* *resem* convocadas para a vaia e para o *simult* e, acima de tudo, para a coacção com que os ultimos governos pretendem abafar a voz e o protesto da opposicao, entregando-lhes a tarefa de exaltarem o patriotismo governamental e negarem o da opposicao. Pômo deveras valer hoje habilidades e effeito de scenario, se fuzeramos que deputados da opposicao fossem os superiores a umas e a outras. Falamos com franqueza. O mysterio da nossa intervencao na guerra europea e a

Handwritten signature and scribbles in the right margin of the bottom page.

superiores formas de a efectivarmos, mantendo-se o País na
 ignorância da marcha das negociações e na mais absoluta
 ignorância dos seus destinos, provocou a mais pavorosa
 das confusões que a História nacional regista e foi a uni-
 ca fonte de odios que não mais se extinguirão dentro da actu-
 al geração, complicando talvez irremediavelmente o problema
 político do regime que um grupo d'homens - que também a
 História julgará - pretendeu resolver em seu exclusivo privi-
 legio e de sua facção política. N'aqui, e só d'aqui, parece ter
 resultado o lançar-se, sem norte, sem senso, sem precauções,
 - sem exercito e sem recursos, até pólvora e pequenas pólvoras
 na gigantesca fogueira da guerra europeia, aproveitan-
 do a geral apatia da Nação, explorando a falha de soli-
 diedade individual e a ausência d'uma consciência colec-
 tiva, todos os ferros egoísmos, a frusta sentimentalidade
 d'uma minoria, apenas superficialmente culta, para a qual
 certas palavras são perigosos excitantes, em fim todas as carac-
 terísticas negativas d'uma raça que tanto também altas vir-
 tudes tem, entre elas, n'este momento, a coragem de saber
 morrer, e, por isso, tem ao menos agora o direito de saber
 se vive morrer somente em nome da Civilização, da li-
 berdade e do direito dos outros e não em nome da sua
 própria Civilização, da sua própria liberdade e do seu pró-
 prio direito - tudo isto expresso em solennes e concor-
 das garantias do seu futuro entre as Nações.

Em verdade até agora o país tem o direito de su-
 pôr que só intervenção na guerra, e n'ela se vai ativamente
 se sacrificar, não direi para lucro dos que nas guerras
 prosperam, porque seria dizer pouco - e isso é de todos
 os tempos -; mas para garantia d'uma casta política
 que, jingindo todos os portugueses a um monstruoso
 e duradouro sofrimento, os privou do direito de pensar
 e de toda a liberdade de acção política, dando-lhe assim
 a firmar o seu predomínio no Poder.

Eis porque parece que fomos para a guerra, para ou-
 de, de resto, o curso normal dos acontecimentos nos
 levaria, sem as tempestuosas paixões dos dias passa-

dos e dos que vão correndo, mas sem a odiosa supre-
 macia a que aspiravam os homens que um pouco
 é acaso fez detentores do Poder, e que encolheu a
 sua fraqueza política, a sua audacia e a sua incoerên-
 cia na vaidade, nas bandeiras aliadas, d'elas fazendo
 um escudo contra a animadversão da maioria do
 país. — Entrar na guerra, na altura devida,
 devidamente preparados, colhidos os melhores ensinamen-
 tos d'uma experiência de longos meses, estabelecida na con-
 ciência nacional a irrefutável necessidade de não inter-
 virmos por honra dos tratados, fatalidade dos aconteci-
 mentos, ou suprema garantia da nossa existência, co-
 mo Povo independente — seria a intervenção indolente,
 dolorosa sim, mas resignada, sem que a victo-
 ria por ser do país deixasse de ser do regimen
 e sem que o desastre, ou a decepção final, deixasse
 de ser nacional ainda quando apparentemente ser do
 regimen. Nota a opinião que, por enquanto, te-
 nho, bem como todos os meus amigos políticos, acer-
 ca da nossa participação na guerra e que eu de-
 sejo que fique bem expressa, d'ela eliminando quan-
 to me vale no coração de duro e implacavel — que
 não seja o despreso contra a raivosa multa de in-
 multas do nosso patriotismo —; mas querendo dei-
 xar bem firme a declaração de que nunca fomos
 contrarios a que o país honrasse os seus compro-
 missos com a secular aliada, entendidos e inter-
 pretados no sentido da maior amplitude de au-
 xilio, afirmando tambem n'esta hora que não pre-
 tendemos keimar n'um ponto de vista que perdeu a
 oportunidade, depois da afrontosa declaração de guerra
 da Alemanha a Portugal, ponto de vista que
 nunca deixou de ser honrado vivente porque sobre
 o que o tiveram foi mandada atirada lamma ás
 mãos cheias. Mas agora temos o direito de
 saber se antes da declaração de guerra da Alle-
 manha a Portugal houve, não o furioso desejo

5º b, em todo o caso, tal cedência fez-se mediante a audiência previa do Conselho Superior de Defesa Nacional, como convém, para inteira salvaguarda das necessidades da defesa do território patrio? Hão as perguntas que por enquanto, formule acerca das negociações com a nossa aliada.

Escreva da França: Declarou o Sr. M. da Guerra a sessão de dia 6 do corrente que havia entre nós e este país uma convenção militar. Depois saber:
 1º Quando foi iniciada essa convenção?
 2º Se o Sr. M. da Guerra ia com o propósito de a respeito de a respeito d'ela se pronunciar, por que a não submeteu à apreciação do Congresso, única entidade com o exclusivo e intransmissível direito de a tomar definitiva?

Parece haver, por parte do governo, o propósito de colocar sempre o país perante factos irreversíveis, abusando dum Parlamento que supoz não possuir a alta e nobre comprahensão dos seus direitos nem o selo das suas intangíveis prerogativas. Neste procedimento, tal como o Sr. M. da Guerra, o referiu à Camara, ha abalo do intoleravel despreso pelo Poder legislativo, uma flagrante e imperdoavel inconstitucionalidade. A União Republicana, e quer erer que toda a Camara, por grandes que sejam as vantagens derivadas d'essa louvação, não pode dar a sua confiança a um homem ou a um governo que ofendem a Constituição no nº 15 do artº 26, abrindo a porta a mais monstruosos precedentes na vida d'uma nação livre, como seja jungir com tratados secretos, definitivamente fechados o ~~se~~ em comoção de execução, a obrigações desconhecidas, absurdo de autocracia, hoje já impossível em qualquer país da Europa. Convenção com a Inglaterra? = Qualquer governo sem grandes escrúpulos constitucionaes, basta-lhe um advogado com recursos de sollicitador esperto, para fugir ás responsabilidades constitucionaes pela jurella dos genericos

de oferecer o nosso esforço aos aliados - porque
 vir consta de documentos irrefutáveis tais como
 a carta do Sr Affonso Costa ao pobre e defendido
 Presidente Arias; consta das atrevidas e abusi-
 vas "démarches" do Sr João Chagas e confusões
 de repetidas, inconvenientes e até contraditórias
 declarações, a todo o mundo e a varia imprensa,
 por parte do então presidente do governo Bernar-
 dino Machado - mas sim^o homem ou^o tra traba-
 dos e convenções como expressão jurídica que de-
 finiam as nossas obrigações e assegurem os nossos
 direitos e ^{compromissos} obrigações.

O Sr pai tem ouvido dizer que em
 1914, poucos dias depois de estalar o conflito eu-
 ropaeu houve uma convenção militar com o go-
 verno inglês, seu do presidente de ministros o
 Sr Bernardino Machado e ministro da guerra o
 Sr General Pereira D. R. Pereira, pois, saber:
 1º Que cláusulas contém essa Convenção?

2º Porque é que tendo regressado ao país, alguns dias
 antes do Congresso se abrir - em 23 de Novembro para fim
 que exclusivamente respeitavam a guerra - a missão mi-
 litar que sobre a presidência do Sr Major Luvis Fer-
 nar a Inglaterra fôra tratar da referida Convenção,
 se não deu conhecimento ao Parlamento das ne-
 gociações e dos seus resultados?

3º Chegou a executar-se ou iniciou-se a execução da
 Convenção? E sendo assim como se fez isto sem
 a sanção parlamentar, ao menos seu termo
 secreto?

4º Mas se esta Convenção se não executar, ha ou-
 tra com a Inglaterra? De que natureza e quaes as
 suas cláusulas?

5º O material por diversas vezes cedido a Inglate-
 ra - antes e depois da declaração de guerra da Al-
 lemanha - foi-o por virtude desta Convenção, ou
 d'outro e em que condições?

→
 F. J. de
 Oliveira
 ou Sr
 António

da Camara, não pode ter validade enquanto se não cumprir o disposto no numero quinze do artigo vinte e seis da Constituição Política da Republica Portuguesa.

Continuando as minhas interrogações, e estando informado de que ao Corpo Expedicionario que, de Portugal, seguiu para França devidamente armado e municiado, outro armamento e, portanto, outras munições lhe foram distribuidas em França, creio que licito é perguntar se o armamento e municiamiento portuguez já foi, ou está sendo, devolvido a Portugal? Caso negativo, desejo saber porque não são dadas ordens n'esse sentido a fim de se poder aproveitar esse material de guerra nas expedições a Africa, que d'elle tanto carecem, e nos contingentes de defesa do Pais, que d'elle igualmente estão necessitados?

Senhor Presidente: Passarei agora a referir-me aos serviços sanitarios do Corpo Expedicionario Portuguez. Pelas informações que possuo e que, o mais minuciosamente possível, vou transmittir a Camara, a organização de tais serviços merece asperas censuras e exige urgentes providencias e apuros de responsabilidades. A narração d'um caso, que conheço, basta para a Camara de tudo ficar inteirada: quero referir-me ao que se passou em França, com o alferes de Infantaria Sr. Alexandre de Carvalhos, dos primeiros republicanos a receber o baptismo de fogo em França e que seguiu na expedição como voluntario e que hoje está hospitalizado no quarto numero um do Hospital da Estrela gravemente doente com uma paraplegia devida a uma myelite de natureza syphilitica, doença adquirida pela permanencia nas trincheiras e por manchas forçadas debaixo de chuva torrencial na quadra invernosa. Este official, ouvido por mim na presença dos Ilustres Deputados Srs. Drs. Vasconcelos e Sá e Francisco Cruz e a proposito de quem já tinha tambem ouvido referencias da parte do Sr. Director da Faculdade de Medicina de Lisboa Dr. Francisco gentil n'uma conversa tida comigo e com os Ilustres Deputados Srs. Pereira Bastos e Thomaz Rosa - atacado pela doença que o obrigou a recolher a metropole, foi primeiramente examinado por varios medicos e em varios postos ou ambulancias da frente de batalha, onde cousa alguma se lhe pôde fazer por falta de thermocautens, de seringas para injeccões hypodermicas, de algalias, enfim, de tudo quanto seria natural encontrar-se n'esses postos de socorros ou n'essas ambulancias por onde transitou. Observado mais tarde por uma junta medica, foi esta de opinião que com urgencia devia ser evacuado para Portugal, pois perigava a sua vida permanecendo em França. Durante oito dias aguardou a confirmação de tal deliberação medica e, apoz elles, foi conduzido para uma vila ou cidade franceza a retaguarda, onde ficou n'um hotel com dois pseudo-enfermeiros, dois soldados de Infantaria que tambem haviam sido julgados incapazes por tuberculosos!! O seu captivo

n'esse hotel durou quarenta e oito dias (!) e, se não fossem os cuidados e carinhos e as continuas reclamações do distinto medico militar portuguez Sr. Dr. Mac-Bride Fernandes, ainda hoje por lá se encontraria!... O referido medico, com os miseros recursos de que dispunha, conseguiu entreter a doença por forma a não se agravar muito e fez tudo quanto possível para se cumprir a deliberação da Junta. Infelizmente, n'estas ultimas diligencias, todos os seus esforços resultaram inuteis porque ninguém se importou com o seu doente nem com mais de cem praças que por doenças varias e graves tambem tinham tido baixa e aguardavam o regresso a Portugal. O alferes Carvalho desesperado então com o que se estava passando e vendo que lhe ia faltando o dinheiro, pois a sua custa teve de pagar a sua estadia, e a dos dois enfermeiros tuberculosos, no Hotel, decidiu-se, apoz o quarenta e oito dias de hospedagem, a meter-se n'uma viatura de praça e ir ao proximo quartel general da base mostrar-se a quem nunca d'elle procurára colher directamente qualquer informe. Conhecedor d'estas intencões, o Sr. Mac-Bride apressou-se a avisar o referido quartel general e só'então o pessoal superior d'este, que é' um dos muitos que figuram nas multiphas bases que ha em França, e' que visitou o doente e tomou providencias solicitando a organização d'um comboio para conducção dos doentes. Este comboio, cuja composição muito differiu da dos inglezes e francezes onde se aproveitam para tal efeito as carruagens de luxo, foi constituido com wagons e carruagens de 3ª classe, e n'elle regressaram a Brest o alferes Carvalho, os seus dois enfermeiros tuberculosos e os restantes soldados e graduados que longo tempo esperaram pela sua repatriação sem que, desde a data em que foram julgados incapazes de serviço militar, alguém lhes fornecesse os artigos de vestuario de que, naturalmente, iam necessitando para seu uso enquanto em França e durante a viagem para Portugal. Foi demorada a viagem até Brest por virtude de não ser directa; e, de Brest para Lisboa, durou elle cinco ou seis dias a bordo d'um transporte sem acomodações apropriadas para doentes, nem meosmo para sãos, sem ser devidamente comboiado, e sem dispôr d'um medico ou do pessoal de enfermagem que seria natural possuir, visto conduzir doentes, alguns dos quaes em gravissimo estado. Uma vez em Lisboa, o alferes Carvalho requiu n'um automovel, a sua custa, para o Hospital de Estrela onde está sendo tratado, onde viu que, um ou dois dias depois da sua entrada, foram mandados para suas terras as praças doentes que com elle viajaram sem que quaesquer socorros ou providencias fossem tomadas para com esses desgraçados, e onde se encontra no quarto numero um para confirmar, perante quem quer que seja, tudo quanto acabo de

expôr.

o Sr Domingos Cruz (interrompendo). Tudo quanto V. Ex.^a acaba de narrar, foi-me igualmente comunicado pelo Sr alferes Cavalho e mais me foi dito que lhe roubaram as malas, pois até hoje não sabe dellas!...

o Sr Ministro de guerra (Norton de Matos) É' possível que haja exagero na informação reproduzida e que esse exagero se justifique n'uma exaltação derivada da doença. É' necessario ouvir a parte acusada para depois se fazer justiça. Há que inquirir...

o Sr Vasconcelos e Sá (interrompendo) É' por isso que eu preconizo um inquerito parlamentar aos serviços militares portugueses na França.

o Sr Ministro de guerra - Absolutamente de acordo. Eu acito-o...

o Orador (Tamagnini Barbza) - Eu, Sr Presidente, chamo a attenção do Sr Ministro de guerra para que os factos narrados se não repitam nem na França, nem em Portugal.

Depois do exposto, é' natural que eu procure saber o seguinte:

- O que faz a Cruz Vermelha Portuguesa?
- O que é' feito d'esse dinheiro que as varias Comissões, Cruzadas e associações protectoras das victimas da guerra tem reunido?
- Não pensa o governo em regular a applicação d'esse dinheiro?

Creio, Sr Presidente, que, depois dos factos narrados e em face do que se passou e eu aqui relatei, estas perguntas são bem cabidas e oportunas.

Vou terminar, Sr Presidente, por me referir aos emboscados, isto é': aquelles que conseguem escapar á' marcha para a guerra e ao que, nas zonas de guerra, só' conhecem os serviços da retaguarda ou o serviço privilegiados e menos expostos. É' necessario que energicas providencias se tornem para a destruição completa d'essa classe e para que, -pelos serviços privilegiados e menos expostos, cuja necessidade é' reconhecida para os exercito em campanhas como são os serviços de registto civil, estatística, interpretes, serviços nas bases, etc, - passem todos os militares, das patentes e das armas ou serviços a quem pode pertencer o desempenho d'essas Comissões, especiaes. É' necessario, em suma, a adopção do principio do roulement nos nossos exercito em campanhas para que todos experimentem o bom e o mau.

Está o Sr Ministro de guerra disposto a adoptar este principio e a fazel-o respeitar?

Es, Sr Presidente, o que entendo dever ser esclarecido sobre o assumpto em discussão.

Tenho dito.

São 19.^h 30.^m o Sr presidente interrompe-me declarando que continuará' a trabalhar até ás 11 horas.

Dia 12 de julho ás 14^h e 10^m o Sr presidente
 declarou reaberta a sessão secreta e dá
 a palavra ao Sr deputado Cortez, que
 diz: Chamo a atenção do Sr Ministro de
 Guerra para os serviços sanitários e primei-
 ramente para a organização do hospital
 de cirurgia e medicina na frente, estuda-
 do a sua má organização; Chamo mais
 a atenção para a compra de medica-
 mentos em que o Estado tem perdido
 mais de quatrocentos contos, estando
 numem e facto empurrações de sua
 afirmação saas em documentos
 officiaes, terminando por pedir providen-
 cias para os factos apontados.
 Nho em seguida da palavra o Sr Ministro
 da Guerra Norton de Matos, que em resposta
 aos Sr Moura Pinto, Tauraguiri Barboza
 e Cortez diz:

sobre a convenção entre o Sr. e o Sr. inglês e o Sr.
 Benedito Machad' responderi que essa convenção não
 chegou a fazer-se.

Todavia indico as bases em que elle se funde e
 fonde e que assim tanto por a negociação de con-
 venção actual e celebrada e existente entre Portugal
 e o 'Inglaterra

Le' em tom que foram as lutas an officiaes portuguezes.
 Foram com pequenos alteraçoes acitadas por Lord Kitchener
 existe um certo scripto por General Lee a Kitchener infor-
 mand' que d'isso auxiliava os officiaes e j'ia de lutas proprias.
 Não se deu conhecimento a Parlamento porque não
 se definiu se convenção. Todavia o País tem algum
 conhecimento de facto pelo deceto de mobilização.

Depois sobre a ditadura

O Sr. Benedito Machad' respondeu que não obstante em resi-
 dação em Paris o Sr. Benedito Machad', mandaram a
 telegrapha sobre a neutralidade.

He' agora a convenção que se fez depois de declaração de
 guerra. Já d'ello deu conhecimento os commissarios de
 guerra a dos estrangeiros. A pedido do Sr. Benedito Machad'

de que nunca surtiu bem em "Lef-à-Dieu" Camões e assim
 far, dando poris explicações sobre a necessidade de
 existir de uma regularidade a situação em algum tempo
 e condições de um em participações na guerra.

Explica que se agora não tem a importância e necessidade
 de se fazer a intervenção de tropas em França, em harmonia
 com os outros processos e modern tática de guerra, e
 um novo garantido e antipulado de esta intervenção, não
 sua base moral. É explicado com se faz em intervenção por
 unidades e por etapas até chegar à linha de fogo e
 às trincheiras. Assim se faz também a respeito dos
 outros exércitos ou outros assuntos em campanha

Por exemplo e sei intervenções por favor a seguinte pergunta:
 Se as perdas foram totais de qual totais, tempo de man-
 dor outros tantos 54:000 homens?

Doravante responde que em seu entender tal hipótese é qua-
 si impossível, mas se implicamente se se deve, e de seu
 parecer que outros se desiam no outro front que front
 o seu nome e o sacrificio. É explicado porque não
 pode dar-se tal facto e em tamanho extensão de
 nome de perdas.

O governo tem a data de 3 de Janeiro de 1917

Expõe com e um documento honorário.

Explica que depois de 14 de maio nunca material
 de guerra foi cedido a Inglaterra.

Além, sim, foi cedido algum material a pedido
 da Inglaterra e essa matéria existe no Ministério dos
 estrangeiros - explica o Ministério dos estrangeiros

Brit Council obtem que em certo tempo teve de
 pagar um cheque inglês por pagamento de 40 milhões
 de cartuchos e 20:000 armas d'infantaria.

Lamentavelmente o Brit Council foi prejudicado por
 ministros ingleses quando queriam liquidar aquela
 cedência ou o governo com cedência consider-
 rava aquele acto.

Naí che conta que sobre o Conselho foi devido
 o Conselho Superior de Defesa Nacional e
 em quanto a concessão de um empréstimo francês, por
 se de que foi iniciada em 1914 e até ao fim por
 um voto de uma francesa pedida a concessão de be-
 nefícios e tempo por cooperação no front de batalha.
 Este pedido foi apoiado pelo governo inglês. Foi

Brasil e Conselho de Ministros, com o qual se reuniu
 novamente, até que quando agora ele se reuniu ao
 Juntas em Paris se desam e se firmou os artigos de
 Tachos e se reuniram em Conselho e entre o mi-
 nistério de guerra francês e ele reuniu português.

Li esse documento, que é de 7 de maio de 1917

Rebam a experiência d'acceptar o honra por o país.

Entende-se que foram os seus deixo de satisfazer
 este pedido que deu a mais um repente um
 grande sacrifício já foram 34 officiaes.

As baixas são calculadas em 5 por cento.

Melhor a sua situação internacional.

Mas dos casos que deixo em o grupo a des. deu a
 autonomia por a aceitar um traço um aspeto
 muito especial por ser feita directamente em Paris
 com um nome em guerra com conselho e
 a Inglaterra um nome por ser internacional.

Não a trouxe a Parlamento pelo documento
 l'apelo não pode tornar-se publico quando
 ele tem a mais internam e outras partes e
 si o tem com quem aquelles que se em inter-
 namente colaboraram.

Responde a Tamagiri resumem a necessidade
 de reforço militar. Já mandou 20 officiaes por
 França internamente: vai substituir o grupo de
 um irrefutável.

Sobre irregularidades dos serviços sanitários e
 os serviços. Alguns defeitos foram. Mas estranho
 que se aqui se trabalha com um e não se elogia
 tanta coisa boa que um corpo d'exercito existe
 com d'exercito que não é de fazer um de mais.

Tamamé presidenciais. Já hoje telegraphia
 servem Tamagiri a vontade de arrei-
 guar e melhor: e a nomear um officiaes
 por ir arrefrigerar de car a alfer, Carral.
 Notam, entretanto, que se deixo e melhores que
 pessoas que são. Falto sempre os bi e completamente
 em e que se invocam e corroboram.

E concluiu as suas considerações. (Apoiado sem)

Aponte de deputado Tamagiri Paulo quando o Sr. Ministro
 de guerra, falando, se referiu a convenção com a França.

Dado o ar. n. 10 da guerra libe e convenienc...
surgem - Paris, o ar. n. 10, assim de julhao, 1874
Uma poltica grave de diplomacia monarchica, por
o seu actor unificado e actualizado o variis tratados de

amizade e alliance que se tem feito entre os Reis Ingles e
que a Monarquia em Portugal, mas talvez se não possa fazer
em oitenta annos, não D. João, Pedro, que desde o meo do seculo, em
este anno, a Republica existiu e que se trata de fazer, por
esta causa haer, portanto, a uma conveniencia de não mais
e' aida que se não p'ra-venha, no Direito P'blico, isto e; aida
da guerra, uma convenienc - lita com a Republica, por se
convenienc constituir a base de todo o systema de nos
depois monarchica.

Republica inconstitucional e convenienc de o ar. n. 10 da
guerra fez em Paris, a menos que se não se constitua no respeito
ultra-guerra de fazer o Parlamento que se obriga em a forma
em Kallio da Alliance de se a convenienc - lita e' uma
conveniencia natural e logica de se aida se trata, a convenienc
justicia politica, mas elle não se não tem a ratificação de
Congresso. Se não isto, a conveniencia de tratados de Alliance em
- Europa, a convenienc - lita de o ar. n. 10 da guerra em,
anda não e' de se em regularmente para a utilidade de
fazer portuguezes e de se como fizesse. Não ha reciprocidade,
e' no vantagens mutuas. Não pode ser.

Porque se deve que o mesmo para a guerra que os mesmos allias de
Inglaterra, e depois de se se declara a guerra pela Alliance,
o que se deve que invarios nos interesses - mas b'cosos, por se
narras em outro exclusivamente nosso. Como e; entre, que se
entregados a' boa para elle os portuguezes, como houve
por elle, nos mesmos de convenienc?

Uma outra clausula de convenienc, que não se não e' aida
no tempo de se, se respeito a' utilidade de guerra. Nunca se
fizer agora, em respeito a' adquisienc de utilidade de guerra, a se
o ar. n. 1874? Isto em respeito de utilidade de guerra, e
a utilidade adquirida se; de se parte, de utilidade que
tudo mesmo na guerra de 70.

Que se se a' que utilidade se não se aida guerra? Não
se não parte, - este distincç, fize o que se não se, em utilidade de
interesses de combate, da guerra actual. De não mesmo se
podemos comprometter nos a adquirir utilidade de guerra com se
vamos combater, aida se não se em bons interesses de guerra, e não
agora podemos comprometter nos a adquirir utilidade que se não se, recon
carde nos - este respeito uma completa liberdade.

de convenienc - lita se não se aida se não se aida se não se aida se não se aida
se não se aida se não se aida se não se aida se não se aida se não se aida
se não se aida se não se aida se não se aida se não se aida se não se aida
se não se aida se não se aida se não se aida se não se aida se não se aida
se não se aida se não se aida se não se aida se não se aida se não se aida
se não se aida se não se aida se não se aida se não se aida se não se aida
se não se aida se não se aida se não se aida se não se aida se não se aida
se não se aida se não se aida se não se aida se não se aida se não se aida

O m. Presidente do Ministerio (Dr. Piffarral) respondeu ao
m. deputado Brito Camacho:
Regrauderei em termos breves, procurando assim, por
sua parte, não concorre para prolongar a sessã secreta que
para o fim de normal funcionamento da instituiçã
parlamentares.

As observações sobre o estado da nossa aliança com o Inglaterra feitas pelo Sr. Camacho, que sendo um espírito culto e inteligente, não é todavia um diplomata, responderá que por um lado não se encontra um tratado d'aliança e precisa apenas a oportunidade e saber prepará-la e expor como tem sido a actuação sem grande valor real tal o momento antes da República ou já em um novo regime mas antes da guerra.

É precisamente com o acto que se está praticando que se robustece uma aliança e se faz a preparação d'um novo tratado. O ministro dos estrangeiros dirá, mas se outra ocasião, diga sessa, que a esta é estranha e anormal, e que sobre o caso não se dirá.

Sobre o facto d'aliança com a França, estranhando se mesmo repetidamente, diz que em verdade não existe tal tratado d'aliança de outros contratos políticos nem sequer fechos si elle e, em verdade, não se que se começou a Portugal.

Temos com a França apenas a convenção militar que acaba de se lida a Camião. Em esta feita é um documento de mais alta importancia por nos e extremamente significatiu. como affirmacão honrosa de um autonymo, da nossa independencia e da nossa boas propositos de dar um novo cooperacão militar que não pareça uma ficção: que seja de algum valor real e efectivo!

Não foi pelo Sr. B. Camacho um referencio que fez a factos de 1914. N'esse tempo nos eramos, perante a guerra, aliados d'um dos nações, apenas em termos de solidariiedade com ella, e esse dever cumprimos honradamente.

Mas, depois, as circumstancias mudaram pela declaracão de guerra que, em termos insultuosos, nos fez. Alemanha

deu a nós a nossa situacão em conflito e guerra. Estamos em guerra por motivo proprio, com nação independente e em pé d'igualdade com as outras nações.

Si esta é grande em Sr. B. Camacho em um negocio em conflito apenas por effeito de uma aliança. Que eras e a acanhada ponto de vista!

Referre-se a perfida obra do governo de ditadura. Sem já se era manifestamente nefasto e antipatriótico, que desmerece ou atarava importantes trabalhos feitos, tem mais gloriação tem sido a nossa situacão e bem mesmo embaraço e difficil tem sido a accão do governo que se succedem os acontecimentos de 14 de maio.

Obtiram o mesmo direito de Portugal que o artigo 22.º Comen-
 cou com a França não foi tratado na Conferência Milita-
 r de Aliados, de Paris, o que é verdade.

de passagem refere que, não tendo havido tempo de reunião
 mínima, nem conferência formal representada por Frei
 Chagas, esse alto espírito e grande patriota, de quem
 faz o elogio em termos calorosos, viramente apoiado
 pela Câmara.

Se de tal caso se tirasse tratado na conferência, há mu-
 ta de ter sido já resolvido.

Posteriormente é que a França nos fez a expressão de re-
 cendição que tinha d'artilharia perdida e da influência económica
 que ela tinha a exercer sobre a vitória final. Foi-o em
 termos extremamente bonitos por nós. Realmente di-
 gnamente não podíamos deixar d'acceder a tão honroso
 pedido, que foi também apoiado pela Inglaterra.

Acertando-se nos derramamentos a decisão de não expor
 e o valor de nosso auxílio, que não é um ficção, por
 a vitória final. A organização do corpo d'artilharia per-
 dida é um acto d'alto valor militar, e reconhecimento do
 nosso valor e a afirmação de nossa acção com um inderre-
 gente, batendo nos seus e a sua própria, ao lado de
 outras nações, a que se vem após a grande nação
 de cujas tropas faz o elogio.

As lutas da tropa e essa glória, nação estamos orgulhosamente
 combatendo nos linhos da França onde se está de-
 cidiendo o destino do mundo e se está escrevendo em
 heróicas páginas memoráveis que há de fazer a admira-
 ção dos povos vindouros que há de cantá-las em outros
 sublimes e lindos glorias. N'essa página sobrestas de e-
 meca e heroísmo, admiração d'abnegação e patriotismo,
 não tiveram também um capitão que não seja o mesmo arden-
 te de fé e valor guerreiro. Foi a este varão talos comida-
 ções em formidáveis rajadas d'uma rara eloquência, que
 durante ~~o~~ ~~seu~~ ~~discurso~~ ~~sublevar~~ e encheu toda a Câmara.

Não se admira que Brito Camacho, embora muito inteli-
 gente, não vira sobre este aspecto alarmante e sobre não
 compreendendo a conexão militar com a França.

Não admira. Ele assim viu não quis elevar-se à
 compreensão e contemplação dos excelentes resultados e bri-
 lhança situação moral que por nós se metem de nossa
 intervenção na guerra. Deixou sempre, mergulhadamente

inferiormente em ver a este grande ~~de~~ um negrois, grande ~~o~~ de balança a nossa ~~o~~ em forma de ~~o~~ e recebendo a Inglaterra uns certos interesses ou compensações que ela possui em outros países.

Brito Camacho tem feito assim sempre um obra de critica e de critica negando sempre o seu concun não só em participações em forma nos aires, tambem no Parlamento na press publicas e no jornal.

Tem sido um espirito febril de a contemplar e a reconhecimentos de grandes ideas e de grandes principios.

É um ser individual, não é um ser social.

É esta a sua obra de perturbação, o seu ser a Pyrrhus. Poderia ter prestado apanhação serviços a pair, se não lhe tem ~~o~~.

Não é um ataque que lhe foi. Lamenta-o.

B. Camacho tem sido um infeliz. Tugile-o a fatalidade

de fazer mal. Fazer mal sempre
 não lhe pede que recorra a si. Liga,
 um dia lhe virá o remorso.

Um dia lhe de recumbem, há de fazer-
 de-o recumbem os seus amigos
 e há de dir-l-o incorretamente a
 historia - que, poderia ter prestado
 serviços a seu país e ter eficazmen-
 te sido considerado por o resurgimento
 da sua patria, nenhum lhe prestou
 e só mal lhe fez a Republica.

A respeito das referencias que o Sr. Brito
 Camacho fez na ultima sessão a respeito
 de informações do Ministro de Alemanha
 quanto, por me ver e desidamente
 autorizado, as seguintes informações:

N'um dos primeiros 5 de Agosto de 1914 foi o mi-
 nistro da estrangeiros, que então em o Sr. Dr.
 Bernardino Machado, actual Presidente da
 Republica, procurou em sua casa pelo
 Ministro Rosen. Conversando sobre as
 eventualidades de guerra, foi o Sr. Ber-
 nardino Machado que, como chefe do governo,
 a sua attitude estava nitidamente tra-
 cado pelo nosso tratado de aliança
 com a Inglaterra. (B. L. V. L. A. P.)

Tribunais de empiria, ali por um
 receramos a consideração em outros mu-
 cos. Ele manifestou cortesmente o seu
 respeito pelo critério de honra que debru-
 amos o ministro português, e, quasi
 ao despedir-se, fez votos por que, em
 tu grande Portugal e Alemanha tivessem
 de ser adversários nunca se tornassem
 inimigos, em cujos votos o acompanhando
 o ministro português.

Em seguida usa de palavra o Sr.

Moura Pinto = Tendo acabado de falar o Sr. Brito Camacho, leader d'este lado da Camara, homem d'hora que realmente
 homem d'hora terá a preocupação de demmentir, preciso de
 acrescentar algumas considerações, que S.^{as} não quis seguir
 fizes por desnecessarias para o seu caracter, mas que es-
 te lado da Camara, por minha vez, faz como importante
 para o juizo de Atualidade: O Sr. Affonso Costa com os
 arcos triumphaes de advogado celebre, perante jury nenhum
 pretendeu tirar effeito simulando, com altitudes solennes,
 um demmentido à affirmacão que o Sr. Brito Camacho
 fizera hontem de que o Ministro da Marinha em Portu-
 gal tivera conhecimento da declaracão de 7 d'Agosto, an-
 tes d'ela ser lida e sancionada pelo Parlamento em
 1914. O que não surtiu effeito e alguma coisa vale ter
 a categoria moral do Sr. Brito Camacho e a boa memo-
 ria de S.^{as} em facto que o Sr. Affonso Costa não pode
 tomar a sua responsabilidade, porque outro era então
 o presidente de Ministro. O Sr. Affonso Costa vem afirmar
 em nome alheio. O Sr. Camacho afirmou em nome proprio.
 É fundamental a diferenca e a Camara não pode esque-
 cer que muito depois de 7 d'Agosto era castigado o Sr.
 Leote do Nyo por atacar as affirmacões de neutralidade
 do governo e eram enviados os celebres telegramas para
 a Costa Occidental d' Africa mantendo essa neutralidade.
 Era o systema das publicas affirmacões de guerra e das
 confidenciaes instrucões de paz e neutralidade para os agentes

do Poder. Concordia, cordialidade e... popularidade que
regra. Que isto fique bem constatado para ultimos efeitos.

Movendo outro assumpto: este lado da Camara, ouvindo as expli-
cações do governo não pode aceitar a doutrina absurda e perigo-
sissima de que a Convenção Militar com a França se podia
efectivar ao abrigo ~~do art 14 da Constituição~~ artigo
n.º 14 do art 25 da Constituição hoje nas mãos do Poder
Legislativo por força da atribuição contida na lei de
março de 1911. É que o Congresso, o Poder Legi-

lativo não abdicou, nem devia abdicar da atribuição conti-
da no n.º 15 do ref.º art. de Constituição. Do valor de quas
quer Convenção e tratados falei hontas e mantereí hoje esse
ponto de vista. Abdicar, seja em que governo for, mas muito
mais ainda n'um governo democratico, da faculdade que é um
melindroso dever de discutir e votar convenções ou tratados?

Se Poder Legislativo se rebairaria a esse ponto, continuando
a considerar-se depositario da integridade nacional? Não.
O Sr. Ministro da guerra exhortou, a Camara tem que recon-
hece-lo, vote muito embora depois essa Convenção em que
tudo cobremos e nada lucrámos que não sejam honras de
victorias e material porventura avariado e demodé.

Hoje esta Convenção com a França, amanha com
Rusia, na outra semana com Servia, isto quando o
Povo está ja fazendo um demodido sacrificio, confosse
a cada passo se sente e se diz. É bom negociar com san-
gue alheio, convencendo-se em facil retóricas que elle...
é o nosso sangue! Mas si o Parlamento tem direito de nego-

ciar em tão sagrada materia prima. Basta de excoerros: O
Executivo no seu logar, o Legislativo na sua alta função.
Mando pois para a Mesa a seguinte mocão que não
será discutida em sessão publica e tão somente votada nos
termos das instruções e declaração previas do Sr. Presidente da
Mesa:

A Camara, ouvindo as explicações do Gover-
no, convida-o á rigorosa observancia do dis-
posto em o n.º 7 do art 47 da Constituição
e continua na ordem do dia.

O Deputado (a) Morera Pido

Para se evitar a fumaça que vem, uma inconstitucional
 justiça e moral co-existir a cidade, em seguida de expor
 as questões, entregue a vontade discriminatória do general ao Brasil
 e não. Não há porque que, a este respeito, possa haver duas opi-
 niões. Ocorrendo a depar no momento com alguns officios, ou
 jurem, que após esse modo de o governo do Brasil e não, e a
 liberdade de todos os habitantes, de habitar e manter habitação, não
 somente, e suposto de um o estado de outro, este não, mas
 mais.
 N'isto confesso, e volando-se o império, o a. general Brasil
 e não, no país, inconstitucional este, e pode ser o presidente
 de habitar.

Presidente e Ministerio, a B. Camacho:

Sustenta e insiste em que não
 pode discutir-se em publico e legi-
 timidade e forma por negociações e
 signor sem a aprovação do Parlamento
 esse documento e que se chamava
 e chamava Convenção Militar sem a
 trazer ao Parlamento.

Não é esse o caso.

O governo tem do Parlamento todas
 as autorizações para fazer e fazer
 e praticar todos os actos e actos que
 sejam necessários e convenientes
 para a tal fim

to obui - e a renas, e não se tem por
 logo, feito referenci - a esse facto o Sr
 Brito Camacho, urando do parlamento para
 intervir a esse respeito

no dia 23 de Novembro, e não se tem por
 logo, feito referenci - a esse facto o Sr
 Brito Camacho, urando do parlamento para
 intervir a esse respeito

Em apoio ao discurso de S. Pires

deute do Municipio interromper - e
a sessão era em 19^h, 30^m
No dia 13 de julho às 14^h, 50^m o Sr. Presiden-
te declarou na sessão secreta, julgan-
do imediatamente a polêmica, para inter-
romper a sessão o Sr. Brito Camacho, disse, re-
ferindo-se aos acontecimentos do dia 12 de
julho, entendeu que a sessão secreta não
pode continuar devendo transformar-se em
sessão pública, para que o governo de-
clarar os seus actos em relação a que-
lles acontecimentos, sendo sua opinião que
o Sr. presidente a pode e deve marcar
o Sr. Cotache de Menezes, e de opinião
contraria, defende que a sessão secreta de-
ve continuar.

O Sr. José Baston e o Sr. Menezes opinam
a favor do Sr. Brito Camacho.

O Sr. Mesquita Carralho diz que a sessão pode
ser imediatamente transformada em sessão
pública para que o Conselho Municipal tenha abso-
luta competência. Entende que a sessão
pública deve efectuar-se hoje. Não ha-
verá movimento em que até a hora - a sessão
pública, continue a sessão secreta.

Manda-se para a mesa e refuta-se o proposta

Propõe-se que a Câmara dos
Deputados recorra imediatamente
a sua sede secreta para, ainda
hoje, e a hora a que foi de-
terminada pela constituição, se efec-
tue uma sessão pública pa-
ra se tomar qualquer medida dos
acontecimentos e de suspen-
são de garantias decretadas
pelo poder executivo.

Sala dos Sessões
13 de Julho de 1914

O Deputado

Luís de Figueiredo

O Sr. Cortez e de quem me a meus
publicis e deve regular logo
O Sr. Ministro de Interio declara que
o governo esta pronto a vir a
serviço publico dos entes os seus
actos.

Troparama em expheueri os Sr. Catandis
de Murege, Jorge Nunes e Antonio Faria
O Sr. senador Mantos Mamos para
a mesa um projecto para um
serviço publico para Mamos para
os 21 dias de logo, Mamos a mesa
por supplemento de Mamos de
premio.

O Sr. Presidente diz que pels seus
seu interjectar e pedir a
camara, demonstras nos vi
votos oratorios que esta a mesa
solaram, Mas antes pels assumido
os dois projectos que ali se
nos podiam votar, pediam em
obediencia a sua manifestar
eas a camara interjectar e seus
votos, e Mamos. Mamos publico
em para logo 13 os 21 dias. Sua
17^h e 30^m

No dia 16 e 17, o Sr. presidente declara
reaberta a sessao.

Foi admitida a Mamos do Sr. deputado
Mamos Pinto.

Seu requisa um Sr. Mamos do Sr. de
deputado Francisco Tomasco - disse que achava o

acordo realizado pelo Sr. Mamos do Sr.
Mamos, como um precedente aito politico
e politico. Estava que se a mesa pels
capacidade em premio, em agora reaberta
e Mamos, elle agora, em Mamos de Mamos
e Mamos premio. Sua se o facto de a Mamos
pedir e Mamos cooperacao, em pels Mamos

encetar de vegetação, para nos valermos
 disse ainda que repelli a fronte de
 de José Comacho que os marcos se devem
 regular por regras de ordem estatutária
 e nos sentimentos. Terminou por dizer
 que a breves de ha. Mano. Pinho nos dá
 uma razão de ser, foi que era em si-
 ples acord multitem realizados por
 fogo a quem e attemando, e
 por em todo a parte onde este
 virem attemando em necessario attem
 portuguezes por fogo a quem. Por
 que entre de-se-lis e attemando de
 estam em quem em Flander e de
 um mestras em indifferentes na
 tras fronte de de Kath.
 Porim entem que a at de ha hi
 de quem este dentro de esfer de
 atribuições parlamentares e profeta-
 mente logica e legal.

Mandou para a mesa a seguinte mensagem
 que é assimada:

A Camara considerando que o governo
 tem procedido dentro do espirito de
 autonomia parlamentar, em tudo
 que necessarios tem sido para a extor
 de guerra com o Alemanha e assim
 que a sua actas se tem sempre
 orientados de harmonia com os
 outros interesses do Patria e da Re-
 publica e em os preceitos da
 Constituição; para o orden de
 Sr. D. João de Deus - 16-7-1917

o deputado (a) Francisco Travençolo
 Mra em requir de polare o Sr. Cavaleiro
 de sa que dij:

Não veio para a sessão
 secreta, trazendo factor de ob-
 vação ou conhecimento proprio

é por isso limitado-se a comen-
tar afirmações que euvidas,
que produzidas pelo di-
scussão, que é pelo me-
do do Poder Executivo.
Não faz um discurso, por-
tanto apuro e admira-
a verdadeira eloquência e
de reconhecida o prestígio,
grande o verbo dominado
a exercita.

É quem entende que em
casos como aquele que a
reunião secreta no tratado
a argumentação que se
preferencia deve ser
feita em quem é a ajuda
que se faz pela discussão
em lógica chamada di-
cussão socrática: por
perguntas e respostas,
precisas, claras e sentidas.

Em primeiro lugar deseja
que fique satisfatoriamente
esclarecido o acerto-
mento da nova visão
nacional presente, isto é,
a nova entrada, como deli-
berantes, na guerra europeia.
Seu sentimento ainda
se conserva vivo e em
través de senso.

O que é indispensável saber,
se é o seguinte: se nos
apreciamos ou se fomos,
inicialmente, convidados,
pela Inglaterra a compor-
ticipar na guerra a seu
lado e ao lado dos seus
aliados.

Este ponto essencial não
se esclarece por afirmações

minha tentativas, e mesmo ainda
 na um relatório, feição
 de varios artigos de jornal,
 em ha tempo o governo
 publicou, pretendendo dar-lhe
 categoria de livro branco.

Sómente a publicação de
 todas as notas trocadas so-
 bre a questão entre o governo
 português e o governo inglês,
 desde a primeira a' ultima,
 poderão elucidar e consen-
 tar.

Portugal não procedeu, desde
 que a guerra foi declarada,
 com a coerencia com que
 devia ter procedido.

Dizia estar na disposição
 de se colocar ao lado d'os
 aliados, e, ao passo que
 praticava actos que o des-
 mantavam, declarava-se neu-

tral. Tal procedimento, reme-
 tado de manifesta explicita
 não nos fazia conquistar
 as simpatias de nãcõ õperas.

O que se fez agora, fizeo-se
 tambem ha um pouco mais
 de cem annos.

Qu' as tropas portuguezas con-
 batiam no Ronsviller, ao
 lado das hipanholas, e governo
 de Portugal ainda mandava
 dizer para França que o nosso
 país era neutro.

Uns trouxe nos immediatamente
 um premio avaliado em
 mais de dez mil contos,
 produzidos pela esquadra
 franceza em navios portu-
 guezes, nas costas de Portugal
 e no reyno de Marañil,

além das mais terríveis calamidades subsequentes.

A forma como o governo português se conduziu até ao último facto, que motivou a declaração de guerra contra nós feita pela Alemanha, não é honravel, não honra a nossa diplomacia, nem nos faz ver sob nenhum ponto de vista.

Ha de se reconhecerem nas suas salvaguardas suficientemente o novo direito da maré soberana. E como eu considero todas as nações iguais no dominio dos seus direitos absolutos, entendo tambem que elas devem tratar umas com as outras de igual para igual.

Conforme a sua grandessa territorial e a natureza moral, as nações tem no mundo poder e influencia desiguais, mas, como entidades soberanas, são, em si, iguais.

Nenhuma deve esquecer esta verdade para que em todo o tempo dependa os seus actos e os seus direitos.

O Parlamento português dá-nos no seu passado bom exemplo de tal proceder.

Em 1838 ou 1839 a Inglaterra alterou as suas tarifas contra nós, tributando produtos nossos em percentagem que ia de 50 a 200 por cento do valor em.

Passo a passar, apreciando em acto, disse nesta occasião.

ra, porém mais ou menos
o seguinte: entende-se por Portu-
gal deve responder com
reprochias a todo o acto
de hostilidade que as outras
nações praticarem com elle.

Em 1840 Jon' Estevão, num
discursos que marcou um ponto,
apreciando as condições em
que foram concluidos todos
os novos tratados com a
Inglaterra, desde o de 1373
até ao de 1810, demonstrou
que a Inglaterra aproveitou
sempre circumstancias que
lhe proporcionavam ter-
minar negociacões des-
vantajosas para nós.

Naquelle tempo, quando ainda
estava mal ampeida a liberdade
do favelas em os constitui-
ções deviam aos ingleses.
Para o bem, e Jon' Estevão
altiva e patrioticamente
defendiam o prestigio de
Portugal e atacavam ven-
turosos a Inglaterra, o que
de, sobretudo, por causa
dos apuramentos que de
navios portuguezes, accusados
de trafico de escravatura,
fazia a esquadra inglesa.
Jon' Estevão accentuou que a
politica inglesa teve sempre
em vista engrandecer a His-
panha e dominar em Por-
tugal; alguns factos que
provocaram as suas apor-
tações, e, depois d'outros
reflexões, disse o seguinte.

"Ha, pois, cinco annos que os
ingleses negociam com os nossos

das novas praiças; que nem
 os novos territórios combatê-
 pelo seu interesses, que arro-
 tam novos soldados a péla
 pelo seu engrandecimento
 e que vexam novas povoações
 com suas violências; ha quasi
 cinco annos, finalmente, que
 nos excitam a guerra e nos
 desamparam na paz.

Sobre a ultima parte deste
 periodo e que se chama
 sobretudo, a abertura da
 Camara: excitam-nos a guerra
 e desamparam-nos na paz.

Estamos em sessão aberta,
 devemos ser claros e des-
 mostrar francos. Não pod-
 mos esperar pelo fim da
 guerra para formularmos
 reclamações.

Em si o parecer de alguns
 atuais membros de go-
 verno, mas não o meu.

Estão confiados em dema-
 sia na bondade e na gene-
 rosidade da Inglaterra e da
 França. O passado tornamos
 os dire tomar-nos cantidos.

Em 1891, quando se completou
 com ella, a Inglaterra fez-nos
 o que nunca ha a nação d'outra
 parte a aliado seu: recusou
 aceitar a arbitragem, que Por-
 tugal propoz, e procedeu contra

pela firma que teve com heu.

É conhecido como procedeu para
 com Portugal depois da devolu-
 ta a Yant, e o auxilio que
 nos prestar, ante a brutalidade
 da França, por causa do
 aprisionamento da navio
 "Charles et George", que foi

a repito importante, dada as
 governos portuguezes por lhe
 solicitar a os seus bons
 officios ante as exigencias da
 França: "A terra faz
 votos" por seu o seu aliado
 resolve com honra para
 si a pendencia que tem
 com o governo de H. M. (Imperio
 perial, Napoleão 3.º),
 Rayin tudo, creio que,
 para exigir que o governo
 delahre para as vantagens
 que nos estão asseguradas
 pela nossa intervenção
 armada na guerra, e que
 represente para nós
 um encargo duro e pesa-
 dissimo.

Um ter de fazer objecto
 de negociacoes previas,
 jamais ficar para recla-
 macoes que hajam de ser
 apresentadas na compe-
 renha da paz.

As resolucoes desta con-
 ferencia ha de depender
 de uma discussao demorada,
 difficil e complicadissima.
 A essa conferencia ha
 de assistir, como represen-
 tantes do dominio espanhol,
 delegados numerosos por ter-
 ras mandato de verdadeiras
 soberanias, e seus delegados
 pleitearao interesses abso-
 lutamente incompativeis
 com os nossos ditos e
 com os nossos interesses legi-
 timos.

Nos e por em tudo devemos
 precaver-nos, e sempre
 proceder como pais so-

Belano, cujo atributo principal é a independência.

Um convénio militar com a França, cuja legalidade em contacto já se não poderia de forma a pôr bem a salvo a nossa actual autonomia.

É o facto que apuramos no Sr. Ministro da Guerra que fez essa convenção em Paris, antes de ir a Londres para ficar bem patente que agir sem intervenção de terceiro, declarou Sr. Cunha que a França não fez o pedido de envio de quinze a trinta batallions d'artilleria pesada, e que a Guerra Secundaria em perida.

Ora, devidamente secundaria é o mesmo que favorecer auxiliar. Como, pois, as negociações começaram exclusivamente entre os governos de Portugal e França?

Está aqui qual a situação de valências em que as nossas tropas se encontram em França; dizem-me, porém, que, ao mesmo tempo, os nossos soldados são muito mais maltratados por os ingleses. De tal modo, muita o lamento.

Está aqui por resultado tremendo da nossa entrada na guerra; vejo que o corpo de artilheria pesada apenas trazei para Portugal

o material de que vou
 pagar uma, e isso, pagando
 nos em material; de mais
 de tudo isso, ainda o nome
 Soldado está, pelo que diz
 respeito a numerários de boca,
 em situação de inferioridade
 perante o soldado inglês,
 mais lastimosa é a nomeação
 de todos os pontos de
 vista de concessão após

as condições em que se encon-
 tram e operam em França
 os soldados portugueses.
 Pouco depois de vista de
 junho passado bem aqui
 o Sr. Presidente de ultimamente
 um telegrama, referido pelo
 Sr. Ministro da Guerra, en-
 tão em França, no qual
 se comunicava que a nomea-
 ção de expedicionários tomava
 conta do seu sector e por
 tanto se já se mantém
 uma brigada toda a respos-
 sabilidade; em vista disso
 de mesmo mês liam nos
 jornais um telegrama, vindo
 de Paris, que noticiava que
 os expedicionários portugue-
 ses deviam de fazer o seu
 tomar conta do seu sector!

Estas contradições, em assunto
 de primeira importância,
 dão no todo o direito de
 duvidar da exactidão de
 todas as notícias rela-
 tivas às nossas forças,
 que nos vêm por
 via oficial.

Concluo, portanto,
 em que é indispensável
 que se diga que isto

ministro ou suas forças
 os ministros que avi-
 saram as novas forças
 que operavam em Africa,
 de que procederam como
 soldados d'um país neutro,
 sobretudo por semelhante
 ordem ter sido dada num
 momento em que as tro-
 pas alemãs caminhavam
 contra as novas, e que
 toda a responsabilidade de
 erro, que também constitua
 um verdadeiro crime,
 sejam inevitavelmente cha-
 mados a responsabilidade.
 Surtos os ministros con-
 siderados, em resposta, nas
 perguntas que foram as per-
 guntas por escrito e por
 lero a Mesa.

O requerimento a que se refere o Sr. Depu-
 tado Luciano de Sá, que transcripto
 no final do acta, tendo o seu original
 sido entregue ao Sr. Ministro do
 Estrangeiro, a pedido do mesmo Sr. Deputado.

Sua requisição começou a discu-
 tir-se a 2.^a pergunta do acta
 que deu origem a sessão secreta
 usando em primeiro lugar o Sr.
 Deputado Vazquezello e Sr. que
 promoveu o discurso em respo-
 transcripto:

1

Vasconcellos da Silva - Extrato, discurso lido nas sessões secretas de segunda feira 15 julho de 1914 (continuado na de terça-feira 17) sobre "Expedições a África".

Com factos concretos, com documentos, vou demonstrar que os desastres tremendos sofridos em África, como os de Moçambique, Namíbia, Nêvada e a invasão do novo território na África Oriental pelos Alemães, foram devidos principalmente à má organização das expedições, às ordens da metrópole, e indicações, enviados de Ministros das Colónias, tendo como fim, mas afirmativamente documentadas a este respeito, documentadas, não se ainda é possível evitar novos desastres e novas vergonhas para a Portugal, na África Oriental, para onde se está enviando d'onde já antes, paracionada, mal organizada também, nova expedição. Não vou referir-me em detalhes, principiando pelas expedições a África Oriental, a primeira de 1914, nem a segunda de 1915, ambas insuportáveis, e tendo a segunda tomado a offensiva depois de occupada Kionga, pretendendo atravesar a Província da forma tuita, em resultados, que tanto vides Custassem, sem se conseguirem o objectivo. Não preciso referir-me ao relatório do Commandante do Adamastor, e tantos ribeiros que é elucidativo. Vou porém desenvolver a acção em África da maior expedição, a do General Gil, official das unidades da África, que accitou um commando tão serio e grande de colónia principiada a organizar pelo general Garcia Kaja de sua unidade da África Oriental, despedido com cargo de Commandante a ultima da hora, e pelo outro substituido a pouco tempo de embargo e com mudança de estudos maiores fructuosos, commando accite assim, direi eu, na incossuim da dos que por ignorancia de todos de operações tem parte em sua morte, e o governo que o solicitara, e a insensibilidade, e a insensibilidade de desastres, quando o caso não vem protoger a ignorancia. E ainda assim, Sr. Presidente, é o general Gil, o menos culpado nos desastres sem remedio reportados comparados as suas responsabilidades com as do governo, muito particularmente as do Sr. Affonso Costa, e com as do governador de Moçambique primeiro informador do governo Central, todos estes accitendo ao que parece, nos dizer da imprensa da União Sul Africana, que data como quasi terminada, a curta prazo

marcado, a campanha na Colónia da Guiné Africana Alemã,
 e que d'alí, em politica a que chamamos de "bleff," ordena
 sem violentamente avanços, supondo os alemães, absolutamente
 inseguros para forças insufficientes como as que dispunha
 o general Gil, arrazadas, desunidas, incapazes de u alguma
 tática, em linha de comunicações longas, n'uma clim-
 a tropical, sem recursos indispensáveis de meios de transporte
 para abastecimento, e de material de guerra capaz
 de lutar com o que os Alemães possuíam, tomando
 retiradas de cilada, como fugas de vencidos,
 n'uma ignorancia dos meios de accção do inimigo,
 inpropria de guerra a serio alhá - e pela destino dos
 Portuguezes, atirados a' aventura para um desastre
 certo, como o que se deu — Tremendos responsa-
 bilidades que eu attribuo a' inconsciencia da ignorancia,
 e a' politica que procura todos os accantos de "anular
 os effects," sem fundo solido de alguma cuido e competência,
 em aventuras, que acabam em desastres e vergonhas.
 O presidente — Partiu o general Gil com o seu Estado maior
 o seu quartel general, e com algumas forças, a 3 de junho de
 1916. Seguiram mais forças d'ali expeditivas, mais tarde
 também em junho, e tinham ido outras em maio. Todas
 estas forças e o General, estiveram reunidos em Palma
 em 15 de julho de 1916. Mas só em 7 de setembro é
 que principiaram a desembarcar em Palma, entre baterias
 de artilharia de montanha, a ultima da expedição, e com
 ella os vapores "amercante" iam quasi todos os artigos da expedição
 (800) — armas, munições, generos alimentícios, rações,
 conductores e tratadores, viaturas variadas etc etc tudo coiza
 sem as quaes era a guerra rematada invadir o territorio
 Alemão. Para illucidar a cegueira sobre a inconsciencia
 dos ordens terminantes, para avarias longas no territorio
 inimigo, d'alí da metropole, fone como fone, costume o que
 costuma, e preciso saber - e que na linha de Tringue com
 Palma, navios havia cujo material transportado, demorou
 um mez e mais a acondicionar em terra, tropico por caudal
 e fuzgados, para aonde desceram os navios, que
 na berlina não ha recursos para descargas, e passando
 do Natruma impotente insistente, em u de nada o que

saber nem a medida se ~~estender~~ ^{foz} em 18 e 19 de Setembro, quando já havia mais de 250 baixos por batalhão. Os ingleses occuparam Miguindani em 16 de Setembro. Já tinham tomado Sindi, que deveriam ter sido as nossas bases de operações, tendo as guarnições com compridos indianos e portuguezes com manias de guerra quedados nas respectivas baías. Mas as guarnições destas cidades, chamamos-lhes armia, da costa, não sabiam além das suas trincheiras em torno d'ellas, e tempestade, e as almirantes percorriam os territórios com velta. E era a essas guarnições e com o almirante Dingley, que o Governo em telegrama de 19-9-15, ordenando ^{que} se apenas quales forrem as dificuldades se avancem - e em directão a Mahenge indicava que se combinarem as disposições para ficarem garantidos os abastecimentos das novas forças na zona Machene ainda importantes para Moçambique!

Para bem e com o general Gil pedir reforços apenas chegou a Palma e deu logo o telegrama de 7-7-15, em que pede a urgente substituição do destacamento de 1915, pedido que renova no telegrama de 23-7-15, bem como a reorganização das outras unidades do reino ~~de~~ com os reforços já pedidos em nota n.º 533 de 2 junho, e ainda pede novas medidas egual a de 1915, que é essencial ali Cheyne, nos principios de Novembro de 1915.

= Não d'isto lhe enviaram, e até em telegrama, pedi itudo - para prevenção do Moçambique, instando na occupação do território, tanto para o norte, como momento em directão a Mahenge, e este na meia longa extensão, lhe dizem tambem que o Governo Comissão de desembarque em da metropole o destacamento egual ao de 1915 que ella tem pedido! = É foi a falta d'este reforço de homens validos, que o General Gil instante pedira para estiver em Palma em principios de Novembro, que foz com que as forças encalhadas em Machala, não podem ser reccorridas com força suficiente, e se deixe o escorço de todos os postos que tenhamos já nos territórios Além, e estiverem inimicos o ataque a Palma quando se houver dentro por Arnim de se! = É presidência, o causador do massacre e demora dos nomos, e da responsabilidade de pedir auxilio aos Ingleses para a defesa de Palma, depois, aos Ingleses que instaurarem comunicos para

para quem eficaz, em vergonha, deu-se ao 14
 Governos incompetente, que não prepara os ordens que
 deu, nem os recursos que se gasta, n'uma ignorância
 sobre as forças inimigas, verdadeiramente inconcebível!
 = Que estadistas são estes, d'uma audácia sem exemplo,
 em sacrificar os nossos soldados, como aconteceu, sa-
 crificando-os por suposições que em não concebidos seguem
 contra as informações e requerimentos do General Gil?!

Então para França, calcula-se e convenienciona-se com
 a Inglaterra o envio mensal de 4:000 homens para
 manter os effectivos no novo sector, e para Africa
 não se manda sequer um soldado para substituir os
 doentes, e ordenam-se avanços lanceros de profundi-
 clade de centenas de kilometros, sem menor recurso
 de abastecimento sequer, sem sequer saber a que
 que morrerão as prisioneiras ou que adolecem?

E não querem saber eu, com as ordens tremendas
 que dão ao General, e que não mostram, tendo
 os telegrammas do Sr. Affonso Costa e a instrução
 do Conselho de Ministros, do acino d'este General
 em telegramma de 6 de agosto de 1916, que diz em sua
 a situação sanitaria, prevenindo 75% de sua
 efectiva inutilidade por doença, dentro de dois meses,
 isto é em outubro de 1916, ataria um fuzil, e mandam
 lhe a contingente que pede para Novembro! E em Novembro
 que se manda avanços de humilha sobre Mursani contingentes
 inexistios que são batidos sem razões eficazes, porém?

= Sr. Presidente, não se conhece sequer que isto seja
 maldade, mas é incompetência absoluta, inconsciência
 e é indiferentismo pela vida de soldados e se não
 fôr a ^{primeira} falta de honra em guerra ^{na Africa}, na
 classe atônita, e certo que com tales dirigentes o
 país morrerá como Macinhado, procurando
 apenas se cuidar de uma politica de apparencias a
 realisar, sem nada de solido em previsões, ordenando-se
 andanças desastrosas, iludindo-se tudo e todos.

Mas antes, Sr. Presidente, de ler os documentos que
 aqui tenho, não descrever a desastrosa de Mursani e
 da Marcha sobre Mursani, por forma a ressaltarem
 melhor as do Camerão, e as vergonhas que sofremos,

e as forças de que dispunhamos, ariscando-as logo com o 15
 a sua inoperância e falta de recursos, quasi pela falta
 do monte, sem prospecto nem gloria para a patria!
 Depois da passagem do Roraima em 18 e 19 de Setembro de 1910,
 por duas Colunas, em M'ica - Uude, marchamos estes sobre
 Mucala, que fica de Palma - precisamente a 144^{km}. Os Alemães,
 que tinham abandonado os portos até Mucala retirando, deixaram
 ocupar pelos nossos, com guarnições pequenas, os seguintes portos
 sobre a margem esquerda do Roraima. "Fabrica", junto a foz
 do rio, M'igombia - Tchicla - C'icumbirio no lago do Roraima
 Tchikira a 4^{km} do rio para o interior, Maheta a 20^{km} d'ante, e Mucala
 a 20^{km} d'ante. Tivemos ocupados a parte de Palma, os portos
 no novo território de Pundaruká a 50^{km} de Palma - Mucumbua
 a 80^{km} - Mangadi a 92^{km} de Palma, e a 8^{km} do Roraima - Além
 dos portos de Namoto, M'ica, junto do rio em frente dos portos de
 M'as. Tivemos ainda outros para diante de Mangadi até ao
 de Uude 50^{km} para diante d'este, a 160^{km} de Palma - portos. Tendo
 com guarnições pequenas. É para se ver a dispersão de forças,
 e dificuldade de abastecimentos. Entramos os nossos
 forças em Mucala a 26 de Setembro, abandonando os Alemães
 depois de uma zebra e sua bandeira que arriaram. Em este
 porto uma boa "cabocla" como se uita uer. Poucos dias
 depois de entrado em Mucala, id'ente porto, receberam muitos
 de mil doentes brancos a Palma - É informação do chefe
 do estado M'ico que ali ficou, oficial de engenharia, que
 não havia já officinas proprias. Foi confirmado este facto
 pelos Medicos do porto de Mangadi, por onde se fez a sua
 evacuação, ganhando-se um ter uito por ali passamos nos primeiros
 dias, mais de mil doentes esparados e esparados
 pagando-se a pi o percuos, a pi no primeiros tempos!

Havia um porto com unica "Tenda Tortoise" com uma
 Cabocla maxima de 15 Camas, mas sem uma Pia
Camas, e que teve de alojar linas de 50 a 100 homens.
 O passado 15 dias da entrada em Mucala, e que a evacuação
 se principiou a fazer com "Carros" tendo ainda muitos
 os doentes que atarrasaram dois rios a pi - o Roraima e
 um afluente do lago Cistede.

Pois foi depois desta saída de pracos e officinas do
 ter de Mucala, que se ordenou a se fez uma tentativa
 sobre Massari, que ficou a 80^{km} de Mucala, e para Luku
 Redi a 120^{km} de Mucala! Com ordens, entendo-se que os Alemães
 se concentraram para atacar Mucala! Pois a Coluna

que a Neuila partiu para Massari, Commandado pelo padre O. Mezar Leopoldo da Silva, que perdeu a vida, sendo grandemente a aventura imposta, era composta pelo seguinte efetivo

22	comp ^a indígena	80"
21	" "	150"
23	" "	180"

Infanteria 28 (brancos) em pelotão com --- 14 homens!

Uma divisão de artilharia com duas peças e --- 8 homens!

Tres metralhadoras com --- 5 homens brancos!

Um pelotão de Cavalaria com 5 soldados brancos!

e 12 escoteiros auxiliares pretos macacos!

= Foi esta, H^o Presidente, com com se os ha insignificantes nos efetivos, ^{a coluna} que marchou sobre Massari! E com Neuila ficou apenas um pelotão com cerca de 80 pretos - 6 brancos de telegraphia sem fios - 2 metralhadoras e 2 peças em posição de guarrição!

Assim, com a Coluna de Massari chegando a 8 de Novembro e 27 mil. de Neuila, a Mangâmas, e foi atacado por "ascas" e alemães com metralhadoras e sem artilharia, retirando ^{para os alemães} ~~estes~~ tendo ficado perto mortalmente. Commandante Dr. Brossa Coluna, tendo mais 35 brancos, e tendo os alemães e ascas mais brancos de que nós, então. Ao mesmo tempo era atacado o posto de Mambuta sem artilharia. Também dos ataques alemães, que não conseguiram tomá-la. Ficaram os nossos no ritmo do combate, pediram novo Commandante e quatro dias depois receberam reforços de 80 soldados brancos, e de divisão de artilharia (duas peças) que tinham ficado em Neuila sem guarrição. Ficaram assim reconhecimentos até 25 de Massari. Saíram pelos trilhos da região e por informações de Neuila, que estavam com risco de serem cercados, porque os alemães dispunham ali das forças que atacaram Mambuta vindo de "Kitemari", e onde tinham mais reforços, de cerca de 300 ascas e 50 brancos com metralhadoras, com entretanto no meio os 600 ascas e os brancos do ataque d'Coluna, tinham em Massari artilharia grossa e miúda, e em Suatuba 600 ascas e 200 brancos. Tendo forças em posição favorável a um envolvimento com Kitemari os nossos para Neuila, e onde chegaram

com 20 de Novembro. Mandaram defender a água, (4
 que ficam a uma distancia de 2,5 do porto em retas, e mais
 de 3 pelo Casimiro proprios, e 400 metros em nivel inferior ao
 porto) por 250 soldados pretos, e um pelotão branco de 40 homens.
 O 22 de Novembro foi atacado o porto de Nevala, cercando
 os Alemães e Assomios, até a a água, que resistiu até
 ás 4 de tarde, deixando ^{depois} ~~depois~~ dos seus defensores, aban-
 dando o rio, outros vieram para o porto, e outros ficaram
 prisioneiros. Nos cisternas de Nevala houve então
 apenas 7 dias de água para as forças nossas, a 0,5
 por homem. Pediram socorros pela telegraphia em
 fins, indicando o dia em que abandonaríamos o
 porto. D'elle sahiamos a 28 de Madrugada, e foi em 28,
 que os Alemães fizeram fogo com artilheria de 4, 7 e
 de 15 sobre Nevala. N'este mesmo dia a columna
 de reforços, enfim chegou, teve combate com
 os Alemães, depois de Machuta, e foi destruída por
 elles. Est. Columna de reforços tão solitária e
 pequena, mostrou bem a pouca gente valida de
 que dispunha o General Gil, pois apenas foi compo-
 sta por 250 soldados pretos e 70 brancos e duas metra-
 lhadoras, sendo dos soldados pretos mais de 100, e dos
 brancos 30, d'aquelles que tinham abandonado a
 água em 22 de Novembro no primeiro dia do ataque a
 Nevala! Os officiaes eram apontadores das metralha-
 doras porque já não havia outros para ellas! Em Natuna
 n'ista altura, havia cerca de 1800 brancos, soldados, sargentes
 e officiaes, d'outros, inutilisados, que as furtas mandavam
 seguir para a Metropoly, que seguiram depois no Manu-
 des "em ~~de~~ dezembro. Logo em 30 de dezembro fizeram
 os Alemães fogo de artilheria de 15 que tinham já bombardeado
 do Nevala, do porto de "Churchari" da margem esquerda do
 Noveima sobre Mangadi na margem direita, a 12 de distancia,
 tendo andado com esta artilheria pesada cerca de 50 kilo-
 metros n'uma noite e um dia! (Dizem-me que a água
 tam, privada por 80 pretos) Os nossos abandonam
 Mangadi e outros portos. Em 6 de dezembro atacaram os
 Alemães o porto de Muechemba, cuja guarnição retirou
 para Muechemba da 2ª da Praia. Até a quem todos os
 portos da margem Alemã que tinhamos occupado

me tornaram, e até o de fabrica - junto da fog de governo 18
 foi por nós encamado depois, com despacho de Fevereiro 2.1917.
 O general Gil quando os Alemães atacaram, perto de
 Machinhado, a do lado de Palma, julgando que iam atacar
 Palma, fez voltar para trás o Mossamedes e depois
 com cerca de 500 homens dos meus fuzis, para a
 sua defesa, e em telegrama de 8-12-16 communicou
 "que pediu ao general "Minto" alpinos comp. dos tropas
 Ingleses para reforço da defesa de Palma, que não
 tinham combatido a bordo do "Chinde" e do Mossamedes, fuzi-
 das e Lancas e muçulmana quantidade de material de guerra
 munições e munições, e que o moral e saúde dos ~~nos~~ nossas
 tropas é pessimo". Quer dizer; o verdadeiro panico,
 recorrendo-se ao auxilio dos Ingleses para a defesa
 da base de operações nossa, depois de derrotadas
 e corridas de todos os portos do Territorio Alentejo,
 que não podemos defender, vista a lancura da
 sua investida, forçada pelas ordens de Lisbon, nas
 condições de efetivos insufficientes e inutilizados pelas
 doenças do clima e privações, sem a renovação
 tão pedida negada de cá, com a incoerencia e in-
 competência imperdoavel, que nos colocou numa
 situação de inferioridade perante os Ingleses, as quaes
 negaram como de necessidade o auxilio das tropas
 para a defesa de Palma, enviando porém ali um
 cruzador e navio auxilium com "hydroplano"..
 E o mais estúpido é que em telegrama do governo
 da metropole de 22-10-1916 diz-se ao general Gil
 "que se está negociando com o governo Ingles,
 a entrega a administração Ingles dos territorios
 conquistados pelos portugueses aos Alemães!
 "Venda-se ao presidente, a pelle do Urso antes
 do Urso morto." Em telegrama de 20-1-17
 sabe-se que na retirada de Nevala e dos portos de Machete
 Chichim - Felimbinis e Mangidi, se perderam 4 peças
 de artilheria e 8 metralhadoras - 1500 espingardas
 e equipamentos. Mais se perderam em munições
 muitos munitimentos etc.
 Depois mudou-se a base de operações para
 as cercanias da Praia, a cerca de 10^{km} para sul de

Palma, e nos humos da ~~entenda~~ ^{entenda} dos Alemães (1
 pelos novos territórios, na região do Lago Niassa
 o concelho de Matari e até a região de Matuca,
 onde vivem huns e outros mantimentos, ali abundan-
 tes, e ainda raras forças Inglesas e alguns
 homens, mas tem insignificantes pelo que se
 pode calcular, as que terão de as expulsar
 do que é novo. Ainda sobre na verdade, que
 toda a habilitação de advogado do Sr. D. Affonso
 Costa, não é capaz de reafirmar na responsabi-
 lidade tremenda que tem, elle e o governo
 do Sr. Antonio José de Almeida, nas desgracadas
 situações que causaram, na sua absoluta incompetência
 e indolência, em ordens terminantes, baseadas nas informações
 do Sr. Governador geral de Moçambique, ignorante
 também de que é uma companhia naquellas paragens,
 e quando superficialmente por ~~seus~~ dados mal
 cobrados. Foi tarde, depois dos desastres que
 causaram, é que o Sr. Governador ^{geral} de Moçambique,
 mandou em 21-12-10 pedir para a metropole "que
 em virtude das poucas tropas europeas, julga, vantajoso
 recorrer ao emprego de tropas indigenas, julgando
 urgente a criação de 20 companhias indigenas pedindo
 quadros e material de guerra para ellas a região
 no primeiro paguê, a ser se as termos promptos
 nos fins de Março". Não sei o que lhe mandaram
 sei porém que é insufficiente as comp. que quer,
 que é preciso reunir mais, que não foram
 para Africa ainda as "Mauers" para as armas,
 bem como o material de artilheria de companhia
 que por causa da intervenção da Europa não
 foi, tendo elle andado a passar o tempo de
Frem en, prova de que previamente se não
via se elle era lá utilizado, gastando-se dinheiro
 a todo o seu transporte, e não servindo
 li, sacrificando-se sempre as operações em Africa.
 A nova expedição, que se fragmentada e com poucos,
 pois que a primeira remessa de homens requir
 em Janeiro, e a segunda he pouco ainda,
 e o resto ainda cá está, avontecendo que
 as inspecções como sempre, são feitas aqui

tem mal, que até o Sr. Governador General e 110
 de que tem também logo após 15 dias do seu desembarque
 500 homens inutilizados, sobretudo tuberculose etc!
 É isto organismo preparado para África? Assim
 tem desastres seguros, homens doentes, refúgios adequa-
 centos que não resistem lá ao clima, material
 de artilharia só de Mountambem, aviação foi por
 longos serviços na campanha de Angola, quando
 os alemães tem boa artilharia de 10,5 - 7 - 4,7
 e até de 15, em África Oriental, metralhadoras
 pesadas, ⁽³⁰⁴⁾ de posição, com munições de fi-
 tros, encalhando-se a cada momento, quando
 os alemães tem metralhadoras de 17 kilos e óptimas
 munições para ellas, serviços de saúde, que é a última
 coisa de que se trata; o não aproveitamento
 a exemplo dos alemães Ingleses e baldas de
 tropas indígenas em abundancia, bem equipadas
 e bem treinadas, que era a facilidade de
 tempo mobilizado e unido, tudo isto,
 fogos gastos rios de dinheiro, sem utilidade alguma
 muita muita valde de praximo e inutilisado,
 imenso por sempre, que para Africa atrairam
 sem instrucção e sem selecção, é tudo feito sem
 criterio, produzindo desastres e vergonhas.

Não eu sei como se podem com a responsabilidade
 tomada que permite o Paiz incorrerem, numa
 inconsciencia que faz calafrios.

Vou agora ao Sr. presidente, ler a camara o resumo
 dos telegrammas que indiquei, documentos in-
 findáveis, do que aconteceu.

= É assim, que nos de 7-7-10 = 23-7-10 = 28-7-10
 se pede para em Novembro ter em Africa um contingente
 equal ao de 1915 que se apresenta doente.

No de 5-8-10 = diz-se a situação sanitaria, não
 permitindo por bem 75% de baixas.

No de 14-7-10 e 5-8-10 pede muitos hospitales,
 e é curioso informar a camara do que
 era a hospita lusitana em Palmar, para tantos
 homens doentes, a chofada ali das forças do
 General Gil. O Hospital era de humidade velha,
 colat. de Capim, donde entrava chuva e frio

Havia apenas 10 por 100 da população hospitalar. III
 Não havia mentes, docentes nos Chás, mentes
 formigas. Sautamos em volta. Docentes como
 Larra, sacanetas, papéis, dysenteria de todos
 juntos. Falta de pessoal de enfermagem. Só meio
 e meio de prós da Chegada e que se inaugurou
 o 70 banheiros no Alto de Palma com todo de
 Limes. Porto de socorro era uma verdadeira enfer-
 mia tendo um canicote ferrugento uma tesoura e uma
 pinça! - Não havia peus esterilizados! Aconteceu, Sr. Presi-
 dente, que um soldado de engenharia caiu de uma
 árvore abaixo, 10 perfurou o ventre com
 hemorragia interna - País morreu por falta de socorro
 indicados, porque não havia material cirurgico, nem
 casa de operações, nem nada! Nem rão havia!
 Eu não vi se a Causa era a prendendo bem,
 a gravidade destes factos, e as responsabilidades e
 tanta falta de orientação a elles ligados.

1. Retinham-se os docentes, e puzam dos protestos dos mel-
 cheros, não os enviando para a metropole. Para que?
 Para ter a illusão de que havia combatentes? Não perpebo
 nada senão que isto é um País perdido, e não se effectuarem
 os castigos, que tantas responsabilidades pedem para culpados
 quem quem rejam. - Em 7-8-15, governador geral de Portugal
 que diz no telegrama que lio como li todos aquelles e que me
 referi, para o ministro das Colonias, "me os jornais da União
 informam que a campanha na colonia alemã deve terminar
 dentro de 8 semanas, e que telegrapham ao general qd recomen-
 dando-lhe que antecipa-se o inicio da operação." E. Cap. de
 Lisboa principia os instantes para afeirmação nova
 com receio [Sempre a blande, as informações apunhadas em
 ar para casos tão graves] de que não houve um tempo
 de atacar - mas, os alemães já, no seu territorio, na ignoran-
 cia absoluta dos recursos e resistencia destes no no colonia!
- 2.º para lá segue em 12-8-15, do Sr. Antonio José de Almeida de
 como presidente do Ministerio e ministro das Colonias, a orde-
 de que o governo "Considera necessario iniciar a operação rapi-
 damente, para não consermos o risco de se chegar tarde
 ou se iniciar a nova acção." mandando-o afeirmação
 na medida da promissas." O general responde em
 15-8-15 dizendo "há grandes difficuldades

no desembarque de material e gado. Ainda espera a chegada do Amaranthe com antithera, e do Meira com medicamentos. Não tem Camions, ainda etc." De cá não se pensa sequer em Tal....

Em 15-8-15 = O Governador Geral, a propósito dos dois navios hospitalares que o General Gil requisitou, diz para o Ministério "que lhe parece suficiente o 'Quilimane' e que o está a prontando".

Em 17-8-15 = O mesmo Governador Geral comunica que entrou em Lourenço Marques o vapor que conduzia os 30 Camions Kellys. Em 5-9-15 o ministro das Colónias telegrapha o seguinte, "Governo Inglês continua insistindo pela nossa imediata operação, realmente indispensável para afirmar o nosso prestígio e que o Governo Confia n'ello general esperando e desejando rapidamente accão." — Nós, Sr. presidente, precisamos, na verdade, os documentos diplomaticos em que o Governo Inglês nos pede essa rápida affeccion, e todos aquelles que se referem á nossa correspondencia diplomatica com a Inglaterra, a respeito da Campanha na Africa Oriental. Em 7-9-15 = Comunica Sr. General que não tem possibilidade de fornecer os elementos pedidos pelo General Gil, para formar a columna do Lago Nyassa, na qual o general queria que operá-se no flanco esquerdo das duas forças." Em 8-9-15 o ministro das Colónias interno manda o seguinte telegramma a General Gil, telegraphando do Sr. Dr. Affonso Costa, ^{chefe} extraordinario, "Governo sabe que V. Ex. tem já uma disposição melhor de transportes sufficientes para avanço immediato das forças portuguezas. Cabendo V. Ex. resolver, se podem seguir já todos os vinhos e fahzimas. Indispensavel não esperar descargas de navios nem chegada mais camions para começar operação, porque nós carecemos evitar que guerra á cabe, estendo ainda aí parados. Seria vergonha para exercito e desprestigio para patria. Em circumstancias apertadas como

113

actual deve-se avançar em quaesquer condições.

Conselho ministros confia sua enérgica attenção de V. e pede communique o que nas foyes e dê constantes notícias accção novas foyes!!

Este telegrama é simplesmente louco pelas culamidades que podia trazer, e que acabariam por se dar, e é d'uma ignorancia e cida a' que amigra. Nem sabem calcular o que se o desembarque de material na bahia do Fimpe, nem o perigo de marchar sem material, em Africa, e contra tal inimigo. No porer ainda peior, Sr. Presidente, como a Camara peri. O General responde em 9-7-15 o seguinte - Não tenho neste momento meios para avançar, pois está a desembarcar material artilhearia, metra-hadrias - infantaria - não se podendo mover sem elle. Trabalho incessantemente atacam as Roumma varias pontes dias 14 e seguintes, seguindo depois Miskindani e Tendi. Em 14 e 15 começa a avanço hopas. Fazer tudo para seguir mais rapido porriuel, ainda tenho saque foyes forças ~~foyes~~ pois preso muito honra exercito pai!! Vaya a camara a ultima parte resposta! Na unidade foras sacrificadas as forcas, sem provisões e com deudas, depois, abdicando todos, pence, e até o proprio generel que a retirada, ciladen dos alemães, etc a qual victoria em marchas, muito embora não se abastecessem as forcas no territorio almeido deidacamente, nos pibito que occuparam, e homene mais de mil baixos noes por cloencia, privações, trançados, e tudo o mais que se require, relendo de cá no mesmo tom se ordena que siga para outro objectivo, sem mais deficit do que o de Tendi e Miskindani que ficam na costas.

Logo em 13-7-18 = Elisabetha o General Gil
 "que namin Almirante Sully the Governador
 esta Mikindani occupado pela Heindie Sully
 e pede instrucões, informando já estarem todos
 adens para avançar, sem ter garantido
abastecimentos suficientes, viveres e munições,
 caso não reciba adens em contrario tanto
 rei frangens apesar difficuldades, como Champ
 descanhe com automonias e esquadras ao descom-
 barca ter perdido afundados outros cabecas
 Completos. Não poderei proseguir Mikindani
 mit esta occupado." — Primeiro que tudo,
 Sr presidente, e preciso fixar que os Ingleses
 taking o novo objectivo, trataram elle
de occupar Mikindani, como já tinham
 occupado Lindi, e porisso, eu não creio nas
 tais negociações diplomaticas a que os
 telegrammas Linceos, que tenho lido se referem
 dizendo os Ingleses queerem o novo avanço
 para esse objectivo. Tudo isto é muito
 cetera ordinario, e precisa bem esclarecido.
 Em segundo lugar e General sem garantias
 de abastecimentos de munições e viveres, está
 a pedir a avançar! É o sacrificio heptico
 de gente nova que perderem os matadores
 de Mevata, e aos hospitaes de Palmer
 retirando mais de mil doentes, expostos
 e abandonados! É a negonha de perderem
 todos os portos que tem mal garantidos foram
 no territorio Aluminis? — É o novo objectivo
 importante, sem enviar um soldado sequer a
 tibi os doentes e mortos e prisioneiros e feridos?
 É um parão, Sr presidente: Seria em tudo assim incompativel
 e inconciliavel a acção de taes Estados? Quem
 socce... Socce = bleuf = politica referta de "Dax a imp
 são que!" — e mais nada?

Interromper-se a sessão ás 19^h, ficando
 o Sr deputado Varemeillo e Sr Com a
 palavra reservada.

Dia 17 de julho às 11^h 30' o Sr. presidente
 sobre a senão dando a palavra
 ao Sr. deputado.

33

Vasconcelos e Sá - Sr. presidente, continuo na leitura de documentos
 sobre as operações alem. (Comunha) de atirar e arrebatar ^{Comunha}
 dos pte audácia incompetente dos vários estadistas que ordena-
 ram impavidos da metrópole, o que a Comuna tem ouvido.
 Em 19-8-1915 o general Gil comunica ^{tem} a Comuna os
 Portugueses, retirando os alemães
 quasi sem resistencia. - Todos se lembram do entusias-
 mo e elogios ao Governo que tal rebute moderar, para
 Africa em nome o Governo um telegrama de felicitações e
 parabenos, e mille a seguinte paragrafo: "muitos vantagem
 a ocupação téntrica na maior lavoura cultural ^{Portuguesa} tanto
 para o Norte como do Sul, como Noroeste em direcção a Madru-
 ge e norte, a abanjar toda a região fronteira até encontrar
 força aliada. Com respeito ao telegrama. 4-2915 de 7 de
 Comente, Governo considera demasiado suave da metrópole
 outro destacamento efectivo qual da expedição (de 1915) !
 É' Sr. presidente, Sr. presidente, que com o que sabemos do estado
 das forças, seja quando mandam a Gil Gil, um tão largo
 objectivo ^{que} se resumem ao mesmo tempo o objectivo que elle podia
 em substituição do de 1915 ter inutilizando, e com o qual contava
 para o bom éxito das operações! Vou ler a Comuna
 em que condições avançaram as nossas forças, para o sacrificio
 e para a vitoria. É' ler o telegrama do general Gil de
 24-7-15 que diz: "mandam marchar dois corpos reconhecimentos ^{africanos}
 estado menor um para Mzimba (já ocupado pelos Ingleses) e
 outro para Moutante do Namibia. Liculam de chegar as Comunas
 "Kelly" (para o Namibia com os meios de abastecimento!) "Por deficiên-
 cia de transportes, use por solipedes, indigenas e europeus
 a racão reduzida." (De que a Comuna tem, os meios de serviço
 a fome. desanimos para os que estavam sendo obrigados a lucrar). Quanto
à marcha sobre Madruge (Tely de S) é' completa mente impossivel
nel qualquer destacamento interno ou de contingentes de terço
nossos sem meios de completa victoria e municípios. Tudo
conhecendo elle general absolutamente reconhecendo trunfos
e marchas forças Africa, com os meios de que dispo-

de 27
 sucessos e
 expedições

12

podem seguir tal alvitre... Grande meta conseguida
 ter diariamente 10 Camions prontos para serviços
 transportes toda a expedição. Está lutando enormes
 dificuldades sob abastecimento forças de Lus. Provém
 destas condições, tomas niam o desastre e a
 vergonha o governo de metropole e o governo do
 Genl de Moçambique informados inespicientes,
 todos pretendendo executar a eterna politica de "bleff"
 que nos levou a ruina..

Em 26-9-15 = Comunica de Namato o Genl Gil, que
 Almirante Tugly por radiogramma lhe diz deverem
 forças todas ao ponto ^{avançar} direção a Litwala para forças
 o inimigo a combater sob o rifugi. O Genl responde
 de-lhe que Litwala só é acessível por Kilwa e que
 parte da força Portuguesa pode avançar por Misandani
 para o norte de Lindi, pedindo resposta!

Em 3-10-15 = Comunica que teve a seguinte resposta de
 Smuts: "tu estas informações seguras de que o
 inimigo se moverá para o sul para abandonar o terri-
 tório português, e por isso não seria prudente mover
 as forças portuguesas para norte, deixando a fronteira
 aberta ao inimigo e recomendando o movimento pela
 linha do Rovuma seguindo para Litwala." ^o Genl
~~o~~ governador Genl que para proceder dentro dos
 limites do possível ^{a alvito} com Smuts mandou responder
 reconhecimento de Litwala, deendo seguir mais por
 mo que puder Masovai direção "Litwala etc"

Em 13-10-15 = Comunica J. Gil que os Camions
 Kelly inutilisaram os Camions d'ar, pelo que
 tem que suspender seu movimento com prejuizo
 dos abastecimentos das tropas.

Em 23-10-15 = J. Gil diz que o Major Tugly Mayer recebeu
 acompanhado de uma mensagem do Genl Smuts, apresen-
 tando recesso "oficial politico" (abre) junto do quartel
 general. Pode intrusar urgentes sobre o assunto!

em 27 julho / A Vindicta - 61 - Continuação

em 26-10-15 = O governo da metrópole responde que se
deve receber o referido oficial inglês com todas as aten-
ções e apenas como hóspede, enquanto se negocia com
o governo inglês, a entrega à administração inglesa dos
territórios conquistados pelos portugueses aos alamos.
Que quem diga esta negociação, tem presidente? e toca de-
que? É preciso que mechemos com o documentário de
a Câmara. ~~Se~~ a vida da pele no livro antes do
isso morto? Vem se de espanto em espanto, e eu
não posso mais ter confiança em quem parece com
uma senhora inconcebível, ao acaso, sem se importar com
os sacrificios e martírios dos seus soldados transfor-
mados em apurados de hercules uarias por seus
comprometidos.

O referido major inglês não recebeu sequer esta
comunicação, pois já se tinham retirado a 23, no
Causado Himalaia.

em 4-11-15 = g.º gen.º "gil" que o estado de saúde das tropas
é pessimista, e que as operações terão que interromper
se em fins de Novembro. Diz ser necessário retirar
toda a expedição para a metrópole, mesmo a força
para a ocupação, essencial, que indicou como sendo
ser constituida, e que o plano q.º do que resta deve
ir para Porto America."

em 7-11-15 gen.º gen.º "gil" diz que general Smuty informa
não ter uma intenção abandonar as operações durante
a época das chuvas. É contrário à proposta de g.º gen.º
de suspender as operações.

Não se pode por um o governador incompetente quem
o general Smuty durante as chuvas substitua
as tropas brancas por tropas pretas! É mais
tarde é que o governador gen.º de Lourenço, abin
os alamos! Ede ca' o generalis tão incoerente
mente incompetente, e unpaes com a audacia do louco
ignorante, recebeu o indumento do g.º gen.º logo em
14-11-15. Telegrafia a gen.º gen.º "gil" dizendo que "governo
revolucão em C. Ministros, e de acordo pedido seguinte
M. e. inglês, que forças comandadas g.º gen.º ocuparam

15 de 1914
Silva

14

o mais rapidamente possível Manassé, Tuxalédi, e Dunga
Lombo, devendo também lançar-se uma Coluna em direção
a Sivale - Tardura. Resolva também que o 9.º Reg. tenha
todas providências para impedir inimigo reunir transportes
híbridos, tropas, e continuar a acção energica e rápida
epoca Chuvosa.

A Comuna não que tais ordens nas condições em que
se encontra os nossos forças em precário estado de
saúde, e sem as substituírem, é qualquer coisa
que já não é de indolência, mas sim é uma ordem
criminoza.

Em 15-11-15 = General Gil telegrafou que junto
de saúde e dá como incapaz de continuar ao
serviço das Colónias, devendo recolher a metró-
pole. Transmite requisições deste documento. Espere
então, Comandante, poder noticiar que
gloriosa Bandeira Republicana flutua Manassé
Tuxalédi!

Tinha-se dado já o avanço de ~~Manassé~~ para Manassé.
Com aquelle Testimónio Coluna Corps efetivo chegou
a Comuna, tinha-se dado o Comandante a Mangoma
por milagre de energia, para tal Coluna, favoreceu
nel' os nossos ataques, tinha nos em eucanta Comandante
como uma vitória em telegrama de 14-11-15. Tinha
n'elle referido modestamente o seu Comandante a
Major Leopoldo de Silva, um valente, que recebendo
a insubstancia Ordem d'ignora Assanço, sabia e depois firm-
mente que iam por a morte, antes que em preciso,
e por ter marchava-se, e o General Gil, passou então
a seu Comandante por meio de acção, e pedindo reflexo a
Metrópole, falava por eu, je repetindo pela proibição de
ordem e "Bref" em factos gloriosos! Mas não. Com o ^{comandante}
os deantes e elle foge em no seus panes ultimo, as suas
deas de aquiescencia ultima, dizendo para a metrópole espe-
ranças (mas o aucto em que pode representar elle!)
~~Um~~ Um homem calmo ^{e calmo} ~~de~~ tem muito dese-
ria ter respondido honradamente aos loucos que o forçavam

17 de Junho

AS

15

sacrificam os novos soldados, sem glória nem prêmio, pela
 forma orgânica que têm andado mereciam, pagou bem
 a mesma triste figura de auxílios perdidos nos ultramarinos.
 eu devia auxiliá-los, a uma inconsciência em aceitar
 repentinamente um tal Commando nas condições
 em que o aceitou. — É que elle, devia ter sempre
 presente o que acontecera no auxílios e a sua
 de Africa, que substituíra! Paguei bem e na ignorância
 se presentava agora que foi dada a responsabilidade
 que lhe cabe também para com a Patria nos desastres
 e vergonhas que se deram, na quota parte que
 lhe cabe, menor em tudo, e a que cabe
 os primeiros auxílios o governo do Sr. Affonso
 Costa e Antero José de Almeida e ao governo
 Genl. de Macambique, irresponsáveis a aculo deste
 Governo!

Em 16-11-15 o Ministro das Colónias, ordena "que
 junta da expedição não possa ir para o regime
 a metropole, mas não ir para a metropole para
 Lourenço Marques!"

A suspeiçao sobre a junta da expedição! A mudança de despesa
 para a junta em Africa aquelles que aqui já tinham
 sido permanentemente seleccionados, o "bleuf", a inconsciência
 no manter de efectivos que se recusam porque ainda a
 lá estão os outros em terra para nada servir!!

A politica do gabinete de Luta sempre e só, a
 de "dar a impressão que..."

Em 17-11-15 General Gil diz "que as operações proseguem
 mas faltam os reforços requisitados metropole,
 que devem chegar no Mossamedes!"

Em 17-11-15 = Também outro telegrama de Gil Commando
 "que o inimigo atacára o porto de M. Cania na linha
 de comunicação da Coluna que tinha marchado
 do Ude tendo incendiado o porto."

Continuam os telegramas dos desastres successivos tão
 facéis de prever, tão facéis de evitar a quem

5 de
Março 1914

15

tiene mas os leues nas ordens, apena, leues
no credito a informes do que era o inimigo, mais
conhecimento da região, factor impendentes e quem
se arroga o direito de mandar, de dirigir por
forma absoluta, as destinas de um país.

em 27-11-1915 = 9.º g.º "informe" que as alemães tem
concentrado forças contra Neuála tendo cortado
comunicações e obrigado a retirar sob Neuála
a Coluna de Massassi. Pede que lhe digam a data
de embarque da expedição de 1914, com o
fim de redimir as tropas!

em 4-12-15 9.º g.º "Comunic" que o inimigo humilhou
o posto de Nangadi que foi abandonado e ocupado
pelo inimigo. Quem diz que em 25 de Novembro pedira
para Lourenço Marques informarem Ingleses para
ação Inglesa enfraquecer posição do inimigo. Pede
que o "Damastr" esteja em Palma!

São o cerco e a adisrca que já descrevi de Neuála
a Coluna de reforços, este reforço se não compo
nha também descrevi, e humilhou com
perda de 15 e as seguintes já descrevi a Coluna
que estes palidos telegramas referem, e o pedido
que primordia para Auxilio d'aquelles que nós
fazemos auxiliares, e com quem o governo já negocia
a entrega de conquistas, que de repente se perdem
como bem era de supor!

em 8-12-15 = o governo que tinham sempre recusa
do reforços, comunica assustado, o
incoveniente de andarem de leve, que vai enfra
quecer reforços, até a perda de Nangadi!

Depois de casa roubada - - - - -

Vem depois a segunda Mauim! O general Gil chei de
pauco comunica em 8-12-15 = "que pediu a g.º
sumto força algumas Comp.º viene imediatamente
reforçar a defesa de Palma. Os Alemães na posse de
dois indigenas acompanham os nossos ^{postos} de Nangadi
di e M'atchemba, iniciam a atacar o de M'andemba

Leitura de
17 de julho.

Manuel

Manifestando tem por objectivo a Palma. (Moros e bande
das tropas deira bastante a desajar. Vae tentar combater
com lordo Chinde e Mossamedes, fuzudas e canhões
maiorima quantidade material de guerra e munições
necessas de guerra ali existentes!!

- O Sr. ministro das Colonias interrompeu. Techo informo
de War Office, de que a força que pretendia como dize
o general Gil, atacar Palma, era apenas de 2000 esp
guardas! Este general, e que manifestava incompetência
e temeridade de resto recorreu depois, a conselhos de mais
de 500 homens que o Governador General lhe apresentou
telegraphica e que podia ser unida em Lourenço Marques.

O conselheiro = Sr. presidente, regista as melhores declarações
das Colonias a opinarem que do caso tem o governo!
e pergunta porque é que o general não foi imediatamente
destituído para responder a conselhos de guerra.
Agora é que o não pode admitir, indicando que
um ministro ao parlamento, pelo Sr. ministro das
Colonias a opinarem que do caso tem o governo!

Mas a camara não que não aconteceu nada ao
General Gil, na responsabilidade que lhe cabe, porque
o governo tem medo dos documentos que se li
à camara, que não mostram o principal
culpado, o grande culpado, em resumo e demoras,
o governo do Sr. Antonio José de Almeida,
do Sr. Affonso Costa! Mas regista que o Sr. ministro
das Colonias indica por favor a ser inculcadas,
o conselhos de guerra - para o Sr. Gil.

Sr. presidente, e depois de tudo isto acontecido,
por sua culpa também, é que o insperante Sr.
Governador General de Macau, em telegrama
de 21-12-15 diz que em vista grande numero baixos
bairros de tropas europeias, julga vantajoso
ganhar com tropas indigenas. Urgente crear do corpo
indigenas. Quadros e material devem seguir pelo primeiro paquete
que possa das instruções e todas promptas acções
de guerra!!

Junho de 14.
de guerra

Também aliás as albas e do Governo Geral! Lido a pro-
clamação que ficava como a Patria, estas, do
Republicano. É insufficiente o que pede ao Comp. Supremo,
é preciso mais. Demora ter sido logo de início feito, antes de
lançar a aventura que nos trouxe a vergonha, e que agora
vai com que os abastados passarem no nome da
terra, nenhum abastecer-se a região do N.º, a região
de Matucan, nenhum atacar pontos como o de Montepuez
a dentro dos nossos termos tanto, que experimenta a
atopar-se em ponto relativamente perto de Port Auvelin!
É preciso reservar expulsores, o que se experimenta
que os Ingleses, sempre os Ingleses, e informam
do bo. ministro dos Colonisados, que não são reconhecidos
bem o que se passa no nome casa, e precisa o
Audição dos mesmos Ingleses. Vejamos das mesmas
organizações expedicionárias, incompetência da
que se dá ordens de aqui, andava criminosas. O
Chamado em, e a que não se esqueçam as regiões
substituídas transmitidas em que incluem um, um
pelo Camberra, a guerra de morte se entregam
os destinos da Patria!

Para remate da leitura destes documentos, lido o de
20-1-14 - já do nome Comandante Moura Mendes,
que dá em resposta a pergunta da metropole "que
no retardo de Mucita, e dos pontos de Mahuta, Chichia
Cicumbirica, Mangudi, se perderam 4 pecas - 8 metralhas
doras - 1500 espingardas e equipamentos."

Mais se perdeu, H. presidente, em favorito do inimigo,
como em caso de telegraphia sem fios, viaturas, vias,
municões etc etc.

Agora, H. presidente, vou a um rapido resumo tem as condições
dos documentos e factos probados - e assim:

- = Afrontou o General Gid logo em 6-8-15 para debaixo a
primeira situação sanitaria das forças, calculando
tem com dois meses isto é, em outubro 75% das suas forças
inutilizadas por ausencia.
- = Pedir insistentemente em telegramas a

de julho

150

19

16 = 13 - 7 - 15 = 22 7 - 15 ^{reparação} reforços que julgam
inútil, com vista de incentivos que retenciam
o reforço de 1915, reforço que julgam a ser
chegar à Palma em recepção de no-
vembro de 1915.

Esses reforços são-lhe recusados seccamente
em telegrama mandado do Ministro das Colónias
em nome de Tado e Joverius, depois da passagem do
Rocuma, telegrama em que com a máxima reserva,
se insiste na ordem local, para os núcleos de que
disponha a tute expedição, de occupaões em
largas extensões para o norte, para noroeste, para
o S e a Makeuge, e para Oeste!

Se esses reforços fossem mandados, por forma
estarem em Palma quando o general os viu, insistem
em não ter este recurso para acudir ao cerco de
Mudala pelos Alemães, evitando eficazmente aquelle
desastre, e abandonando o resto de alçures não
só do território Alemão já occupado, mas
do nosso que fôr invadido.

Quando em 14-11-1915 o General pde ty para Lisboa
"as operações proseguem, mas que lhe faltariam
os reforços que deviam ter chegado pelo Rocu-
mas".

Nem reforços que são recusados, nem substituição
segua Das peças doentes, mortas, feridas, prisioneiras,
em contraste com o que se fez para França, Commissão
mando-se enviar bons homens, por mar, para substituir
os affectivos na "Front", segundo os cálculos de
bom senso e de pressuramento feitos. Para Africa
nada se calcula, ninguem se importa, e não mandam
Aviação, em país insospito sem garantias sequer
de abastecimento! E assim é importante ao g. g. g.
o aviação das forças parando o Rocuma, sem esperar
segura pela deslezaça dos navios, nem pela chegada
de mais Comissões, dizendo-se-lhe ser necessário a
desperdiço para exercito e Patria, devendo-se
acessar em quarenta e cinco dias. Este e ty
na do B. Affairs Pasten de 3-7-16 = . ^{de resposta do}

un. de 17 p. 10

General Gil e' te que não tem meios para avançar tudo fazendo para que comete esse avanço a 14-11-15, fazendo tudo para seguir o mais rápido possível a tudo, que tenha que sacrificar as forças!" Como o General Gil indica a marcha para Makenge, depois de se saber que os Ingleses tinham tomado Mukiindani como objectivo que eles bem conheciam, assim como Lindi que já estavam também por elles tomados, o que é evidente, logo o Sr. Affonso Costa manda transmittir ao General Gil, novas instruções obrigando a marchar em direcção a Makenge, dizendo-lhe que não devia demorar nem sustar a acção, seguir quasi sempre as dificuldades.

O General depois em 24-9-15 "na importante marcha sobre Makenge por falta de transportes, e que em poucos dias elle General um ignorante, por tanto fazer, e comunga que já tem homens e gado a vista redempida, e que está lutando com enormes dificuldades para abastecer as forças que tem alem Homens!"

Em 13-10-15: Participa "ter os transportes de abastecimento e dificuldades seriamente por ter de passar o movimento dos Cante Kelly que inutilisam as Caminhões da ar todos!"

O governo Portuguez em 22-12-15 declara para o General "estão negociando a entrega dos territórios por nos conquistados ao Governo Ingles!" - E' preciso ver os documentos diplomaticos de suas negociações, a que fim kisavani, o que se pretende obter em troca, etc etc. Com os poucos dados. A tudo de mais do livro antes d'elle. **Cacado!** Talvez que em documentos expliquem, ainda pouco, as incoherencias ordens dadas.

Que o General em certa occasião tenha proposto a suspensão até das operações (14-11-15), visto o penoso estado de saúde das tropas, bem sabemos n'aquella missiva, e que o governo lhe diga

14 de julho

mandando pedir ao governo Inglês! ? urgente, e impedir
 a continuação das operações sobre a costa Oriental!
 mesmo na época das chuvas! que esta ordem
 deve ter sido repetida para imporem-se sobre
 ao governo pelo insubordinado Governador geral de
 Moçambique (9-11-15) de que o general Smith ~~de~~
~~informado~~ não se via intenção abandonar as operações, mas
 te a época das chuvas, e por ter esse Governador,
 essa continuação a proposta de Gil para as suspender.
 Apenas não refletir na forma como Smith continua
 prosseguir na guerra, na última época de chuvas,
 e que era substituído os brancos, por soldados indí-
 genas. Também ordenava-se que continuassem com os brancos
 anagados, nunca substituídos, sempre os mesmos!
 É simplesmente patético. O general pretendia retirar
 pela frente em 10-11-15, insistindo sempre por ²⁰ de continuação
 reforço, que não lhe mandaram nunca!

Que os contingentes que arrastaram para a frente
 para Moçambique eram insuficientes, e de organização
 triste, com alguns poucos granadeiros por 8 brancos
 Africanos, 70 outros brancos com 6 brancos, 45
 soldados de Claculacia e um pelotão branco
 com 14 brancos, e poucos soldados indígenas.
 Que o reforço mandados nunca insignificante, também
 e a coluna que foi socorrer Moçambique, na iminência
 do efetivo, e um pelotão mal treinado, tudo
 por que estava já doente mais de 75% dos
 homens, como a terrível General Assis, e
 que faltava o reforço tão pedido para
 estar em Palma em princípios de novembro. Que
 tudo se perdeu depois do desastre, fatal, de Moçambique
 corrido, de todos os pontos que tinhamos no território
 Alemão, abandonando por consequência as mãos de
 Moçambique, innumeros munições e artilharia, destruídas
 de um respigar e munições, e chegando
 este, tendo atirado e feito escanar os pontos
 do novo território, e a ameaça em Palma com
 o General e o seu exército, tomando medidas que

de 19 de julho.

112

indivíduo panico, e solicitude queridas, as
 General Ormindo (uma vergonha) de fornos impugna,
 para guarnecer Palma, que os impugna ali
 mandaram uma Cruzador e um navio am-
 liam com hydro-aviões, precisando saber se
 porque não estava ali o "Admiral" que o General
 pediu para Palma em 4-12-10. Que Ormindo
 julgar não ser preciso mandar fornos de terra.
 Que nada de fato foi preciso na defesa de Palma,
 que não foi atacado porque os Alemães manda-
 ram retirar os fornos do nosso território
 depois de nos terem atacado os portos
 e corrido com as suas impiedosas ma-
 rinhas. Que só em 8-12-10, após a tomada
 pela Alemanha de Maragudi, é que o General
 afflixo prometeu enviar reforços! Depois da
 Casa fechada - - e que o General Ormindo
 só depois dos desastres temporais, é que em 21-12-10
 entrou a solução do problema, por onde se beu-
 ter Comandado, a submissão das tropas
 indígenas, que propõe, mas em numero insufi-
 ciente, como quem não há para aindam
 e que não curiosa saber que quadros a que material
 para este efeito mandam o General, que para
 mandar mantença para França, tem descurado
 a Africa Comandante, andando re-
 com a nome Arthur do Campesão
 e as suas ordens, a parcella, eu de e malta
 Gêo Francisco de França recolhido tudo
 nem se percebe bem como aqui organizam
 tais serviços, querendo dinheiro e pagando com
 ao nome mantença, o risco de se perder.

Da Africa tem-se ouvido só a - - -
 do Presidente - Tratava agora da expedição do
 Sul de Angola do Comandante do Comandante
 no quadro, expedição de que fiz parte: Um desastre
 tivemos em Namalila de não conseguirmos pela
 revolta do Gêto do Sul de Angola, que muitas vezes

1914 Julho

as novas forças que se apresentam, insignificantes
 te para guarnecer contra os invasores o sul da
 Beira Alta! Que politica hybrida é esta, em que se diz "que o
 Rei é bom e o diabo também mas é mais..." Potência
 triste de dois "homens" que se conhecem para a Truppa
 clara e pontada nestas paragens pela expedição militar
 insignificante e mal comporta, com que se chamam
 "blat infely" se lançam por cima nos alhos do povo. Forças
 pequenas relativamente ao inimigo, pulverizadas por
 esta região, que os novos governamentos parecem descurar
 por completo, depois de percorridos até Tábua e mais
 de 200 km sendo 175 um caminho de ferro de "briçido",
 e de Tábua a Calvaçote cerca de mais 50 km, sem
 linha de estapas sequer construída, faltando tudo,
 carruagens de carros "muni" que nunca chegam
 a tempo ao seu destino. Forças insignificantes
 que desta cam constatemente com imensas irras
 rias em força, para guarnecer pontos julgados estr
 tégicos, diminuindo ainda a sua pequena acção.
 Os meios de responsabilidade, talvez, nestas as opiniões
 de mentalidade, apregoadas depois de incidentes terri
 bleis como o do Covilhã, estes factores, por certo influ
 am desastrosamente, para que não se atacamem
 as Alamedas logo que nos invadiriam e agrediriam
 agora. O resultado d'esta inercia recessiva em de
 pravar. E assim depois da "kapitulação na face ajunta
 a afeta esmagadora da direita", com correia para a
 tragedia frequista, certa, com as dimensões forcas para
 a sua encicada ao sacrificio! É na politica o
 commando desta expedição sem esclarecer que se per
 tentam nos trabalhos de de fronta por cá e em
 os Alamedas, as forcas, nem com o d'abre das
 que trouxeram e com outra organização
 mais. Malocente chegam a ser Tábua!! Não se
 dá caso. Não era preciso mais. Li e entendi
 os proclamos habeis que continham a afundar
 já um regimen mas uma racionalidade.
 E agora, a tantos dias já da tragedia de
 Mambita, he'ei' como como isto que... o

de 1914
julho

Guerra

Momento delicado em Lisboa, abri com timor. Trá
 verdade? Mas é demais se amon a contê-lo!
 Teremos nova explicação intelectual para a gente
 do governo sob este novo desastre? Que
 os mortos do Luxemburgo, os do navio e prisionei-
 ros de Namibia, ~~os prisioneiros~~, que as prisioneiras
 os que não aturam, os prisioneiros, para creitas militares
 para estas pagagens, que precisam ser exatigi em
 mente de se defender em condições de eficácia, nada
 se fazem para governos, é espantoso, mas que nada
 se faz para o Povo de Portugal sem horrível.
 Explicações novas em Alemanha? Não. Se também
 não é com a ponta de quem as deu e quem as
 aceita. O acontecimento precisa de lugar e o novo
 território sagrado precisa de ser defendido com energia
 por Homens ao Jaqueiro e por Homens aqui!

Em outro programa deu relatório de se o referiu:
 "Tudo é prisioneiro, quando se tem 1500 homens, soldados
 sem instrução, sem disciplina, na sua maioria
 rapazes de 19 a 22 annos, quando para Africa todos
 o sabem, são uteis para resistirem de modo firme
 ao China, homem preto. Quando o batalhão de
 mil homens do 16 trafe Tatay 200 dos seus soldados
 lus que são rachíticos, tarados e outros como Doença
 Chronicas da Tabella, que nem para a vida militar
 de um homem, cegos de um dos olhos, gague, miopes,
 hemmidos de etc. Para se reunir nem sequer foram
 inspeccionados lá, e se que o foram, todos, reunidos
 aqui cheyados. - Como os tempos infelizes do poli-
 ticos sem escrúpulos!"
 Não leio mais, Sr. presidente, não é preciso. Estivemos
 nós até á declaração de guerra da Alemanha em
 n'uma situação indigna, para os chefes d'ella
 apressar-nos as defensas com que tão
 pouco vibramos. Reprodzemo - se as
 opiniões, de incommensuravel e a falta de

Memo de 17 de julho

Handwritten signature or initials at the top of the page.

III

escrupulos nas expedições do Noroeste. Sempre
 "pleas". E o meu interesse é enorme, depois
 de conhecer os documentos que li a Comissão
 sobre o Noroeste, em 1907. Mas também
 as declarações feitas na sessão de 11
 de dezembro passado, que vem a pag 1400
 repetidas sumárias, pelo Sr. presidente
 do momento, Sr. Castro por de
 Almeida, bem solidárias com o Sr.
 Sr. Francisco Cortes. Li se diz entre outros
 desmentidos. "O ministro das
 Colónias teve sempre na máxima conta
 respectando-o, o critério da general Gil,
 que se deve ter atenuado o Noroeste,
 quando se julgava em condições circurstan-
 ciais próprias para o fazer, e reconheceu a
 oportunidade de o fazer, etc etc". Mas
 eis mais, Sr. presidente, não é preciso
 mais para classificar a nossa política
 e os nossos políticos.

Para a mesa mandou a Indicação que tem
 ler. A ultima parte é a orientação
 a marcar a expedição nova,
 que se organiza e parte de qual se parte
 para, e que nos chega dos mesmos anos
 que se sabe se para outro desastre. Sempre
 os membros. Sempre.
 Tudo dito.

Insuperior Ninguém para mesa a N. N. N.
 N. N. N.

A Camara dos deputados considerando que os desastres dos nossos
 expedições a Africa, nomeadamente os de Naulisa - Proxima
 e Nevila, tem tido como causas principais uma defectuosa
 organização em pessoal e material, improprio e deficiente
 para o desempenho com acerto dos objectivos, a que foram
 forçadas pelas circumstancias, ou obrigadas por ordens ter-
 minantes da metropole aos seus comandos; considerando
 que para um destes desastres contribuiu ainda a falta de reforços
 que tinham sido pedidos para a epocha em que o seu desenlace

triste o cerco a Neuála pelas Alemães, e não foram enviados
 não se podendo socorrer Neuála devidamente e a tempo; porquanto
 não se ~~tem~~ mantêm^{aver} devidamente os efectivos, substituindo-se
 as baixas, havidas por doenças próprias do clima ou por elle agrava-
 das, que reduziram ems' efectivos de tropas brancas de mais
 de 75% do seu total; resolve, aproveitando os ensinamen-
 tos dos erros graves do passado, que a expedição organizada
 para substituir a do General Gil, seja orientada por forma diversa.
 E assim; se inspecione rigorosamente em Africa todas as forças
 brancas que já lá estão desde janeiro de 1914, pertencentes
 a esta nova expedição, repatriando os que já não servem para combater,
 e que se sabe serem a maioria dos soldados enviados, e qual
 inspecionados na metropole cutão; que da metropole sejam envia-
 das tropas ^{principalmente} para Antithéria - metulhadoras - engenharia e outros
 serviços especiais, ^{após} de rigorosa inspecção medica, seleccionando
 os individuos de robustez reconhecida, de mais de 23 annos de idade,
 excluindo os syphiliticos, mesmo robustos e sem manifestações claras, so apor-
 do os individuos que o exame completo medico indique; que a infantaria para
 as futuras operações seja ^{no seu quasi totalidade} indigena Africana, mobilizada desde já em numero
 pela menos quatro vezes superior ao que o Govern. Geral de Macaambique
 propoz crear, em telegrama de 20-12-1916, enviando-se urgentemente os
 quadros precisos a esse efectivo, em officiaes e sargentos de metropole ^{com}
 armamento "mauser" e musicamento para elle; que seja enviada a
 Antithéria de Campanha e municões abundantemente ^{para a Africa Oriental} bem como
 metulhadoras modernas portateis em substituição das de posição que
 ficaram nos portos; que sejam nomeados officiaes comcedores da Africa
 Oriental, ainda que tenham de ser substituidos em França, a fim
 de coadjuvarem a acção do Comandante superior das forças,
 que seja fornecido o material sanitario moderno para hospitais,
 de evacuação e ambulancias, cirurgicas das colunas em opera-
 ção na Africa Oriental, completando o que existe na colo-
 nia actualmente, material amovivel e completo e fornecido
 os meios de transporte suficientes, com pessoal bem habilitado
 nos Camions; e passa á ordem do dia.

Sala das sessões 17 de Julho de 1917

O deputado

Alcides Pereira Protelles de Vasconcellos e Sá

O Sr. Presidente da Camara (Dr. Putaicus Nacien) far algumas observa-
 ções ao Sr. Deputado Vasconcellos e Sá sobre a forma como deve lam-
 ficar o papel por aquelle deputado mandado por a mere

do Sr. ministro das Colónias, sobre as forças Alemãs que ameaçavam Palma, obtidas por via Inglesa, e sob a acção de do General Gil, deixam este obrigado a um conselho de guerra, e governo que as dá, n'uma situação precária, pois que não procedem sequer contra esse General, affirmando aqui o que o Sr. ministro das Colónias affirmou. Não temos considerações tão grandes, não inquietam sobre elles o parlamento, visto ser também visado o poder executivo, guardar silencio absoluto, não sim que é perigoso para a Paz e para a continuação da guerra. Lembros ao Sr. de Afonso Costa, o que a França fez substituindo grande Joffre, culpado de-se até em senões publicos, erros de táctica e organica por Kirelle que após a celebre offensiva Franceza, viu ^{comitido} os seus ^{comitido} publicados, afugados na imprensa e no parlamento, e foi substituido. Lembros a que aconteceu a Lyantey ministro que por não querer dar indicações, discutiu certos senões militares que apontavam como funcionarios mal, se demittiu, fazendo o seu succesor as modificações precisas obedecendo ás indicações do Parlamento. Lembros a que em Inglaterra se conferiu sobre as operações dos Dardanellos, Lembros o inquerito da mesopotamnia, a que procedeu o parlamento Ingles, após desastres, a que foram procuradas as responsabilidades, sem se preocuparem com as altas personalidades politicas, porventura nelle envolvidas, e lembrando tudo isto, passmo que n'uma Republica, e depois dos documentos lidos, a audacia quasi, e innocente mocção seja assim recusada pelo governo, que impõe á sua maioria a rejeição da simples admissao sob a ameaça de que esta admittida simples, o faria logo demittir! Se certo a mocção não é politica, e este governo ^o como governo que não mantém a data' dos acontecimentos, a que ella se refere, não tem nada que justifique um tal proceder. Sobre o facto de na mocção serem designados os desastres de Neualla = Rouuma = Naulida, e citadas datas de telegrammas que tambem impressionaram o governo, estou pronto a eliminar a especificação dos referidos desastres referendo-me a elles só na generalidade, sem indicar as respectivas ^{as} expul, mas d'um modo geral, = "repedidos a offensa" podendo assim abrangêr até as anteriores ao Regimen, quem nunca a analisa a mocção torna a publica. Também Cliton

Replicando a sr. deputado Vasconcelos o sr. deus o
sr. Presidente do Ministério:

A moção e o debate deputado é profundamente rea-
zada e errada. Felizmente o homem que se pro-
mou se tem sucedido não tem punição nem em
sentido o em que n'ella são acusados. Também de
deveria rebater aquella accusação em sessão publica
e ao publico contra os criticos, a moção de des- e o
falsetismo que imporem todos os ordenis e indicações
do sr. a sr. general fil: suas reser-vas - re-esperam.

Para tudo honra Tempo e a sua oportunidade

A quem é função de poder executivo, que é de vida epime-
ra e transitória. Sobre a quem nenhum acto se praticam
nenhum documento, por quem que seja, sem valor nos
exerem que não possa e dea se discutido. Mas a seu tempo:
agora não. Ele não quer chegar a Congresso de Par e não
quer ver surgir lá, contra si, em moção com a imputa-
ção, já grande, que lhe vem da categoria de deputado que a apre-
sentam e aumentada com o valor e a significação dos
deputados que a aprovam: e contra os seus direitos e os
seus interesses e a sua capacidade colonial de vanta-
gem - e a accusação sem fundamento que se moção se
contem.

Ele é solidario com todos os actos de quem a quem pertencem.
E é o seu dever: é a sua, e que de a compreensão a
solidariedade.

Todos os telegrammas foram lidos e a Council e ali aprovados.

Com o que ele chegou com o ministro da Cultura e hon-
ra e moção e formalidade de o mandado telegrafico-
mente a sr. Presidente do Ministério de então, por o sr.
por ele lhe dar a sua aprovação. Ele é apenas um cidadão
da vida politica. E d'ali sair comtencionalmente ou
nem involuntariamente por qualquer acto de deserção, não factum
quem top ou occingor o seu top. Ele não é imbitituri-
vel. Se se causarem que por ter de pair era necessaria
a dissolução do seu partido nem ter heritacem em ele
puppi a regner. Por'ora se e sente o contrario - que
d'ele e Republica precisa. Então n'este momento que
ilustre deputado fme seu conligaravai por ele deir is-
to mesmo.

Respondendo a sr. Brito Carrado, deus o sr. Preside-
nte do Ministério o seguinte:

Institui na incobrenhencia de atos factos se referem o
Parlamento em sessão publica: local - a publico.

O Sr. V. concorda de Si' por um apresentacao de um negocio
 armente a vossa politica: o Sr. Brito Camacho, pro, vai
 por si de a vossa politica, procurando com de dentro
 o governo. A paixao de Sr. Camacho e' tao grande, tao cega
 que nem lhe deixa funcionar a sua inteligencia. Elle
 nao se opo e' que se admittesse a revoca: nem a tute se
 possa opo. Aceite um e quanto 'mocar de confian-
 ca contra de quem apresentar, em sessa' sessa' ou
 em sessa' publica. E' q'uesta de f'm e do termo em
 que de for redigida relativamente an interesses de Pais.
 Por isto e' que de vela. Redija-a o Sr. Camacho em termos
 genericos, com a revoca da desconfianca sem m'ltido
 nem sem referencia a factos que nao de'rao ser tomo-
 do publicos, e de vossa opo.

Pelo acto de quem boceios de reypender Todos em vida e
 depois da morte, perante a historia.

De o Sr. Camacho ou qualquer outra que a honrem que
 ali esta' se va' agarrando as proprias armas por d'ali
 se va' sair sem um soco' sem imperfeito de cum-
 primento de dever e do reypensabilidade de poder.

Nao pode cair com bluff nem com intrigas, nao por
 aquelo que o fazem um jej' f'rem, de quem o f'rem, de
 o f'rem julga' que tem a p'ncipal p'ntes por
 fugir de poder e revelar-se inferior a' sua revoca'.

Sairi, pro, e sem relutancia' pelo meu comit' tu-
 cional. Por' m' ri e tem o sentimento de que tem a seu
 lado os f'res constitucionais, e a Pais esta' prestando
 um grande servico.

E' feliz revoca' o de' de sua queda f'rem a reypen e f'rem-
 ca' d'um f'rem que podere reypenar Todos os conser-
 vos d'opilio' republicana e re' me ministro' entera'
 nem Todos os f'res republicanos de Pais. A em revoca'
 da' o seu voto, e de os seus amigos. De todos os pa'os em
 quem e' o meu unico com um ministro' partidario.

The block contains a handwritten signature on the left side, which appears to be 'M. Camacho'. To the right of the signature is a large, stylized, wavy flourish or scribble that spans across the bottom of the page.

Sessão de 14 de Julho - 1914

2ª Resposta ás novas Considerações do Presidente
do Ministerio sobre a mocção apresentada.

Varemeallo e di = Junto o Sr. D. Afonso Costa, em não quer
que a mocção seja admitida. É uma questão de teimonia
que não se razão. Dize uma vez; está dito! Tomou a
falva S. 2ª e não apparecer alguém no Congresso da Paz
fazendo valer os direitos da pobre mocção!! E tudo se agaria
S. 2ª para vencer, que não para convencer. Vejo-o d'uma
muita cegueira sobre o Congresso da Paz, que não condiz
com o facto de ter ao seu lado como ministro das
Colónias, um homem, que aprazou a doutrina da venda
de Colónias e anexos com Colónias, em combinação a fazer.
Este facto é que pode ser bem perigoso para a Paz. É seguro
de o demonstrar desenvolvendo-o.

= O Sr. D. Afonso Costa interrompendo = Mas fez uma declaração
o Sr. Vilhena como particular.

= O orador, não senhor, não foi como particular, foi como
deputado da nação, no regimen Monarchico, aqui,
neste parlamento, e os seus discursos correm publicados
em livro. Isso porém não importa ao Sr. D. Afonso Costa
só a minha innocente mocção o preocupa. Não admitir!

Assenta S. 2ª a idea de que ouvidas as explicações
do governo seria occasião de se admitir ou não, Committee
do-a na mesa pair, fazendo-lhe a alteração que indiquei
mas tenho duvida em aguardar ainda as explicações do
governo, que não me farão de certo modificar um
juizo assente sobre factos e documentos irresponde-
veis e de significado claro. Mas a mocção Committee-a
na mesa como está d'ente hoje. O fim d'elle não
é politico, é de pelos erros conhecidos, emendas
no futuro orientações perigosas. De resto das expli-
cações prometidas que aguardo sejam dadas já, muito me
interessa conhecer os documentos diplomaticos das negociações de
entrega aos Ingleses dos territorios da Africa Alemã por nós
enquistados, e a troco de que, e para que fim. Espero
pela essa resposta.

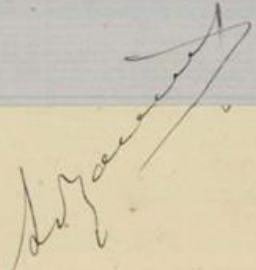
Sepe. e no uso da palavra o
Sr. Tamaquini Barbosa em

de o seguinte:

Sr. Presidente: Começarei por pedir à Câmara que se recorde de tudo quanto baseado em documentos oficiais lhe foi acabado de comunicar pelo meu amigo e Honr. Parlamentar Sr. Dr. Vasconcelos e Sá, n'esta sessão secreta, sobre as campanhas na Africa Oriental e Occidental, e de tudo quanto, em sessões publicas, foi dito ao Paiz pelos successivos governos a proposito do mesmo assumpto. Fazendo o paralelo entre as informações, a tal respeito, colhidas de uma e outra fonte, a Câmara terá de reconhecer, como eu, cheio de fé na Republica e de amor pelo Paiz, o reconheci já com profunda tristeza, que os governos nunca falaram verdade! A Câmara pertence julgar tudo e todos e, quanto a mim, oportuna me parece a occasião para justificar, perante os meus colegas, o facto de não me ter associado á longa serie de louvores e congratulações, proptas pelos governos em varias sessões parlamentares publicas, pelas victorias contra os alemães em Mocimboa, colonia que aqui tenho a honra de representar. A excepção da minha declaração modesta, feita a proposito da narrativa pomposa da tomada de Kionga, - que pouco significou por se não ter prosseguido na conquista de outros pontos da costa da Colonia alemã do Leste Africanos como Lindi e Mikindani, - creio que outras referencias não fiz aos reclamados feitos das armas portuguezas n'essas paragens porque já então estava informado do que eram esses feitos e do que podiam valer para o futuro, quer pelo que conhecia da insuficiencia do nosso esforço militar na Africa Oriental, quer pelos recessos que me inspiraram as mudancas de objectivos, ou, melhor, a não fixação d'um objectivo definido, facto este que provocou os recessos sopidos e bem demonstrou, ao contrario do que disse o Sr. Presidente do Ministerio, não ser, pelo menos de começo, concertada a nossa acção com a dos nossos aliados que na mesma região operavam e ainda operam. E' que estes anteciparam-se na occupação d'aquelles pontos, optimas bases de operações para internamentos em territorio inimigo, bases com defesa natural e segura pela rectaguarda e pelos flancos, e para os nossos soldados deixarem o osso duro de roer - o interior da Colonia - como os factos têm demonstrado. Affirmo pois, sem recessos de dementidos, que, de começo pelo menos, a nossa acção na Africa Oriental alemã não foi combinada com a dos nossos alia-

dos e, antes, estes se interpozeram no nosso caminho obrigando-nos a retroceder quando procuravamos atingir o objectivo Kindi e Mitkindani que elles apressadamente viraram e alcançaram inutilizando assim uma parte do esforço por nós realizado no inicio das operações.

55 Presidente: Não quero repetir a exposição dos factos e a leitura dos documentos relativos a campanha do Herde Africano Alemão porque tudo foi feito com minuciosidade pelo Sr. D. Vasconcelos e Sr. D. em despojo apenas, neste discurso, de um traço geral sobre as causas dos nossos desastres em Africa e especial-as em de Talhe. Estas causas foram de duas naturezas diferentes: militares e interna-
cianas. Das primeiras, que se podem repartir por dois grupos diversos, pois umas derivaram da má organização das expedições e outras de má direcção d'algumas d'ellas expedições, cabem culpas aos generaes e aos commandos; das segundas, só aos generaes pertencem as responsabilidades. Todas devem ser apuradas e das suas apreciações devem resultar ensinamentos preciosos que por todos nós temem que se devidamente ponderados para se podem prevenir futuras eventualidades e evitar novos insuccessos. A má organização das expedições foi traduzida claramente nos seguintes factos, a cada um dos quaes me referirei minuciosamente: na falta de preparação militar das tropas expedicionarias enviadas da Metropole; no má aproveitamento dos indigenas e de certos europeus que gozavam de grande prestigio entre aquelles; na diversidade de armamento e munição e má qualidade de alguns; nos demoras na satisfacção das requisições de pessoal de reforço, de armamento, de munição de cano e bôca, e de outro material de guerra; na péssima organização dos serviços sanitarios; etc, etc. A falta de preparação militar dos contingentes expedicionarios europeus prova que a sequencia da marcha para a Franca pretinha, e impelidamente ainda pretinha as necessidades de nossa Africa. Elle revelou-se desde a organização das primeiras expedições e ainda ha pouco se nota na ultima expedição sahica com destino a Mocaumbique. Seguiam-se então telegrafistas sem saberem ler nem escrever, artilheiros desarmados de material, infantes sem instrucção de tiro, etc. Algumas d'estas circumstancias me foram notadas pelos officiaes das unidades ultimamente embarcadas e tudo aquillo eu observei, quando em Mocaumbique, a chegada de primeira expedição que para li foi e de qual era commandante o D. tenente-coronel Manoel d'Almeida. O estado dos reforços e o mau aspecto dos contingentes, a pouca disciplina que nos mesmos reinava; a



 excusa de uma viagem e no porto de Lomeco daques, já pelo pouco andamento do cruzador que contribui o transporte, já pela scena passada com o carregamento de canhões para bordo d'aquelle navio de guerra em Lomeco daques, que, depois de ter encluido os canhões com canhões do Cabo, teve de ir evasiva para receber canhões Cardiff porque aquelle não servia; tudo impressionou mal a população de Colonia que, ao ouvindo a chegada do primeiro contingente que os jornaes annunciaram com extraordinario realce me, grande decepção soffreu! É preciso averiguar se a quem imputar as culpas de tudo o que acaba de narrar. Equivalente necessario é saber-se porque é que em Blocaemburgo, logo de começo, se não prepararam convenientemente grandes contingentes indigenas e porque se não aproveitaram para esse effeito a influencia e o grande prestigio que teem entre ellas, das de longas datas, certos militares europeus que por lá se encontravam e encontram, como são o Major Cunha e o Capitão Nautel? Não serão porventura magnificos auxiliares, esses indigenas, mormente quando commandados por officiaes distintos e valentes a quem elles obedecem cegamente?

O Sr. Ministro das Colonias (interrompido). - Em officiaes e outras autoridades de equal prestigio não agora sendo oportunos...

O orador. - Ainda bem que o Sr. Ministro das Colonias, como a sua declaração, confirma o meus informes. Mas porque se não procedem assim ha mais tempo? De quem são as culpas d'esta falta? Tudo, Sr. Presidente, precisa ser esclarecido porque, se tudo isto se fizesse a tempo, muitos se teriam poupado em dinheiro e em inutil sacrificio de vidas.

Passando agora a apreciação do armamento e muniçionamento das expedições a Africa, eu disse, Sr. Presidente, que a sua maior dotação se deve tambem á preocupação de tudo se quera enviar para a França com a apparencia de se não ter procurado saber primeiramente se em França elles eram necessarios e convenientes para não succeder, o que succeder, e que foi a sua devolução a Portugal, conforme consta das ultimas declarações do Sr. Ministro de guerra. De tudo isto se inquirir em tempo devido, não haveria que registar agora o que se passou em Africa a tal respeito e que bem dependo fica n'estes dois factos factos de provar: a necessidade de em Blocaemburgo, para uso das expedições e forças auxiliares, se aproveitaram armamento de typos diversos e o muniçionamento que ha muitos annos fazia nos paizes da Colonia e que, quando experimentado na instrucção de tiro, se verificou dar

uma perda ou falta de 70 a 80%; e a necessidade de se fugirem embarcações
poucas de reposto, com os seus munições que tanto factos faziam em Mo-
çambique, ao mesmo tempo que, do mesmo transporte, desembarcaram
os novos contingentes vindos da Metrópole com o seu munições! Que
critérios e que ordens!! Quem os deu? É um ponto que também precisa averiguar.
Quanto às licenças na qualificação das requisições de pessoal de reposto, arma-
mento, munições de cano e boca e outros material de guerra, a elles
largamente se refere os relatórios dos comandantes dos expedientes. No entanto,
e para citar factos do meu domínio, basta que eu diga à Câmara que de
dois milhões de cartuchos perdidos o ano passado para Moçambique, com ur-
gencia, até hoje, que eu saiba, só seguiram uns 800.000; e, reportando-
-me a um caso recente, eu informarei que ha mais de 20 dias estão na
uma estação de Caminhos de Ferro de Lisboa, 20 wagons carregados com ar-
tomos destinados a Moçambique e até hoje, que eu saiba também, não
ha ordem para a respectiva descarga porque, ao que se diz, não ha dinheiro
para pagamento dos fretes e de encomenda!...

O Sr. Mirantes das Colónias (interrompendo) O defeito é das formalidades legais....

O Sr. Vasconcelos e Sá (interrompendo). Então para que serve ao governo as auto-
rizações que tem e o facto de ser governo?!

O Sr. Orador (Tamaquini Barbosa). Essas formalidades abreviam-se! Não justifica
o que se tem passado, e infelizmente ainda se está passando, a tal respeito.
É mister não embarcar a acção de quem dirige as operações e a tudo é neces-
sário acudir com brevidade. Não quero com isto attribuir meus gestos à
Repartição Militar das Colónias que sei ter sido sempre muito diligente, mas
quero fazer que se crie ou uma melhor organização dos serviços desta ma-
tença, ou um apuro de responsabilidades.

Interrompeu e a reunião era ás 18^h ficou
o Sr. deputado Tamaquini Barbosa
com a palavra reservada

Nota 18 de julho ás 14^h 20' o Sr. presidente
declara aberto a reunião e concede a palavra
ao Sr. Tamaquini Barbosa em desi!

O Sr. Presidente: Continuando as minhas considerações, eu vou referir-me agora
à penosa organização dos serviços sanitarios nos expedientes a Moçambique,
unicos de que conseguí colher elementos. Os socorros hospitalares na zona
de operações, ministrados de começo n'um unico hospital em Palma situado
na praia e formado por velhas barracões de capim com camas para um quarto
da sua lotação, com a mistura de drutes, de toda a especie atacados de sarua,
sarampo, desintéria, etc, com o insufficiente pessoal de enfermeiros e sem
os necessarios desinfectantes, medicamentos e aparelhos cirurgicos, foram mais

também prestado também por um outro hospital situado n'um alto junto ao quartel general em Palma e cuja lotação esteve sempre excedida sendo obrigados os doentes, que a elle baixavam, a levarem consigo as quitandas! Os postos de socorros que, segundo creio, apenas foram estabelecidos em Mlocimboa e Nangadi, não dispunham de pensos esterilizados nem de necessaria ferragem cirurgica! Para as ambulancias escolhiam-se, por vezes, locais expostos e inaproprios pois até se chegou a instalar uma, grande de passagem do Roruma, a trinta metros d'uma bateria d'artilheria que protegia a referida passagem e em local de constante transito de forças, viateiros, etc!

O Sr Thomas Rosa (interrompendo) afirma-se que um parlamentar alemão recomendou ao nosso comando o deslocamento d'uma ambulancia para local afastado das posições de combate das nossas forças!...

O orador - Também ouvi referencias a esse caso. Eufim, tudo se fez pela forma que acabei de expor, em columnas d'operações cujo estado sanitario era desgracado, como se prova dizendo-se que: d'uma companhia do 21 de Infantaria, mandada por costigo e chegada a Africa Oriental em fins de Setembro, em meados de Janeiro, um terço do seu effectivo estava absolutamente incapaz de qualquer serviço e o restante com accessos palustres constantes; que de tres baterias de montanha, 51% dos seus effectivos baixaram aos hospitais com doencas que obrigaram a convalescencias medias de 10 dias; e, finalmente, e ainda ha pouco tempo, que uma batallião do 31 de Infantaria, ao fim de quinze dias de estada em Africa, teve quinhentos homens inutilizados como tuberculosos, syphiticos, etc, vendo-se o governador na necessidade de narrar o facto para o Ministerio, n'um telegrama, pedindo providencias para maiores rigor nas inspecções medicas, aqui na metropole, antes da partida dos contingentes expedicionarios! Quem responde por estes desleixos e crimes? De quem é a culpa nas expulsoes, por vezes notadas em Africa, para a repatriação urgente dos doentes graves? Tudo, Sr Presidente, precisa ser respondido e esclarecido.

Passando agora ai causas, de ordem militar, dos nossos desastres, devidas a má direcção d'algumas expedições, eu direi que, a parte o grave erro, de direcção de algumas operações, de Lisboa e cuja responsabilidade si' aos governos respectivos pertence, aquella má direcção ou má accão do comando patenteou-se por vezes como deficiente e portanto incompetente, como desleixada e portanto criminosa, ou então, e segundo as declarações de Sr Ministro das Colonias, de que

o alarve de S^o General Gil, apuz o desastre de Navalva, fôr apenas provocado por trezentos espingardos alemães que os nossos perseguiram, como cobarde e impotente d'um exército.

S^o Ministro das Colónias (interrompendo) Eu não a classifiquei de cobarde...

O orador - Mas classifique-a eu, em face das informações prestadas por V. Ex.^a à Câmara e que eu desconhecia. Além d'estas informações, os factos que são do meu domínio justificam, quando provados, as acusações formuladas. Assim, quanto a Hlocambique e fixando-me na expedição de Comando de S^o General Gil, eu disse que: a permanencia comoda do general a 60 leguas do local de operações, jogando o bridge com alguém do seu seguito e proferindo, nos momentos mais criticos, frases irritantes que heem traduziam o pânico ou nenhum intento se pelas operações; a má occupação convenientemente dos postos entre a base, na zona de retaguarda, e a zona d'operações; o avanço por regiões desconhecidas, sem previos reconhecimento, ordenado a columnas de redugidissimo espectivo, quando se sabia valente e numeroso o inimigo; o mal cuidado serviço de abastecimento para as mesmas columnas, que passaram fome e sede; a existência em que os outros praticassem actos de valentia e de audacia que previamente estes, sabiam de efeitos desastrosos como succederam em Navalva onde muitos baixos tivemos entre mortos, feridos e prisioneiros, e onde perdemos um material como estações radio-telegraphica, muitos peças de artilharia, oito metralhadoras, mil e quinhentos espingardos, sessenta e tantos mil cartuchos, mais de quinhentas granadas, cinco camions e umos cem vintenas de munições e companhias; o pânico nutrido pelos prisioneiros; etc. etc; tudo justifica, S^o Presidente, a maneira como classifiquei a accção do commando n'essa expedição desastrosa para o Paiz e vergulosa para o Exército Portuguez! Cito informações que correm pelo Paiz e os prestados à Câmara pelo S^o Ministro das Colónias e a que fiz referencia, plurentem-me formular as seguintes perguntas: O que fez apuz o General Gil? Onde está e em que situação? Por que não procedeu o governo como devia? Mas, S^o Presidente, ainda a propósito do General Gil, onto caso o Parlamento tem que apurar e e' saber quaes as condições especiais que levaram o governo a convidar-o para a direcção superior das operações, em Hlocambique, em substituição d'um oficial illustre e conluador d'Affrica, o S^o Coronel Rosado, pimeiramente investido n'aqueellas funcções? Tere a honra, n'uma sessão publica, de tratar da exoneração de S^o Rosado e as similhars intencões foram então deturpadas pelo governo e pela maioria

Neste Camara que visivelmente me atacaram dizendo que mal me ficava de-
 fender um official que fizera depender a sua marcha para campanha d'uma
 quantia de dinheiros... Não parendo que a Camara fize sob esta impressao, eu
 esclareci tudo neste momento, dizendo que a exoneração do Sr Rosado se deveu
 ao facto de elle depender d'uma justa pretensão do seu chefe de Estado Maior.
 Tratava-se, Sr Presidente, de chamar a attenção do governo para resolver sobre
 o vencimento, d'este chefe de Estado Maior, que estavam fixados em termos inco-
 nvenientes pois eram superiores aos dos seus adjuntos. E porque o Coronel Rosado
 se collocou ao lado do official reclamante, o governo, precipitado e inconvenien-
 temente, exonerou ambos, chegando mesmo, segundo me informaram, a pu-
 nilos disciplinarmente. Resultou d'aqui a demissão, a pedido, dos outros
 officiaes do Estado Maior e creio, que de alguns chefes dos serviços expedicionarios,
 todos officiaes para servirem sob as ordens do Sr Rosado e quasi todos com
 pratica de campanhas em Africa, e consequentemente resultou tambem a
 desorganização de expedição em cujo comando se investiu depois o Sr General
 Gil que, em breves dias, embarcou, supellido, sem conhecer em detalhe
 o que levava e do que dispunha, sem avaliar bem a gravidade de sua mis-
 são, nem tendo conseguido, o que não alcançou o Sr Rosado, o augmento
 de vencimentos para o novo chefe de Estado Maior, augmento fixado n'uma
 ordem de exercito empidencional, que eu li, e que e'a que se refere a'organização
 dessa expedição!...

A Camara que julgue d'este facto!...

Quiz-se mais tarde dizer que a causa principal da exoneração de Sr Coronel
 Rosado residia nos factos de elle ser monarchico. Admittendo esta hypothese...
 o Sr Presidente do Ministerio (interrompendo) Não formule hyptheses, tenha
 a certeza. E com respeito ao requerimento do seu chefe de Estado Maior,
 eu deduzo a V.ª que elle estava escripto em termos inconvenientes e
 improprios...

O orador - Não foi isso o que me constou. Mas... voltando ao que ia dizendo
 sobre o Coronel Rosado e admittendo que elle seja monarchico, como estabelece
 o governo a questão que d'elle fez para o comando de expedição antes de o
 entregar ao General Gil? Como explica tambem que aquelle coronel
 continue ao serviço do Exercito de Republica? Certamente, e d'isto não
 tenho duvidas, porque o Sr Coronel Rosado, muito embora monarchico,
 não se esqueceu jamais de que como militar se tem que servir a Nação

e de que, como homem de honra, só tem que respeitar os compromissos tomados sendo sempre fiel de sua palavra e dos seus juramentos. Se poras em contrario honresse, com certeza o governo não o admitiria no alto cargo que desempenha hoje no Exército Português, nem o toleraria nas fileiras do mesmo Exército.

Quando nas minhas considerações, após o esclarecimento deste caso, eu passei a referir-me agora a Africa Occidental e especialmente, a expedição do Comandante de St. Jeneral Pereira d'Eça. Direi simplesmente que correm muito de varios factos graves passados nessa expedição e precisarei a necessidade de se apurar, entre outras cousas, aquelle enorme prejuizo de mantimentos abandonados em Mossamedes, e as barbaridades e selvagerias que, por ali dizem a boca cheia, teram sido praticadas em Angola pelas nossas tropas.

O Sr. Thomaz Rosa (interrompendo) Eu tenho documentos importantes a tal respeito.

O orador. Era grande obsequio V. Ex. lê-los á Camara neste momento, mesmo para que eu fique melhor elucidado e possa tirar conclusões mais seguras de tudo.

O Sr. Thomaz Rosa (lê os seguintes documentos):

Os documentos vos referidos por V. Ex. Sr. Rosa

O orador (Taunaymini Barboza) Sr. Presidente. Pelo que todos nós sabemos do que por ali se diz, pelo que todos ouvimos e que foi lido pelo Sr. Thomaz Rosa, e pelo que por ali come em certas fotografias que confirmam algumas acusações, a Camara reconhece, certamente, a necessidade de um requerimento parlamentar, como eu terei a honra de propor logo que o governo acabe de responder a tudo quanto se tem dito sobre o assunto em discussões.

Apreciando agora, Sr. Presidente, as causas d'ordem internacional de nossos desastres em Africa e que são de responsabilidade exclusiva dos governos, eu classifico-as hei em dois grupos: as que impediam a fixação d'um objectivo para as expedições e as que não permitiram que os Comandantes dessas expedições embocassem, desde o começo, o plano de cooperação dos nossos forces com a dos aliados e, em especial, com a dos inglezes. São para mim mysteriosas estas causas e, por isso mesmo, precisam de ser esclarecidas. As primeiras se devem certamente as communicações dos nossos governos, feitas para a Africa, ao Ministerio de que fazia parte

o Sr. Lisboa de Lima como ministro das Colónias, e onde se recomendou as tropas portuguesas do comando do Sr. Rocadas, e em sua conta do seu relatório, a obrevanciamos a nossa neutralidade, ao mesmo tempo que, aqui em Portugal, se proclamam, em senões históricas e em manifestações nas ruas, a nossa beligerancia; e as segundas, certamente se descrevem os factos occorridos com as ultimas expedições a Moçambique de não quereremos embaracçar a nossa valha aliada, ocupando, primeiro que ella, Luídi e Mikindani como já disse no começo do meu discurso... A respeito de cooperação em Africa, em senões precisos, declarando que só a accredito a' face dos documentos que peço para me serem mostrados. D'outra forma, continuarei julgando que ella não existe, como de começo sei que não existia, pois é bem conhecida a conta em que a União Sul Africana teve a nome accão militar, e é de todos sabido que os avisos que elle nos fazia, sobre as intenções do inimigo comum, só continham os seus formaes, e não de documentos officiaes trocados entre os governos. Estes dois pequenos toques que vou ter, bastam para a todos convencer de razão que me assistiu no que apiremos: A primeira foi publicada no "Star de Johannesburg" de 14 de Setembro de 1916, dia do mais importante e mais cotado na União Sul Africana, e dizia: (le) "Se as tropas portuguesas ao sul forem por qualquer forma eficientes, ou mesmo até espectivas, como em theoria a sua situação nos leva a imaginar, a sua cooperação no momento actual seria de maxima valho para apressar o fim de campanha. Infelizmente não ha razão para se depositar muita confiança nas suas facultades para prestar auxilio, embora a sua boa vontade esteja fora de duvida"; a segunda foi transcripta no "Lancet" de 30 de Outubro do mesmo anno e dizia, entre outras cousas: (le) "Um prisioneiro alemão que foi entrevistado (na Africa Oriental Nyloga) recentemente, confessa que conhecia bem o plano do general alemão Lettow. Disse ainda que os alemães lançaram setias para o territorio portuguez...". Infelizmente, aquella previsão sabida acertada e o facto narrado n'esta ultima noticia confirmou-se ha pouco, não me constando que, por via official, de tres intenções fosse previamente posto ao corrente o comando das nossas forças... Andaram as nossas tropas as cegas, como as cegas ainda em tudo hoje a respeito do significado da frase "negociar a ce-

demora dos terrenos conquistados, que consta, como a Camara avisou durante
 o business do St Vascellos e Sa, dem telegrafia expedido d'epui, pelo governo,
 para a Africa. Conviniente seria que ella se esclarecesse...
 Antes de terminarem, Sr Presidente, desejo formular varias perguntas, ao governo
 e combazer a sua orientacao no respeitante a' nossa accao futura na
 Africa Oriental, onde, ao contrario do que affirmam os nossos aliados,
 parece demorada a campanha. Preciso que se esclareca quanto ha
 gastos com os expedicoes a' Africa desde 1914; o que e' que, de positivo, come-
 quemos ate hoje com essas expedicoes; porque e' que se não regula de vez a liqui-
 dacao dos pensos as familias das victimas de guerra em Africa; e qual a razão
 porque não são publicadas as listas das recompensas propostas, nos relatorios
 dos commandos das diversas expedicoes? Tomame ainda necessarias providen-
 cias para que os vencimentos dos militares em operacoes em Africa se
 liquidem em tempo devido pois, ao que me consta, ha, pelo menos,
 atrasos importantes nos pagamentos ao pessoal militar em servico
 na Africa Occidental.

O Sr Domingos Cruz (interrompendo) Posso garantir que, em Angola, a
 liquidacao dos vencimentos aos militares está atazada de quatro mezes e mais...

O Sr Ministro das Colonias: Tudo se ha de remediar brevemente...

O orador (tambeem Sr Barboza) Faço votos para que assim seja. Termino
 lembrando a conveniencia de se fazerem seguir os mais importantes
 nucleos de forcas, para a Africa, nas melhores epochas, para que possam
 operar immediatamente e durante um periodo de tempo mais longo; e
 lembrando que com elles seja um estado maior competente e o necessa-
 rio material de aviacao, de artilharia de campanha, de saude, e
 de tudo, enfim, de que hoje se sabe haver absoluta necessidade para o
 bom exito das operacoes. Recomendo ainda, sendo possivel, a consti-
 tuicao d'uma importante flocão de exercito de mar para cooperar com
 as tropas de terra que estão vi rias para a campanha em Africa, e a
 conveniencia de se evitarem operacoes por columnas isoladas, sem a
 subordinacao a um commando superior só eficaz quando exercido
 por quem não tenha que se preocupar com outros assumptos e possua
 a cathogoria precisa e a auctoridade que resulta do galaoe e do profun-
 do conhecimento da arte da guerra e da sciencia militar.

Faço votos, Sr Presidente, para que tudo se esclareca e tudo se reme-

deixar por forma a poderem-se concluir os erros praticados e os que d'elles são culpados, e por forma tambem a ficarmos mais tranquilos quanto aos exitos das futuras expedições e do enorme sacrificio que, como nos cumpre, estamos fazendo em Africa. Aguardo a resposta de vossa parte, consoante ella, manter ou alterar a mocção que já tenho redigida e que terei a honra de enviar para a mesa propria de um empreito parlamentar sobre todas as expedições a Africa a partir de Agto de 1914. Tenho dito

He os documentos lidos pelo Sr. Thomaz Rosa usaram a palavra para explicações o Sr. Ministro da Guerra, Guerra e Vicesecretarios que diz seguito. Tendo antes o Sr. M. da Guerra pedido ao Sr. Thomaz Rosa, que entregasse os documentos, para serem

Vos concellos e Sá = Sr. presidente, não vou atacar
 não vou defender, depois do que aqui, vou
 apenas dizer. Não podia por dignidade pessoal
 sendo o unico parlamentar presente, que estive no ^{depois}
 do Sul de Angola, ficar calado perante as monstruosas
 causas que aqui ler ao Sr. Coronel Roza, deputado e
 da maioria. Principio por declarar, que se houve crimes
 crimes que ali quem em Africa, ^{de} General Commandante,
 tivesse dado ordem para matar Creanças e mulheres,
 nem mais um momento ali estaria, nomeadamente a quem
 honrar. Não caberia tais ordens, mesmo depois de
 mas mostrarem o meu espirito de solidariedade d'elles
 e procuraria melhor, quem os deixa em abarroamento
 de crueldades patológicas, se o poder central, se o Comandante
 etc. Vou dizer o que vi. Não podia e claro estou em
 toda a parte, n'umas linhas de etapas de 500 e
 mil kilometros. Estive porém no Preambulo do Cuamham
 se fez a marcha do Hambe para a Njiva. É verdade
 que se enforcaram ^{os} ~~os~~ adultos Hambe Creanças
 e Cuamham, depois de interrogatorio, e durante a marcha
 Chir, se apunhadados ou aprestados - se e considerados exp.

Cosm. do Sr. Thomaz Rosa, Pádua Gomez e Alfredo
Magalhães que, em negócios

seguinte, pergunta á Camara se depois
de ouvirem e leitura dos documentos que
o ilustre deputado da nação Sr. Thomaz
Rosa acaba de apresentar, não será caso
para se posta em duvida a autoridade
do Sr. General de Divisão Pereira de Sá,
n'esse importante documento arquivado
de factos que deixaram todos os membros
da Camara sob uma impressão de hor-
ror que não sabe descrever. Suspensas,
e garantias em Lisboa, não comprehendo
que esse alto funcionario continue a me-
recer a confiança do governo, e que a
ordem publica na capital nem mais
uma hora esteja sob a sua alçada.

Não o condemna, antes julga jul-
gar que resultará inaprovechante qual-
quer inquirição a que se tenha a proceder se
sobre os tractos seus successos da expedição
do seu commando á Africa, nem entende
que o Sr. General Pereira de Sá, em-
quanto não peccar a sua irresponsabili-
dade, deve ser separado dos seus fun-
ções.

Por lapsos vão transcriptos em seguida, polavras que o Sr.
Ministro do Fomento proferiu no dia 25 de julho.

Vae dar algum explicação e fazer algu-
mas considerações sobre as nossas ope-
rações em Africa e a nossa posição pre-
sente a frente europea.

Umas e por parte de Africa e por parte
de Europa que as autoridades não pre-
staram com a lealdade e honestidade que
se lhes exigiu. Não foi assim
especialmente dito nem foi bem cla-
ramente insinuado.

Vare a sua Testada, por si possível -
mente - e com o governo genl d'Augusto
que em ar tempo da operação & L.
Rocados.

A respeito de alguma situação belica
deve sempre cumprir.

A alguma situação em esta: o desejo de
não declarar a neutralidade e o propozi-
to de evitar que actos imprudentes obrigar
sem a sua regulação de situação; e a esta
atitude se refere não só por indicação
ou sugestão da nossa aliada mas por in-
teresse e necessidade própria por in-
teressa se esse momento em circums-
tância de entrar em situação de belic-
gerancia. Terei sido um grande mal.
Seria absolutamente inconveniente
e perigoso declarar não se possen-
mos uma declaração de guerra.

A ditadura deve o propósito e agir no sen-
tido d'alterar a nossa atitude politica - in-
ternacional no sentido d'um melhor
disposição por cam & Alemanha.

Naque ordem a Rec que republicana e
denunciar a nossa accus.

Por isso não obtemos a tempo e o uso de
nosso em tempo adiant o mais dos
nosso males.

Julio Martin - chegou e ha os ordens?
Oram. sem dúvida. Naque ordem
ou antes ou depois fornecimento;
falte l'intenção a Rec: costaram - de
os requisitos: não é deixar oram.
Enfim, toda a nossa guerra militar
foi republicana.

Erros, etc os ordens que ele, com gover-
nato recibiu - evita a beligerancia.

Lê e dá explicação sobre o primeiro tele-
gram que recebeu em Londres.

É de 6 de setembro de 1914 e transmite
a declaração da neutralidade: no dia se-
guinte, no mesmo sentido recebeu um
telegram oficial. Os termos em que

gruente: não havia quem fosse responsável
 com um bom relação com todos os
 países incluído a Alemanha. Entre
 estas apressões retirando a inde-
 cacão de Inglaterra.

Com frequência foi modificando esta
 orientação conforme as circunstâncias,
 e a estes interesses é para lá o fim de um
 sechando.

Lamento que de sessão se aumentas
 sem aquelles que queriam explicações:
 quem devia dar as acusações e dizer de
 sua justiça sem actos e sem clamor.

Analisei e commento varias jorna-
 lism de um relatório seu em que re-
 sponde aquelles telegramas e exprime a

situacão e o seu modo de ver.

Le raiin trechos d'ele, que tem a data
 de 21 de novembro de 1914

sempre porem e experiencia esta de
 que o nome inimigo é o alemão.

Tudo quanto contém ele se fizer é um
 acto de patriotismo: tudo quanto em seu
 favor se fizer é um crime. Foi a sua
 orientação.

O primeiro passo que foi contrariar os,
 an alemães foi prohibir a entrada de
 europeus, nacionaes estrangeiros em Hamburgo,
 a não ser em serviço do pro motor d'ele.

D'um modo indirecto em contra de que
 este diploma se dirigia e de aqui com
 penderem bem. Com este de ter um
 com se combição um outro Portugal
 registando sobre alimentos.

Fato de manja germanica deve
 em este tempo em abster de persistencia
 por suas ideias e de sua presidencia
 de varias communicacões suas e officias
 sem denunciando já é muito abster de
 guerra as perigosas diplomacões de He-
 mamba.

A respeito da sua Portaria que prohibia
 a entrada d'estrangeiros de d'europeus

na Hércules carta que o courent aléuam
 the for sobre que tençionan ir a hubang,
 as que ele logo responder que tal não per-
 mitiria e nem provavelmente em nome
 meado por estar emminente a declaração
 Também ali de estado de sitio.

E justifico a sua resposta: estou a chegar
 a expedição Rocado, e ele certamente

ali pretendia ir por marinho e coisa
 pior.

A'ém ocasião telegrapho a Brimões
 sobre as inconveniências e inconveni-
 entes de ir ali por mandado sair.

O courent tençionan em ir não o deixar
 desembarcar.

Expôs a forma que não iriam ordenar
 ministerias. A'acem a ministerias ficam
 livre. Se dificuldades surgirem e for pe-
 cis sacrificios de lançar sobre de todos
 as responsabilidades d'um governo que abuz
 ou se excede, título e forma em soluçã
 pois de a não fazer sacrificios, tudo
 em carreira, a sua vida e ali o seu
 nome.

Rocado chegou a Lourenço em 6 d'outu-
 bro de 1914. De a este respeito applicação.

De parte da instrucção sobre Rocado já
 mostrar que ele não sabe que the deam
 mais instrucção mas não que não the deam
 instrucção.

A'edamcação sua de the e forma de Hércules
 portanto já. Inaugurou o sistema d'horas.

Le raris documentos demonstrativos
 In seu accã. Sempre deu a incidente
 de Hércules um caracter de conflito ou
 acto de hostilidade. Uma prova que
 foi indiscutivelmente.

Rocado telegrapho the a sua avã impres-
 sã sobre o incidente contã, depois
 de se e o capitã não enje substitui-
 cã pediu. Não título raris.

O incidente já não se assim:

Uma patente alemã, armada, um
 sei o direito, motivo pelo qual
 Serem a intenção a ir ao Comandante
 português, sem o que não deixaria
 ser as Terras alemãs: o que ele
 tentou de todo o modo, o qual afirmou o
 frei de caravela que montou o que ficou
 o Comandante de patente, o qual depois
 quando d'um pido que abstraiu ao
 Alfeu: este instintivamente recuou,
 e este movimento, aproveitou o patente
 para fugir a desfilada. Foi então que sobre
 ela o Alfeu ^{mandou} ~~deitou~~ fogos.

Vai expor a medida que adoptou contra
 a Alemanha: obrigou-os a fazer residência
 nos capitais dos distritos de Beira, Braga,
 Coimbr, Lameira e principalmente no
 Porto e a rigor.

Fale de massacre e Luanda. Com res-
 pecto a retaliação pedia-se que apre-
 sas os navios alemães, um dos quais ti-
 nha um excelente ateliê de telegrafia in-
 frã, que não poderiam apreender, e
 que nos mãos d'ela nos estam ameaça-
 do e podem causar prejuizo.

Ami e depois a guerra, que não autori-
 sou a apreensão nem she recuso eudo
 que não se deixasse sair. Comprimos es-
 ta ordem mandando fazer por todo os
 os navios, e que em seu nome uma
 real apreensão e, ami,मित ante-
 rior a apreensão geral decretada.

No mesmo tempo ordenou a apreensão de
 generos por elle adquiridos - 150 toneladas.
 Então fez reunir em honra todos os

alemães, fazendo insinuar ao Conselho a
 conveniencia de elle sair.

A um intermédio de Henrique de Escudella
 diz que não pode dar informações sobre a
 missão lusa-alemã: eu não se com-
 ete de um modo grande visto por a me-
 tropole, em caso de licença, ou seja
 depois que os delegados portugueses tinham interm-

que para verem a que a Alemanha queria
e faziam. Este convencido que em um
dos muitos actos e dos momentos maus para
o Alemanha esta fazendo contra a inte-
gridade do nome Colômbia: elle está a
absolutamente convencido que, se não for
a guerra, no 2.º semestre de 1914 o sul de
Bogotá seria invadido pela Alemanha.

Continua a ler documentos contendo
de as proclamações que tomaram contra
alemães.

Refer-se a uma entrevista que teve com
o Comandante alemão, que continha a parte
dos tempos alemães que invadiram. Quando
afirmava que a guerra imperial era
absolutamente estranha a tal caso.
Comunicou a Rocas esta declaração
e disse-lhe que em face d'ello de se devia
fazer em contacto com o alemão por meio
d'um emissario, em vista também da
intenção de evitar de entrar em hostilidades,
de forma a esclarecer-se a situação,
não se fez isso, e que bem mau foi.

Megre que não tiveram tempo.

Expõe varias contradicções em informacões
de Rocas, que, a seu parecer, perdeu a
seriedade e caiu em completa des-

orientação. Viam-se alemães em toda a
parte.

Leu o telegrama que em 25 de novembro
enviou a Rocas.

A pergunta de Simão Rayon respondeu
que o governo de Metzgerle sancionou
sempre os actos d'ello governo embora
estes os seus actos se continuem por in-
tencões de guerra, incluindo a este apre-
ciação as medidas que tomaram contra
o alemães - a seu primo e a seu sogro.
Ligaram em Bogotá um alemão velho
e infirmo com um um inglês
não é verdade, contra o que afirmou Vosemeils e
saíam a cam de de volta de Chaulilla foram feitas
d'intencões de guerra a pedido Rocas e de. Outros

são os raros que de dei nos relatos. A de
 grande ainda deu um outro caso,
 que me lhe parece e mesmo real, segundo de
 os meus soldados terão fugido com car-
 reiras, descuep entantam este todo inci-
 dente pelo facto de se passarem de tempo, em que
 em muitos voluntários se resumiu de fazer al-
 gun etc.

Em conclusão: se há responsabilidades retrahidas
 as ordens de não d'elle voadas, em quanto se
 vem a dar nem do governo de peid de cecia das
 do Bernardino Machad, e breves cautelas
 nem do governo que se requiriram e me-
 deram de os acontecimentos de 14 de maio

Da profundos as suas considerações, lra
 tirando não ver presentes a deputação
 que querias estas explicações e se não tant
 pediram esta sessão secreta e de não
 sairam quando des lhe iam ver dados.

Beregria dor. th's me sua primeira pro-
 ventum ainda mais completa e com
 mais vigor.

Elas ai ficam
 A camara que julgar.

Continuacao dos trabalhos do dia 18, cuji
 extracto foi interrompido pelo lapso de
 inclum de dicums acim - ^{transcripto}
 do Sr. Ministro de guerra. ^{habita uma incizão que se} ~~seu~~ ^{reputa}
 do Sr. Alfredo Magalhães, usaram
 a palavra para explicações, e sobre
 o incidente suscitado pelo Sr. Magalhães
 de que deputado, o afastamento do
 Commando do Divisão do Sr. Jurem
 Pereira de Res; em quanto se figura um
 inqurito parlamentar os seus
 actos como Commandante do Exer-
 dicio a suplo do Sr. deputado
 do Sr. Ministro de guerra, que exten-
 de dever o inqurito se fait pelo Sr.
 Ministro de guerra e Officio, e nos
 dever actio do Commando do Sr.

Das a natureza e natureza sua
 inqurito inqurito - que inqurito
 inqurito inqurito

das do exercito e do general Ser, sua
ao governo portanto a mercen
in teina compare, a Fallr um equito h.

Moura Pinto - discordo em absoluto da doutrina de Sr. Ministro da guerra. Inaugurar que fossem as crimes ou fallas a responsabilidade do general Pereira & Co, como commandante da columna de operacões em Africa, logo que fossem tambem ao conhecimento da politica ou walei em do Parlamento se deve iniciar o processo de afuramento das responsabilidades mas se d'outrem. berris
ser principio fundamental de justica militar que um commandante de columna responde por todos os erros, fallas ou delictos ocorridos sob o seu commando, enquanto não declinar o nome da responsabilidade de responsabilidade que lhe caiba por os que forem de iniciativa propria ou dos que, sendo de iniciativa dos seus subordinados, nao forem por ele devidamente punidos. Nos o absurdo sobre de justica quando o Sr. Ministro da guerra pretende manter a um posto de maior melindre - qual seja o de supremo governador de Lisboa com garantias suspensas - um general contra o qual se produziram vultu parlamentares documentos

não contradictorias dos quaes constam que a columna do seu commando - e porventura por sua ordem - commettera as mais horrosas selvagerias em nenhuma cidade de guerra justifica barbaridades tao escrupulosamente crues que de com afronta indignaçã e repulsa poderam ser ouvidas pela Camara

Este homem este general não pode ser, mais de um
e ca lta rito, o detentor dos mais altos poderes civis, e civis
cognaris senhor da liberdade e da vida dos cidadãos Sim
cidade de Portugal, da capital da Republica. Não pode
ser, a menos que este governo que que manter a ordem
na cidade de Lisboa, a custo de sangue inocente e de vi-
das de pessoas pacificas, mais encontros o grande e gene-
ral ideal para os seus procosos governativos, afrocultas
do-lhe nos mae de Lisboa as horrosas vertudes que sobri
de fornecer etruas dos mltos - restos africanos.

É principio de moral e é um novo lei civil primitivo de
direito que um funcionario sob uma pua accusaçã se deheja do
serviço de afuramento e responsabilidades momentaneamente quando
a natureza do seu cargo lhe de reangeu a limites a liberdade
de sephor dos testemunhos na maior parte militar, de produçã

do Sr. Director J. J. de Sousa, emquanto
o inquerito dura.
A opinião contrária é a Sr. Pereira
Bastos, pelos perigos que representaria para
o nosso exercito, neste momento em
campaões, o divulgarem e
afora os factos a que os documentos
são de blude. Falta em seguida o

Ordem-Prezidente do Ministerio (Dr. Affonso
de Castro) sobre o documento Tamariz Rosa)

Fazia que os documentos que acabam
de ser lidos não contem o nome do Ge-
neral Pereira e nem lhe imputa acto
algun do que se creem, e referindo-se a uma
epoca da contem as mesmas tempo frou
de Carnand de Eca e de Rucodas e nem
nemem distinguir de elles se podem attribuir
as actõs commuadas em a algum autoridade
de sua subordinada.

Pom semem justas contem todos teriam de di-
rigir a algum accõs.

É preciso, porém, considerar as consequencias
que d'ahi resultariam.

São factos tratados em um resumo secreto, que
d'antão frou em seiam tratados, mas que
ao publico vão ser denunciados por um
gru vago e suspeito a exageros e seria
atõ um contrangimento a consciencia
de Sr. Lourenço Rosa que só por ser secreto
a resumo aqui trouxe o conhecimento de
Fou acontecimentos.

Os factos apontados não podem conduzir
a destituição de General Eca nem froum
em tal presunção corrente. Substituição
proum froum por quem veule d'esse
actõ tomar a responsabilidade. Seria por
de precipitadamente e sem tempo de reflectir
ante de julgar. É preciso attender aos ante-
cedentes e considerar o julgar o factõ
no seu conjunto e não separadamente e
referir o tempo em costume indigeros.
Não podemos atterir um nem equivo-
que se outos paõs de remediante se pass

mas que não vem de nacional-
 Nenhum país, estando, como o nosso, em es-
 tado de guerra, viria anunciar actos desleais
 em de ser exercido esse exercito que tão heroi-
 camente se está batendo ao lado dos aliados.

Não nos deixem mover por idealismos que
 esqueceram o conceito e império da justiça gran-
 de respeito humanitários que de caminhar
 com frequência ou similitude.
 disse Vacante e lá se o finalmente vi-
 deram em guerra l'Alfria e com este l'Alfria
 e isto se disse sem protestos.

O governo distingue entre duas qualidades
 l'acta - o que constitua um modo de
 se e fazer a guerra e os actos involu-
 que constitua actos repugnantes e neces-
 sarios e que um homem de coragem e que
 que por fim alguma deixaria peticion.

Além do mais há quem se - General Pereira de
 me chamou a l'divisa tem protestos re-
 rias e Republica, com rês e dedicação,
 e o mesmo desejo de servir-a.

Ele quer a mimos e quem top e em-
 biane e, assim, não pode de direito
 se houve algum não pelo de atribuir
 se a quem e em que e um homem de
 honra e tem do orden no sentido
 de se de inutilização, de ordem de
 recep publico.

Prezende a opria e estes incidentes
 e com ele porra e guerra e porra
 n'um grande incansável politica
 por, em seguida e n'este em con-
 dicio de o substituir.

As estas palavras, o Sr presidente vi-
 tempo a reserava era, 17^h 30^m
 No dia 20 de julho, as 14^h 35^m o Sr
 presidente declarou re a lecto-
 rios, urando o palavra para
 explicacoes, aind n'os incidentes
 to - apartamento N. Lourenço e General de

Dr. M.^o Antunes Fournes e Livianos
Raposo, que nos entraram a me
afectamente. Fallo en requirir o Sr Brito
Lamas que dij:

As palavras
do Sr Eduardo
de Sousa que
deviam ser
transcriptas
nesta altura,
e em requirir
os Sr Fournes
Raposo, ~~nos~~
a pag 64

— nos foi um deputado de apocenas, nos em meio de po-
verno, um deputado de oniciis, que trouxe as cobricimullos de
Lama e deidades justicias, — 1915, no sul de Angola
em alto o Sr Fournes Raposo nos justicadas nos embarras, no
forno, nos deijos de de de gaudar de. sendo q'ellas de unidos, nos
que de unidos unidos que se gaudar a nos unidos, e impli-
citamente o. de. de nos a ignorancia de que os nos justicadas!
e este respeito ficamos tranquillo, visto o. de. de unidos nos
em Africa, utendo de de em estado de guerra.
As unidos unidos a Africa, em unidos de Maragnon, unidos
em unidos unidos de unidos, e unidos de que nos unidos
unidos o nos unidos unidos de unidos a unidos de unidos nos
unidos.
de unidos unidos nos nos unidos unidos de unidos, o unidos
unidos de unidos de unidos e unidos de unidos.
Christina em a unidos e a unidos, nos e unidos unidos nos
o unidos. os unidos nos unidos nos unidos nos
unidos, nos e unidos unidos, unidos unidos nos.
Unidos que unidos, e unidos, nos unidos, que unidos
unidos. Unidos nos unidos os unidos unidos nos
em unidos unidos, e unidos nos unidos unidos nos, unidos
nos unidos de unidos em que nos unidos unidos.
Unidos e que nos unidos nos unidos, nos unidos, nos unidos
unidos de unidos. Unidos nos, que unidos unidos, unidos
nos unidos, nos unidos unidos unidos unidos nos!
de unidos de unidos, nos unidos o unidos, que unidos unidos unidos
nos unidos de unidos. nos unidos. Unidos os unidos
unidos, unidos e unidos de unidos unidos, nos se nos
unidos unidos unidos nos unidos. Unidos e que nos unidos
em unidos, unidos de unidos e de unidos unidos, nos
unidos de a unidos unidos unidos e unidos unidos unidos
unidos.
Unidos de o nos unidos unidos de unidos unidos unidos
nos o unidos unidos de unidos, Unidos nos unidos unidos,
e unidos de unidos unidos unidos unidos, e o unidos unidos, nos
unidos de unidos, unidos unidos nos, unidos de a unidos unidos
nos unidos de unidos unidos unidos.

Votta a unidos nos unidos
que nos de unidos unidos. Sr. M.
unidos unidos, unidos unidos unidos
em unidos unidos

Nota deponi o palavra - o Sr.:

Fernagui: Barboza (para explicações em 20-7-917)

11

Pedi a palavra, Sr. Presidente, para explicar, a V. Ex.^a e à Camara, o seguinte:

1º) - Que não é de aprovar a doutrina sustentada pelo Sr. Deputado Antonio de Fonseca e pela qual se depreheende que, a realizacão do inquerito sobre o assumpto a que se referem os documentos lidos pelo Sr. Deputado Thomaz Rosa, deve ser incumbida aos Sr. Srs. ministros da guerra e das Colonias, porquanto tal deliberação, quando tomada pela Camara, representará não só uma abdicacão de funcões que desprestigia o Parlamento, - mas ainda uma obrigacão imposta, a dois membros do poder executivo, que exige attentões especiaes de natureza urgente e importante, reputadas, por mim, incompativeis com as que devem dedicar aos variados assumptos de grandidade que, no presente momento, correm pelas suas pastas, - e tambem um systema de inquiricões que, pela escolha dos respectivos agentes, ou quaes poderã, por ventura, n'outras qualidades ter de intervir no processo, deve ser considerado como irregular e da' o direito, a quem quer que seja, de o imaginar como provocado para se poderem exercer coacções e represalias, não deixando, como é necessario á justica e á verdade, completamente á vontade quem seja chamado a depor voluntariamente se apresente para tal fim.

2º) Que a forma secreta desejada para o inquerito parlamentar pelo Sr. Deputado Simões Raposo, é incompativel com o fins do mesmo inquerito. Na realidade, Sr. Presidente, desde que estes fins visem a punir os culpados, - que o ha' já pois, ou são os auctores, os investigadores ou os currentidores dos crimes narrados nos documentos lidos pelo Sr. Deputado Thomaz Rosa, ou são os individuos que firmaram taes documentos quando se não proem aquelles crimes e se prove, portanto, a calunnia, - não se comprehende bem como se possa conservar o segredo a partir do momento em que as punicões se tenham de aplicar por quem de direito, e, consequentemente, se tenham de tornar publicos os motivos que as determinaram. Não tenho porem duvidas em aceitar o inquerito parlamentar com todas as reservas desde que estas não embaracem o descobrimento da verdade e a conveniente e boa applicacão da justica.

devido à suspensão, ou afastamento temporário de serviço, dos indivíduos directa e indirectamente visados nos depoimentos accusatórios lidos pelo Sr. Deputado Thomaz Rosa, eu considero-a imprescindível. É mesmo uma questão moral que, quando não liquidada pelo governo, áqueles indivíduos pertence liquidar logo que se saibam accusados de crimes.

3.) Que as palavras do Sr. Deputado Eduardo de Souza não se entendem commigo nem com qualquer outro Deputado da opposição. Nenhum de nós solicitou de S. Ex.^{ta}, sobre o caso em discussão, qualquer obsequio, nem tão pouco realison com o Sr. Deputado Thomaz Rosa qualquer prévia combinacão. O Sr. Deputado Haugues da Costa, o illustre membro da maioria que afinal era o visado pelas palavras do Sr. Eduardo de Souza, tudo esclareceu; e eu só tenho que lamentar, em nome da opposição, o equívoco d'este ultimo senhor. Pela minha parte, em especial e porque durante o meu discurso surgiu o incidente que se está liquidando, eu explicarei á Camara que a minha insistencia para que fossem lidos, a certa altura das minhas consideracões, os documentos que eu sabia nas mãos do Sr. Deputado Thomaz Rosa sem no entanto conhecer o seu theor, obedecem apenas ao intuito, que sempre tenho manifestado n'esta sessão secreta, de tudo ver esclarecido. A sua leitura deu origem ao incidente sobre o qual o Sr. Deputado Moura Pinto apresentou uma mocão ou proposta que a Camara votará com o entender mas que não pode deixar de admitir porque ella é a traducção fiel da impressão que tal leitura causou na Camara e dos desejos absolutamente legitimos dos Deputados da opposição que provocaram as reuniões secretas do Parlamento para tudo apreciarem e de tudo poderem fazer, e permitirem que a Nação faça, juizo perfeito.

Nada mais tenho que acrescentar, Sr. Presidente, a não ser o declarar á T. E. e á Camara que até hoje só tenho motivos para manter a mocão ou proposta a que fiz referencia no ultimo dia e que apresentarei na meza logo que terminem as explicações do governo sobre o segundo assumpto indicado no pedido de convocação de Camara em sessões secretas, pedido que tambem tive a honra de assignar. É, para que a Camara não possa

(3)

deturpar as intenções que sempre tive ao entrar na discussão
 do referido assumppto em desde já a leis, reservando-me, com
 o consentimento já dado por T. E. e pela Camara, o direito de a
 enviar para a mesa no momento indicado. A moção ou pro-
 posta é a seguinte: "A Camara, conjugando as informações de toda
 a ordem que foram produzidas durante a discussão, com referencia
 ás expedições militares a Africa, resolve que se faça um largo inquerito
 parlamentar sobre essas expedições, a partir de Agosto de 1914,
 por maneira a apurar-se como foram organizadas, que objecti-
 vos lhes foram fixados, como foram dirigidas, que resultados mi-
 litares e politicos tiveram e quanto custaram, apim de que se
 effectivem as responsabilidades, de toda a ordem, de quem tiver
 cometido erros ou praticado faltas". Tenho dito.

O Sr. Julio Martins, em nome do partido
 da Republicana Inlucimista, declara que
 este di' ao governo todo o seu apoio, neste
 attunto.

Fala o Sr. Henrique de Vasconcellos que diz:

que não achava
 conveniente nem justo, ~~que~~
~~se fossem separados,~~
~~se fossem separados,~~ se
 seu genero ~~de~~ e
 e tenente - coronel ~~de~~
 camareante ~~de~~
 a brigada em 1914 e 1915
 e aqum tropa se estabera ~~em~~
 cistada.

que se a Camara
 votara um inquerito ~~em~~
 ausencia de todos os ~~documentos~~
 para se fazer ~~o~~

Vasconcellos e Sá = Entrego a mesa perguntando se n'ella se encontram os documentos ou copias lidas pelo Sr. deputado Vasconcellos no que a proposito de atrocidades praticadas em Africa nos expedicoes do Comandante do General Pereira de G. e. Obendo resposta negativa, e rescripto = Sr. presidente, lavo o meu protesto contra o facto de taes documentos, que pertencem ao Parlamento, e de nem estas a disposicao da Comissao de inquerito parlamentar au outro, que se resolveu nomear, e como alem deste facto, a inquerir, outras ha relativas ás expedicoes de 1914-1915-1916 e 1917, graves que envolvem o poder executivo, so um inquerito parlamentar pode ser viavel, lavo repito o meu protesto, por estes documentos estarem em poder e guarda do Sr. ministro da Guerra, sem terem sequer transitado pela mesa. De resto ficando o meu depoimento na acta, não deixo que aquelles que aqui foram tomados e lidos por um deputado da maçonica na acta não fiquem tambem.

O Sr. ministro da Guerra. se a camera resolver que entregue os documentos na mesa, entregalos-lhe.

O orador = Sr. presidente, requero que esses documentos originaes ou copias sejam entregues a mesa para ficarem na acta.

Tanto a' creatura pelo Sr. presidente, que este requerimento a' presento.

H. P. Vasconcellos

Os documentos a que este requerimento se refere são por copia lidos no seu dia na acta.

Noum d'outro = precedendo a de consideração jurídica e moral em facto adequadas, alfindo que a justiça para se poder evitar systematicamente a justiça a crimes e demonstrando que no país se fica mal não das coisas a quanto de criminosos se uniu a averiguar mantendo o facto de não anteriormente exposto e emio para a mesa um movid de inquerito parlamentar e portanto do general Pereira de G. e. do seu commando inquerito sobre o inquerito. A movid e a seguinte.

Leu - na a Mrecao que e' a seguinte:

B)

CONGRESSO DA REPUBLICA

CAMARA DOS DEPUTADOS

A Camara com as resolucoes documentadas sobre
actos praticados em Africa durante os officios
do commando do General Pereira
d'Alca - resolve que a este respeito se proceda a
inquerito parlamentar e a firma a necessidade
de nao se conservar a capital da Republica em
periodo de suspensao de garantias entre
as poles de exercicio de um officio.

o deputado

Alfredo de Moraes Botto

nao admitido

23/7/14

Montano

Documentos

Documentos

Ministerio da Guerra (Morton Matos) sobre o
querito e documento:

sobre a modificacao na situacao de guerra
pela sua decisao, reparacao ao simples
sao, ja o forem pela boca d'ele ministerio
a Camara e sem parecer e parecer de quem
limida ficam a situacao.

Nada tem a acrescentar.

Sobre o inquerito de a' o seguinte:

Nao se acha convenientemente. Por mais que fôr ori-
gem e os cuiddos e porque elle havia de ter sempre
fôr de um inquerito, mais poder deixo em
nos publicos orfactos abalando-os e cercando
a de bratos que julga prejudicial ao interesse do
paiz.

Nos tambem entende que indifferente, mas pode
nos ficar ante tais resolucoes e por tanto acite
nos o forem a seguinte resolucao. Os ministros
de marinha e colonias formulariam um

recebido de quemita que com a nota officinal de sigillis e com a maior confidencia se remittam enviados por serem prohibidos, reprovados, ou proscritos e ultimamente de distinctos ou que se realisarem a operacao, em commandos de unidades, em decretos, indicados na nota as officinas que subscrevem os documentos a todos os commandos de corpos expedicionarios, a todos, enfim, que volvem e com dora em diante: feiti assim e inquerito, e por se tratar de um caso de guerra em sessa receto e entao volvem em investigacao e com o decisorio, ja com maior exacta conhecimento da situacao.

D'outro modo e sendo inopugnaveis condicoes de serem saes sem dora e depois, alio interesse maximo.

Seu requirido o Sr. Catabulo de Menezes, justifica e mandou para a mesa o seguinte requerimento:

A Camara dos deputados, provida das explicações do Governo acerca dos expedientes militares a Lygola, realisados em 1914 e 1915, e por tanto muito antes da constituição do actual governo, ou do anterior, confia em que, graças a sua accção, serão apuradas todas as responsabilidades que por ventura existam de harmonia com o acto interino da Patria e da Republica e com os principios de justiça e de direito e para o o'dem do dia.

O deputado (a) João Catabulo de Menezes,

Após a leitura na mesa, Pedro Mocal o Sr. presidente interrompe a sessão eram 18^h e 5^{min}.

dia 23 de julho ás 14^h 50^m e recabete a
letras, usando em primeiro lugar a palavra

Or - Minuta de pressu:

Parece-me que em primeira tem entendido as
suas palavras. Em momento d'elles hi um
d'elles ou um instancia meum respeito
por o Parlamento quem que tentam a cobrir
ter a sua accao.

Na resolucão q' se propoz e sempre o Parlamen-
to quem manda, quem investiga e
quem julga. Investiga se o governo propoz
se elle tem os meios de fazer o inquerit com
quella resera e sigilo que o melindro
circunstancias de factis necessarias.

Naõ se ardear comprehendem com um in-
querit parlamentar, para de aqui e ter
tudo o governo d'um inquerit se pro-
fave sem conhecimento e intervençao
de curiosidade publica. O inquerit com
deputados para ter visitas e loque inquerit
e inquirir sem que factis regis de todos
conhecidos.

Naõ se considera o Parlamento nem as
suas palavras contem mysterio politico
deputados.

O governo que fazer o inquerit com delegar
o Parlamento. Os proprios ministros se o
governo o delegar o Parlamento e todos elles
parlamentares. Se elle tem meios de fazer
discretamente e com sigilo. Apresonha os
factis o Parlamento resolve esta volun-
tade. He apenas progra, nunc suspensao
d'accao. Feitos os inquirimentos e com vi-
sita o Parlamento. He um q'nto de tempo
e he sempre a resolver. Por se de se hi
melindro ou suas palavras, que tendem a
zelar a camm publico.

Mesquita Carvalho

Segue nas suas considerações
anteriores, lembra o precedente es-
tabelocido para a reparação de ser-
vicio no Regulamento do funcio-
narios civis, responde ás observa-

sobre os que se chamam cafés de guerra, mesmo se
 esta não se trata? Não é o B. de guerra capaz
 de maior excitação pelo interesse do País, do que os cafés
 E não tem o direito de annunciar o Parlamento
 que o fante. Não é que não pode inquirir, sem
 coação, para mais sabendo-se o seu feitiço avorita-
 rio, tratando-se de actos, muitos dos quaes visam
 o poder executivo. No presidente, a Republica
 avim perde-se, cada vez mais divorciada de Opções
 que não percebe as razões porque sempre se
 emitam inquirições a valer, a actos grossos, e
 mandos - e sempre por forma grosseira, a forma
 de inquirir, que a serio põe libertar responsa-
 sabilidades e dignificar o regimen. Todos
 se riem das pseudo-inquirições, feitos sem
 o afastar a visada de lugares que occupam, pensando
 do que se interrogam subordnados seus.
 ali, ou d'aqueles como por exemplo dos tribunals
 ultimos, de que se recusam ao poder legislativo a
 inquirições, ou d'aqueles que se repetem muitas vezes
 o do inquirir ao depositado de quadamentos, ou por não
 proposto para os deuses Com a guerra. Não
 percebe uma tal orientação, que faz chamar aos
 promens da Republica, coisas que nunca devia
 ser supostas, nas respectas e tal incorreta
 forma de proceder, mas involuntaria. Avim
 a Republica perde-se que ella não é já por
 mesmo mas um auto matico, uma especie
 de roca de uma oligarchia.
 Não pode ser.

segue-se a Mreão operuntas
 Val. L. Vaccarillo e L.

17)

= moção =

Vazconcellos e da

A Câmara dos deputados, considerando que alguns ~~das~~ desastres acontecidos em operações na Africa, ás nossas expedições militares, tem tido como causas principais, uma defectuosa organização em pessoal e material, impróprio e deficiente para o desempenho com êxito de certos objectivos a que foram forçadas pelas circunstancias, ou por ordens terminantes enviadas da metropole; considerando que a algumas d'essas expedições faltaram, a tempo, reforços pedidos, e não se mantiveram os seus effectivos intactos, substituindo-se devida e oportunamente as baixas resultantes de combates, de mortes, e de doenças próprias do clima e meio, ^{em Africa} ou agravadas, que reduziram em certos casos, os effectivos de tropas brancas, de mais de setenta e cinco por cento do seu primitivo total;

Resolve, aproveitando os ensinamentos tirados de erros graves do passado, que a expedição que de ha muito tempo se organiza, seja orientada de forma diversa; e assim, — Que as inspecções medicas na metropole sejam rigorosas, seleccionando-se para a partida apenas os individuos de robustez, sem avariada, com mais de vinte e tres annos de idade, sem doenças chronicas mesmo attenuadas ou em via de cura, que a experiencia mostra evolucionaem agravando-se nos climas e meio africanos, a que se destinam; — Que sejam urgentemente ~~reintegradas~~ trazidas para a metropole, das forças brancas que já estão na Africa pertencentes a esta nova expedição, incapazes de resistirem ali ao clima e meio, aquellas, que a inspecção medica em Africa já indicou e indicará, ordenando-se-lhe rigor no exame de selecção, remedian-do-se assim na medida do possível, a deficiencia orientada ~~em~~ ^{em} a puramente ~~para~~ ^{primitivamente} pinto na metropole; que o nucleo de tropas brancas expedicionarias seja principalmente das de = Artilheria = metalhadoras = Aviação = Engenharia e outros ramos especiais. —

Conteúdo de M... de Vancencellos e Sá

12

Que a infantaria seja na sua grande maior parte, de indígenas Africanos, a mobilizar desde já, em numero pelo menos quatro vezes superior ao indicado pelo Governador Geral de Moçambique no seu telegrama de 20-12-1916;

Que sigam urgentemente os quadros precisos para completar a organização d'um efetivo indígena, bem como todo o material necessario, armamento "Mauser" e seu abundante muniçiamento =

Que seja enviada a artilheria de campanha, bem como metralhadoras automaticas modernas, portateis, leves, em substituição das metralhadoras de posição que ficarão nos postos =

Que sejam escolhidos officiaes conhecedores da Africa oriental, mesmo que tenham de ser substituidos em França se por ventura ali se encontrarem, a fim de coadjuvarem a acção do Commando superior das forças =

Que seja fornecido o material sanitario nos termos para hospitais sanitos, e ambulancias cirurgicas das colunas em operações na Africa oriental, completando-se o que exista actualmente na Colonia, e fornecidos os meios de transporte suficientes, com pessoal bem habilitado nos camions;

E para a ordem do dia.

Sala das sessões dos Deputados 17 de julho de 1917

o deputado

Alexandre José Botelho de Vancencellos e Sá

Rejeitada a proposta em
25/7/17

Supplicio
Noutano

Mra em requir a palavra o Sr. Deputado do Terna p'ni Barbosa que diz:

Sr. Presidente: Deem querer ligar a este assumpto importancia maior
 que a que merece como um incidente logico, em começo por estarmos
 que o governo d'elle se não tivesse comprometido alheio deixando que a
 Camara resolvesse em completa liberdade e sem as pressões exercidas
 que nós, opposição, não admitimos, mas que, infelizmente, estamos
 habituados a vêr aceites, por vezes, pela maioria. Pondo a questão nos
 seus termos, disse que a Camara tem a pui apenas que decidir sobre
 o inquerito especial relativo ao incidente, ou sobre um inquerito só
 bem geral onde tudo possa ser apurado e até mesmo esclarecido o
 incidente. É pois oportuna a remessa para a mesa de minha
 moção, ou proposta, para ser considerada no ultimo conveniente.
 (Linha para a mesa a moção, ou proposta, lida no dia 20 de corrente).
 Quanto as declarações do governo dependendo a conveniencia de ser
 elle quem dirija ou realice o inquerito por causa do segredo que
 se dese guardar, declarei apenas que não comprehendo, sem vexa-
 me para a Camara, como o governo em tudo pode proceder com
 sigilo e com uma comissão parlamentar reduzida, escolhida cante-
 losamente e com representação de todos os lados de Camara,
 não possa proceder de igual forma. Tenho dito.



Apresentada a assembleia em 25/7/1917
 Secretari

A Camara, conjugando as informações de toda
 a ordem que foram produzidas durante a discussão com
 referencia as expedições militares a Africa resolve que
 se faça um largo inquerito parlamentar sobre essas
 expedições, a partir de Agosto de 1914, por maneira a
 apurar-se como foram organisadas, que objectivos
 lhes foram fixados, como foram dirigidas, que resul-
 tados militares e politicos tiveram e quanto cus-
 tarão, apim de que se efectivem as responsabili-
 dades de toda a ordem, de quem tiver cometido
 erros ou praticado factos.

Sala das Sessões da Camara de Deputados 13 de
 Julho de 1917

O Deputado José Tamagnini de Sá

Lida na Mesa a Mreca Varemeello e Sr, o Sr presidente do Ministerio, diz não poder o governo recitar essa Mreca.

O Sr Varemeello e Sr, volta a ser de votar, e depois de um tres explicação entre o Sr presidente do Ministerio e a Mesa, e quando em a guardar os palavra de Sr Mreca do Coluna, para então inici-
tui pela admiração da sua Mreca.

Mra depois a palavra o Sr Brito Lamechou
que diz:

Leve as declarações de o ministro de guerra quanto ao in-
quente parlamento sobre expedições a Africa, e ao Brito Lamechou
que disse:-

— Era uma impressão de pouco enviada as declarações do o
ministro da guerra sobre expedições, declarações por não parle-
ram os factos em qualquer outro parlamento. E se já explicou
as suas palavras, por referência a que não são igas offensivas de
partido e deixo a parlamento, mas subite a tribuna de que
explicar sobre factos que envolvem responsabilidades de poder man-
ter, para os factos por um lado. Já se referiu ao inquerito
feito no caso de Mesopotamia, inquerito parlamentar um pe-
tudo se vive, em que não se sahem os meios de organização de
corpo expedicionario, de onde dizem dos generais, de expedições
sobre os senhores, e de que resultou mesmo pontos applicados de co-
mando sobre officios generais.

A parolita a questão para perguntar se houve de se alguma coisa
conveniente, e com quem, sobre a fronteira de sul de Angola, e
se convenios de fozes, e com quem, para a zona near con-
junção ao depois oriental allemo, e que garantias nos offe-
radas de que se oriente a Africa abarcar o que é novo, e por
allemo de que ajudamos a conjunção. Esta segunda parte de
um pequeno de todo a razão de se, por já a lamma mais a
bita S:— lamma, em se a seja que offere applicadas a
opiniones por a adicio, nos offe, de termos por nos organi-
zados.

O Sr Jules Mantus, affirmou que foi a
maioria entre o governo que pactou o
officio do inquerito se feito pelo governo
nenhum despartido vem para o offe-
nente. Affirmo que o partido

evoluimento foy parte de Mairim e
de um futuro apoio de Jovencos
Por a ordem a Mueca Mue
na Pute mas foi assumido.
foi ser a Mueca Catando
de Mueca, o Jovencos de
sala.

Levantaram - e duros sobre a opor-
tunidade das mudas de Mueca
antes de Jovencos falar, por parte dos
deputados Varenneville e Tamara
Pute. Responde o Sr. Juli Martin
dizendo haver confusao, porque
se trata de um incidente; neste
tono a parte de Catando de Mueca,
que apresentou a sua Mueca, por
isso entende dever ser apor-
assumido. O Sr. Pute Mairim, Tamara
quini Barbara e Varenneville e Sr. voltam
a falar e dizem que se esta Mueca e
estada apor, tambem de ser rotado as
mudas de Varenneville e Sr. e Tamara
quini Barbara

O Sr. Catando de Mueca, diz que o Jovencos
foi falar sobre o incidente

O Sr. Presidente entende que a Mueca
pode ser assumida para terminar
a discussao.

O Sr. Catando de Mueca, diz que a sua
Mueca se refere somente a expensas
a Jovencos em 1914 a 1915 e que isso
se refere apenas ao incidente que se
levantou, e pode apresentar novas mudas a Mueca

O Sr. Tamaraquini Barbara diz que nao e costume
aliam de se encerrar a Mueca

O Sr. Catando de Mueca, pretende substituir
a sua Mueca por outra.

O Sr. Pereira Victorino nao concorda
com a substituiçao, porque o regimento e
claro. Um requisa intencionar - e a

depois das 18^h 30^m

Vas agora transcrever as palavras que se foram
fizeram a voz 56 v. Abraz.

O sr. Eduardo de Loure explicou em
que circunstancias pedira a palavra
O sr. Moura Pinto pediu a palavra
para interrogar de mais
providendo-se de facto d'ella
the ter sido concedida para en-
viar para a mesa uma mocção,
o que e contra o regimento. Perceberam
logo o orador que se tratava de pro-
vocar uma votação da Camera so-
bre o caso Pereira d'Elca sob a in-
famação solenne e in'dignidade com-
mista pela leitura dos documentos
do sr. Thomaz Rom. Ora o sr. Moura
Pinto, usando anteriormente da
palavra, dissera que se reservava
o direito de apresentar uma mo-
ção na altura da sessão que me-
lhor lhe parecesse. Apresentou-a
então. Deve ainda o orador infor-
mar a Camera de que estava dis-
cripto, porem bem como o sr. Thomaz
Rom, para fallar depois do sr.
Tamagnini Ribeiro e que tomou
um deputado que lhe veio pedir,
de que os dois não acquiriam,
para deixarem fallar primeiro o
sr. Moura Rom que leu um do-
cumento que poria de lado tam-
bém os incidentes. D'ali a pouco
veio, com surpresa, que o sr. Tam-
agnini insistiu com o sr. Ro-
m para ler os documentos. Inciden-
te depois a mocção do sr.
Moura Pinto.

Ora o orador protesta contra o
facto de se pretender fazer um vo-
to em condições. Tanto mais no
caso em que se sabia

na-

genic ou a capitulação do }
 Poder ante a Revolução e a d-
 mandia. Repita, pois, tal ocasião,
 e registal-a. ia ainda que se
 provane a existência de qual-
 quer outro documento pelo qual
 determine o a taxa honoraria conseti-
 dos em Lisboa ou que se tiver co-
 nhecimento. Pellenz e general de es-
 tado, mas não agora. E' a praxe
 uma garantia de oportuni-
 de neste tempo que facto de p-
 dente natureza em vido oportu-
 do, e todos os países colonias. Ota
 o caso de Praxia accusado de
 de de bobonidade, mais ou me-
 nos idêntica. O hi grande de determi-
 nado pelo governo france de otou
 sena foles tax, accusado; Prax-
 re foi recolhido no governo de
 Ha hoje no tempo, uma col-

de Praxavilla, em honra de 4
 ma mercade. Eua nos dia de,
 mas pede os accusado feito, em
 poro de la hora de butem em
 de pice Portugal uma arte de de-
 nominado, e' mais brasileiro e
 com terminação gese, - Leopoldo?

Hoje, pois, pudente e se-
 que fis eventos no que tiver de
 se votar.

No dia 25 de julho reabre a sessão às 14^h 40^m.
O Sr. presidente diz que a nova moção do Sr. Cataulho de
Menezes se restringe ao ponto que foi discutido no insti-
tuto. E como se que a nova Moção

Moção

A Camara do deputado, ouvindo as expli-
cações do governo acerca do incidente
especial suscitado a propósito das
expedições militares a Angola em
1914 e 1915, e por tanto muito antes do
constituição do actual governo ou do
actual, confia em que, graças à sua
decação, serão apuradas todas as respon-
sabilidades, que por ventura existam,
de harmonia com os principios de direi-
to e de justiça e os altos interesses da
Patria e da Republica

O Deputado (a) Sr. Cataulho de Menezes,

Mha. a palavra sobre o modo de votar os
Tamaquini Barbosa em diz:

Sr. Presidente: simplesmente peço a palavra para declarar a V. Ex. a
Camara que a substituição da primitiva moção, apresentada pelo
Sr. Cataulho de Menezes, por outra, não é admissivel, nesta
altura, por ser contra o regimento, visto V. Ex. haver antes, declarado
encerrada a discussão e ir passar-se á votação da admissão das
moções enviadas para a mesa. Afirmarei ainda que, se se votar
a admissão d'aquella moção do Sr. Cataulho de Menezes, e qual votação
tôr que recahir sobre a moção do Sr. Vasconcelos e da e sobre a
amizade que na mesa se encontra desde o dia 23, pois aquella,
como estas, não são restrictas ao incidente que se quer ver liqui-
dado; e, que em ovine, nenhuma explicação o governo ainda
deu sobre o assumpto a que qualquer d'elles se refere. Tenho ditto.

Jose Barbosa (idem): que por substituição
da Camara se resolveu não se fazer
moção admitida á discussão e apenas a
votação em sessão publica. Por um não et
segundo e assim para se votar a moção Cata-
ulho de Menezes. A nova moção é a seguinte
da 1.^a. Espero que não seja feita a votação
a violação de a obrigação de assistir á votação.

Bereira Vitorino (Vitorino) Parece-lhe que o
 Sr. Catão e Mr. Morge não podem substituir
 a sua 1ª votação por outras, porque esta votação
 se deu votada em público em 21 de Junho.

Ob. Presidente & Ministério:

Explicar os motivos proprios e pro e contra
 se deu durante a ultima sessão.

A admisión e revocação implicam a
 sua votação em sessão publico: a
 admisión ou não admisión, em
 si, já impõem a questão de confiança
 ao ou não ao governo e este, por
 'em votação interomniaria a sua
 procedimentos e regulam a sua
 attitude. Põe em termos bem niti-
 dos e claros a situação e por situa-
 ções claras e bem definidas e o
 instrumento.

Refer-se ao termo d'ameaçã
 e comminação antes pto. pto
 do B. B. Council, autoritariamente
 de seu seu valor, em termos que
 constituem e significam mani-
 festamente uma ameaça, que é
 repete.

O governo precisa que o Camão se
 manifeste já e claramente sobre
 o incidente Eca. O tanto se dirige
 a novo e ile velam a sua
 votação antes de se propoer e ai
 pto a questão de confiança.

É preciso acção com subtilidade,
 não um esgotar em pequenos
 discussões que em vão e desfructu-
 Porem uma discussão de char-
 as.

'votam e fingem que não tem enten-
 deram e a fute está inferior e re-
 cis por termo.

Monra Pinto (sobre o modo de votar) afirma que a maioria não pretende fazer qualquer coisa nem tem os elementos para a fazer, sobre a maioria afirma sim que em publico e perante o país dirá o que um soldado tem entendido subordinado ao seu patriotismo e sem a importar com a barreira do patriotismo que para as suas conveniências políticas constantemente invoca o Sr. Presidente do Ministério.

Catão de Moraes (idem) apozse da posse transitiva pela substituição da sua moção, declara que manda a nova moção e deixa sobre a mesa a primeira, que requeira seja admitida, pois ela se refere exclusivamente ao incidente discutido. Repete a insinuação do Sr. Monra Pinto que a maioria esteja recusada a qualquer outra coisa que não seja a sua consciência.

Costa Junior (idem) manda uma declaração para a mesa, que é do teor seguinte:

Ordem do dia
Atenção

A chamar dos Deputados ouvidos as explicações relativas ~~à~~ expedição militar a Angola realizada em 1914 a 1915 ^{confia} em que serão apurados ^{por} todos os responsáveis que porventura existam de harmonia com os altos interesses da Patria e da Republica e para o orden do dia

Sala de sessões 25 de Junho de 1915
o deputado

José António de Costa Junior

Nota (amado (idem). - Lembre-se que o Sr. deputado Catão de Moraes não se dá ao direito de substituir a moção e retirando a segunda, volta por vontade própria a admitir a primeira e dá o direito de substituir a primeira pela segunda, porque a primeira após o pagamento. Escusado a segunda moção, por o Sr. monra Pinto como moção de confiança, uma bill de indemnidade, e como nota.

Casimiro de Sá (idem) diz que a mocão Car-
tanto e Mendes abrange o incidente que se discu-
tiu e ainda outros assuntos, e assim ela só devia
ser admitida quando se chegasse a discussão da
questão principal.

O Sr. Comitente diz que vai consentir a co-
muna sobre se intende que a mocão primeira
do deputado C. e Mendes está em condições de
ser agora admitida ou não, em face das explica-
ções e dúvidas que tem aparecido.

Os deputados da direita da sessão que compareceram o
chamado bloco parlamentar protestam e a sala

Um segundo a mocão foi admitida. Não foi
votada deita duas declarações de veto.

Depois foi posta a votação a admissão da mo-
ção Tomagnini Barbosa, sendo rejeitada.

Dado a palavra ao Sr. Simão Rufoso,
resistiu deita.

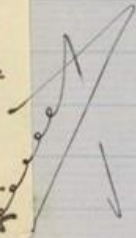
Tem em seguida a palavra o Ministro das Colónias
Dias:

Respondendo ao que a dita Câmara
foi dito relativamente a' agarramentos
dos capangas colonias para Angola
e Benguelá, anunciou por se referir
a uma pergunta formulada pelo Sr.
deputado Cominini de Sá: ~~que~~ disse
na seguinte: "por se deita parecer foi o ministro
responsavel pelo telegrama, em telegramas,
que chegaram a' estas terras, que apre-
sentam um horror, com uma situação
ocorre para procederem com soldados
d'uma maneira neutra, e por outro lado se por
esta conforma os leis e a honra nacional
necessária", Mas também telegramas alguns
confidenciais por qualquer ministro de gabinete
neste telegrama, ~~em~~ de d'aquele
tipo. Se não se referir a este
de 25 de Novembro de 1914
porem, que se encontra a pag. 243 de vol. -

Livro de com mandante Bonafor, de
 ra' que em telegrama nos e' de cujos
 neutralidade, e por onde elle o contenta-
 mento de guerra, ou antes em presencas
 fiscal d'ingles, dea' as explicaçoes me-
 canicas. Como, porém, no decurso de
 discussões, por meio de uma vez se fez
 referencia a pretensões de telegramas
 do gabinete Bonafor e Bonafor
 e de de ministro Bonafor Gaspar
 resumendo, para a ultima, uma
neutralidade, ao tempo em que os outros
 titulos internacionais n'acham-se de
 fidede no sentido de assegurar a
 como Bonafor, dea' que tais telegra-
 mas nos sustentam. Vou ler alguns
 do contentor no sentido de neutralidade,
 e pelo que se para se o attituded de
 no presencas foi sempre a que dea' se.
 Em 2 de Agosto, telegrama circular a todos
 os presencas: "D'instancia presencas
 unde Bonafor, dea', Bonafor, Bonafor,
 vi - Franca a presencas Bonafor no. No
 unde neutralidade." E' o unico tel-
 gramma em que se fella em neutralidade
 de uma maneira positiva, mas n'um
 momento mas nao se acham a uma atti-
tude. Nos em d'uma vez, jo' se acham
 ex: "Mo' se duas declaraçoes neutralidade,
 mas apenas se uma mantem-se." Em
 12 de Agosto em vez, jo' a attituded de
 Bonafor mostra por sempre, procurando
 a assegurar em. Bonafor: "Respost' tel-
 gramma hoje fella o que nos n'um presencas
 de o presencas grande o presencas de nos
 garantir de presencas de a dea' de
 nos nos d'quelle neutralidade em

Bonafor
 Bonafor
 Bonafor

Lis. Marçim. Em 21 e 22 d'um msg,
 tendo o governo de Myanland pedido
 ao de Paris, a assistência contra a invasão dos
 allunans nos territórios de alomei, responde
 o governo: "Logo que recibi telegrama V. Ex.
 reunido Conselho de ministros por resolução
 fornecer toda assistência de que se puder
 dispôr em favor da paz e em virtude
 do tratado de 1825 de 1825 de 1825 de 1825
 governo esperando ter resposta imediata
 para comunicar V. Ex. pelo Papa
 na boa medida fornecer assistência pedida,
 mas se o governo de Myanland se
 trata porem inglês e "Esti. etc. momento
 nos recibi resposta porem inglês
 pelo caso porem em virtude de tratado
 mais assistência em virtude de tratado inglês
 fornecer toda assistência pedida. Logo recibi de,
 o conselho foi prestado, e foi muito offeço.
 Recibi então telegrama pedida estar,
 mas não o fizemos necessarios. De todo elles
 se entende por o governo de ambas nuncas
 deu intenção de ~~estabelecer~~ por meio
 cessarem facto de cumprimento das duas
 nos por um impugnação a aliança inglês, em
 ter, pelo contrario, por um e cumprimento em
 foi-lhe offerecimento. ~~De~~
 O governo disse de ministro de alomei
 Rodrygo Jampa em cujo presence se deu
 o emblema de alomei, a 18 de dezembro de
 1914. Os telegramas anteriores nos expõe
 nos mostram bem que o ministro, em
 pedir ajuda de que se alomei ~~perfeita~~
~~procedimento declaradamente guerra belic~~
~~mente~~,
 finalmente, foi a guerra nos pedida em ajuda
 de alomei, em todo o caso mandamos por
 ninguem a fronte recobida, por todo o
 mundo. Assim, em 19 de dezembro: "Por um
 lado a assistência pedida ao governo
 nos comuna, de parte de quem, de alomei



10.569 e 2.043 rublas, e para as de
Moscou 10.051 e 1.267 ~~rublas~~.
A rubla russa, natural por, no tipo de
opções para a falta por completo ~~de~~ he,
actualmente, em Moscou, 46 e para,
em a Inglaterra mais 16.

Descrevem... aqui, largamente, o movimento
do general Job, obtendo... a precipitação
do governo que mencionava os casos, quando
ella se resolve, ainda, completamente
preparado. Ora a verdade é que ~~o~~ B
a expedição estava em muito mais
nosso pessoal, e por estar em um momento
de natural paciência. Entende que não houve
precipitação no orden de avanço, por
em momento, estava o que estava, da
uma questão de vida, respondendo as ofe,
as pedras vitando de cooperação que
a refugio nos dirigiram. Em forma malfez,
então, em grande parte o deverem a
falha a falta de competência do comando,
de, que se mantém por outros, e nos outros,
como "Mouano de Orense", em 1914, em
resposta ao prazo, em estado de constante
atuação de, que se mantém em de os lucros
de influência detentora de clivis, que se
revela, nos mares de Romnia, muito mais
permanente que em qualquer outro lugar já se
permanente de pelos nossos tempos.

Ob' seguinte sobre o estado total das exp.
dadas a expor, desde 1914, responde que
ella foi, fundamentalmente, de 2.000
contos, e foi o que se repete os casos.
Como expedição de Moscou de
que a falta de material muito mais de
1.000 contos. esta em primeiro já estava
mais de 1.000 contos.

Responde, igualmente, a mais alguma
questões de mesma importância já he.
uma vez feita pela direita de Camara

refere-se ao uso de palavras do Sr. Ministro
de Guerra, que promette as palavras que
por lapso foram registadas, a folhas 51 e
seguintes

Na sessão interrompeu-se a sessão eram
19^h 30^m

No dia 26 de julho às 16^h 35^m o Sr. presi-
dente declarou reaberto a sessão.

Outra vez promettei usar de palavras do Sr.

Costa Junior: Foi a declara-
ção que como oposição
entende que deve estar
em todos os serviços em
não estar violentado ou
coactado e como este facto
não se dá presentemente
entende que como oposição
a Portugal deve continuar
na rota e n'esse sentido
foi ma a pergunta me
foi feita no requerimento
apresentado desejando ouvir
por o governo sobre este
assunto.

Sobre estas declarações promettei
o Sr. Ministro dos estrangeiros
requerente discussão.

Vou responder as terceira pergunta que
foi o objecto da sessão secreta.

Lamenta não ver presentes os membros
do bloco parlamentar não se faz que eles
ouvissem as minhas palavras, em respeito
a esta parte da ordem não também a per-
guntas por eles feitas nas sessões an-
teriores.

A insistência das perguntas e a maneira
como foi orientada a discussão revela
que o seu objecto se refere especialmen-

Te an actes de porem de presidencia de
 R. B. Bernardes Machado.

Le o primeiro documento que a respeito
 do conflito europeu nos foi enviado pela
 Inglaterra: e um note em que a nossa
 aliada começa a definir a sua situação
 em termos humilíssimos e de muita confiança
 por nós.

Le em seguida o telegrama de 4 d'agosto de
 1914. N'ele se afirma a vigilância e pro-
 tecção de porem inglês pela integridade dos
^{territórios continentais e colonias}
~~territórios~~, manifestando ao mes-
 mo tempo o seu desejo de que ~~se mantenha~~
~~o~~ não declararem a sua
 neutralidade e acrescentando que quan-
 do esta situação houver de modifica-
 car-se de, Inglaterra, invocando a sua
 aliança ou clamando ou indicando.

O "memorandum" de 10 d'outubro de
 1914, em que a Inglaterra ~~convida~~
 o seu velho aliado de o seu ~~conceder~~
 mantendo logo, especialmente d'anti-
 thera por a frente ocidental a baterem
 se arado em terras aliadas.

Le este documento a respeito do qual
 faz diversos considerações.

Teria a pergunta, e por que ainda pergunto
 se, por que não foi publicado em docu-
 mentos?

Porque a sua publicação seria absolu-
 tamente inconveniente especialmente
 por a Inglaterra, em cujo pedido feita a
 um prazo pequeno, de seu auxílio, se
 poderia ver um manifestação de fra-
 queza. Além d'isso e não tivemos sequer
 documentos de negociação diplomati-
 cos não se publicam sem estar firmes
 em negociações ou resultando o acto que
 elas se referem e ainda assim se publi-
 cam os documentos em que as potências con-
 tratadas acordam.

Seria a primeira vez que este preceito diplo-
 mático se alterava.

Também o governo Português reportou-se em bons termos e afirmativamente ao mesmo sentido de 10 d'outubro, expediu-se a Inglaterra a confidência de 9 de novembro, que ele nada lê e comenta.

É um documento honroso por si.
Manifeste-se a sua gratidão, aproveitando a ocasião para registar a seu agrado pelos seus esforços e a sua lealdade. Em respeito a um interesse seu que, em recente, um espanhol houve em que o governo português parece encontrar-se em nova orientação ao que me em si um certo heritacão.

Foi então que, em 2 d'agosto foi expedido ^{telegrams} ~~uma carta~~ ao meu ministro em Londres nos sentidos de ouvir o governo inglês sobre a sua atitude, sugerindo a meu tempo a ideia de proclamar a sua neutralidade de que era de um acordo.

Nesta orientação e estado d'animo se expediu em 31 d'agosto um telegrama a Alemanha ponderando que Portugal não fizesse ainda declarações nem que a sua tendência em nos sentidos de não ir para a guerra.

No mesmo sentido se telegrafou ao chanceler em 2 d'outubro.

Resulta d'estes factos que a nossa atitude não em belicosa e de impaciência ^{ou} ~~de~~ desatino ao contrário que Inglaterra, como se irrisimam e disse.

Em inversão a situação: Portugal denuncia os ultrajes, e em a Inglaterra que os considera e estimula.

Faz-se com pavor a actual situação que se apresenta a nossa situação na guerra. Entramos de principio n'ela, em nome d'uma aliança e por solidariedade e auxilio a nossa aliados, enquanto que hoje estamos ali autonomamente, por direito próprio, isto é em pé d'igualdade com os outros países aliados e combatentes.

No documento, que lê, e sermo de guerra.

4)

mente au pretexto por a afirmacão que se fez, de ser e por em português por um infeliz por e quem, com um certo officio ou expediente dilatorio de Inglaterra, o que se recomenda e que não fazamos um dia sem estarmos convenientemente preparados e com lições e combates por a nitidez de um cooperar militar - o que é coisa bem diversa.

Memoria de V. Ex.ª: apresenta quatro documentos e em que está o tratado com o Brasil e Brito Canada.

O Brasil - não sabe, com quem se trata o que tem valor e que esse acto se deve ter realiado em outubro, por - mais ou menos.

Presidente do Ministério, intervindo: é de parecer que Brito Canada fez uma exploracão politica fazendo afirmacões incorrectas por sobre que em boa doutrina diplomatica e por indicacão de proprio Inglaterra, os documentos não se podem publicar.

Explicação por ^{ouzo} ~~parte~~ documentos de 18 de outubro de 1914, a Inglaterra entendida que um honrificio entre ingleses e franceses, ambos em favor aliados.

O Orador - Vai agora referir-se ao caso de trem pulchre e ao tempo referido em reuniões de Berlim e Lisboa nos seus pontos. Brito no Ministério ^{agencia Lourenço} tem a disposicão de cidade de por termo a esta situacão. Guerra em Africa.

Os representantes de ambas partes nos seus pontos: como se não houve mais de cumprimento. Antes de prosseguir, porém, deve esculdacer

5

27
 28
 29
 30
 31
 32
 33
 34
 35
 36
 37
 38
 39
 40
 41
 42
 43
 44
 45
 46
 47
 48
 49
 50
 51
 52
 53
 54
 55
 56
 57
 58
 59
 60
 61
 62
 63
 64
 65
 66
 67
 68
 69
 70
 71
 72
 73
 74
 75
 76
 77
 78
 79
 80
 81
 82
 83
 84
 85
 86
 87
 88
 89
 90
 91
 92
 93
 94
 95
 96
 97
 98
 99
 100

e indicar as medidas que situação di-
 plomatica a esse tempo.

~~Explicação~~ ~~Inglaterra~~ A inconvenien-
 cia d'uma declaração de guerra a Alemanha,
 era manifeste ^{para} ~~possível~~ ~~em~~ ~~caso~~ ~~de~~ ~~declaração~~ ~~de~~ ~~guerra~~ ~~em~~ ~~estado~~ ~~de~~ ~~guerra~~
~~entre~~ ~~o~~ ~~Reino~~ ~~Unido~~ ~~e~~ ~~o~~ ~~Imperio~~ ~~Alemão~~ ~~prouto~~ ~~a~~
 Alemanha, ^{em} ^{face} ~~prouto~~ de seu tratado d'aliança.
 No termo d'este tratado, a Itália tinha se
 interin em favor d'Alemanha se alguma
 ocasião lhe declarasse a guerra. Foi, por in,
 que a Inglaterra não lhe declarasse a guerra
 sem não se declarar em estado de guerra
 com a Alemanha. A principio e imper-
 sionalmente ainda a Inglaterra não se co-
 municava ao seu ministro alemão
 em declaraçã de guerra, nem logo recusar de
 rora e substituir a formula e sobre
 ela se aporia a Itália em um respeito a
 Alemanha. E esta situação se recama-
 dou a um consideração.

Porão, de per a reclamação sobre, com
 a reclamação em termos energias e rend-
 vido a ir até, fim.

Aconteceu, porém, que a Alemanha não
 respondeu em termos conciliadores e mani-
 festando o seu desprato e provando por uni-
 to dezan prudenciais e infirmar-se, mas
 que a Inglaterra lhe havia estado todos os
 comunicados. E lembrou até que th'os
 proporcionalmente não!

Outra consideração, a tempo, não devia
 ser indiferente ao nome modo de procer-
 o deploravel estado de um exercito e a veri-
 camente de Berlim, que se reputam de pouca
 confiança. Deviam pulcra os seus bons

6

Branco

relações e as suas bonas disposições. Graças
 está também a indicação e não este pre-
 ocupação de Inglaterra, que não em orientá-
 cã e por tal que interesse em form
 de amnistia de Leão e de concess-
 são de Capela por e colúnia heráutica.
 Em relação d'um extremo de desconfian-
 ça ou suspeita por um por o actual estado
 de cordialidade, que já se reputar de ven-
 siada. Regista este transformaç- que rela-
 ção entre a credito de boa politica e accio
 de governo.

O governo terá sempre a preocupação e a orien-
 tação de que se devam ir por a quem, sempre
 d'intercambio com a Inglaterra.

Julga o governo ter cumprido o seu dever. Desde
 a publicação de quem muitos documentos se
 tem tirado e alguns d'elles são interessantes.
 Não se documenta por um simples livro
~~de~~ documentos por um historio completa.
 Não por os de quem, publico-se. Contem
 referencias e a estes faizo, nomeadamente a Her-
 pault; semi, por in, um grande volume
 americano.

Refere-se a relaçoes sobre a submissão
 de lantagem a Herpault que foi feita por
 dois governos - ingles e portuguez e a instancias
 de o Presidente do Ministerio.

A um intermédio de o deputado Cort Jimin,
 arde o artilho por quem a certidão de o
 cumprimento do Pacto de Londres, responde em
 esse facto já foi explicado pelo o Presden-
 te do Ministerio. Descrevem-se que
 nenhum vantagens ou traia e somente
 algum encargo semaria a ante prado.

7

Foi sempre d'opinião que, com a vontade de Inglaterra ou sem elle, não devíamos entrar na guerra, tomarmos partido ao lado das nações em lucto, combatendo com ellas, em nome, sacrificios e do mesmo gloriosos, valorisando-nos e conquistando assim o direito de defender-nos e mantermos a integridade do nosso colónias. Foi ainda o mesmo o orientar que se communicou diplomaticamente a Inglaterra a quem ~~se~~ se fez referir ao uso de expressões "privilegiadas".

Em officio de 16 de setembro de 1915 Portugal fez um relevo a sua nobre intervenção afirmando que não ~~se~~ pretende lucrar a guerra, quer e por resultado d'uma intervenção militar dos aliados quer ella seja estabelecida em conformancia diplomatica. Lembrou apenas que em quanto que negociamos devíamos antecipadamente ter comos certo a nossa vontade de Alemanha, que certamente viria a ser dirigida contra o nosso patrimonio colonial, para manter a sua integridade e em defesa do nosso direito, Portugal contou com a solidariedade das nações aliadas.

Mandou foi estabelecer de note Wilson, sobre ella foram devidos e se não se podesse fazer, assim, o caso de Kiang de forma a não serem estabelecidas principis que não obrigarem a sua restituição, com conquista ou anexação territorial. Comunque estivesse as pretensões e nos certos la veem resoluções "a tenues que tiverem sido ~~individuais~~ occupadas, contra o note e vontade do ^{populacion} a respeito de fazer cumprir aquelle officio, quele, e d'um fronte leal e de confiança e ex-cite em termos por nos extremamente honrosos.

9

sem um agradecimento e reconhecimento
 sobre que muito sendo realista, sempre
 do-se um certo heritagem d'orientação
 proude certamente dos sentimentos
 germanofilos de Pimenta de Castro, e
 pois bem expresso e bem intensamente
 revelado no seu livro.

Perder-se tempo neste campo e em ou-
 tros trabalhos e ai e' q' houve prejuizo
 por o Pair.

O Sr. Costa Jr. interrompe o Sr. Mouton
 a guerra sobre se a sua resposta
 ao Sr. deputado Vasconcelos e si me
 ultimo sessão, importa a sua dispo-
 sicao de reclamar que um Comissario
 de parlamentares visito em Fran-
 ca o como corpo expedicionario, do
 que Sr. Mouton de quem: *de*

Respondeendo a Costa Junior
 sobre a interpretação do seu
 parecer, em respeito a Vasconcelos
 e Laig, dir que tendo este deputado exp-
 to o car de um Comissario delegado
 do Parlamento ir visitar o com-
 tempo a France, de se limitar a de-
 clarar, e si seus limites se mantem
 que annulo the ofordaci em sua
 infertac, que o meu sentimento
 d'afecto causaci a Corp expedicio-
 nario. Não a contrari nem tam-
 bem a não pouca, nem não
 por effecto de qualquer inquerito

Mãe em reques as palavras - Sr.

Presidente do Ministério:

Vae responder au que resta da questão da
convenção da sessão secreta. Os nos. 6 e 7
podiam bem compreender se si um unico
numero.

Principiamos já com as obras
já referidas si um sessão publico ou auto-
cedente l'ute publica, de natureza economica,
social e diplomatica. Exam a nossa
necessidade, as do Inglaterra e tambem o
ponto de vista desta parte de um ou
do outro.

Desde 1915 que pelo Inglaterra muitas vezes
instado por realizarmos a guerra.

Legitimam em esse acto, em face do tratado e
do direito internacional.

Mas d'ahi e por ora que resulta contra nos
uma declaracão de guerra e preciso em pre-
ver o bem e o mal em suas consequencias,
A Inglaterra insiste em que praticamos
esse acto, invocando a nossa alianca, o
que significa a afirmacão de sua soli-
diedade com os resultados que d'ahi adies-
sem: Recordo e peço o procedimento de
Britannica presentando em tempo se ti-
nhamos sido cauteloso de que bem conheci-
amos e tinha sido as nossas diplomaticas.

Além disso depois da guerra por d'ahi
do vapor. A Inglaterra queria o total, a que
nos resistiamos invocando as nossas ne-
cessidades, ainda mais de que os d'ela
do aluguel por um se por um outro contra-
to - de vender a guerra por 3.500.000
libras, o que era por ora de significacão
por Portugal e custo de ter os feitos

2

O governo me a citou o contrato de venda: com
 rentas somente nos aluguel, sempre invocando
 a aliança. Foi a negociação, finalmente,
 em Londres. O feto do governo inglês em
 de 8 de julho por toneladas: de compra em 14
 por que se fez o contrato.

Entretanto o bom é registado - não em um
 negócio: a Inglaterra não se pede, não
 teriam de th'ndor.

O contrato é acampando de duas partes
 reversar por de e manter por a meio
 por ficarem no ato.

A negociação foi com o governo inglês
 a fim de fazer e apens um intermediário
 que o governo inglês indicou, por re-
 ceber o contrato.

Nota que a apensão dos meios é um
 esboço por a constituição de um
 mercado mercante.

Orentivamente o aluguel se finem reves-
 tre foi de 571:678 libras. no segundo
 291:854 pagando um total de 8:380
 contos.

Ainda não entregamos o 80% de tonelada-
 gem, que em tanto fixamos a parte do
 Inglaterra: apenas entregamos 52% faltan-
 do, assim, 18% que está constituída por 8
 milhões. Outros negociações por a In-
 glatera um dinheiro aquels 18%.
 Já começamos a meter, represento pela

desistências de 4 d'encas maris e tem
confia que a Inglaterra sera' coudescendente
e assistira' da antes .

Refere-se a Emprenhacione de Navegacão, a
quem vai se utilizar os que se lhe concedem
por, contra, estatui de los elerado os transportes .
Pode dar se como, os canoas, e renos,
que se por a colunias e por a Guineia,
com f maris, e que veiu um grande beneficio
fustando o comercio ao abito e formitas
nao de Emprenh Nacional. que far concessões
e estatimentos ao annuo com pequnio do
grande publico .

O aluguel, que aqui temo feito, do maris produ-
zira' ate hoje 17:470 libras ou repais 134 contos.

Este os outros dois pontos
meio de que dependem por o dequn de guerra:
O empréstimo que nos propozicimos e fomo' inqun.
Este empréstimo e' illimitado, a quem taxa de
2em libras e teram e no por dequn de guerra
ou o moutim d'ela .

O qunqun e' o product de aluguel do maris,
que ja' indicou

Outro meio so' os qunqun pela circulacão
fiduciaria acim de 120:000 contos.

Forma' emitidos ja' titulos iramensis, um
valor, digo titulos tickets e teram perpetuos
na importancia de 100:000 contos. de qun qun-
dun 40:000 contos.

Outro so' os empréstimos de guerra que ahi-

~~...~~

da não foram emitidos porque as circunstâncias
 o não proporcione com a idade foi um tempo
 brevíssimo e calmo e successo interno necessarios.
 D'outro lado os impostos e' cao que Toe em
 muito gente: e' necessario um bom sistema
 e um bom atropello. Tem as suas propostas
 de finanças feitas desde fins de proceito.
 Em par do um discurso rapido. Deojo
 o paue de circulaçã de finanças em
 24 horas.

D'outro lado e' o augmento de circulaçã
 d'outro lado.

A situaçã e' a seguinte expressa em contos:

Em 30 de junho de 1914: (Interna)

Bilhets de Terrou - 35:915
 Caixa geral ou dep. 11:847
 Total 47:762

Em 30 de junho de 1917:

Bilhets de Terrou - 44:700
 Caixa geral ou dep. 23:000
 Total 67:700

Diferença por mais em 1917:

Bilhets de Terrou - 8:785
 C. Geral - 11:153
 Total 19:938

Bilhets de Terrou, dig. Banco de Portugal

	em 1914	em 1917	Diferença
Contas prest. em 1914			
dupl. m. bilh.	24:309	26:750	+ 2:441
os terrou	-	48:500	+ 48:500
Abon. fincien	15:670	24:670	+ 9:000
" s/t. terrou	-	16:500	+ 16:500
	<u>39:979</u>	<u>116:420</u>	<u>76:441</u>
outros fincien	696	897	201
Total	<u>40:675</u>	<u>117:317</u>	<u>76:641</u>

D. F. externa

	em 1914	em 1917	Diferença
Em Londres	864	11.272	
Em Berlim	000	225	
	<hr/> 864	<hr/> 11.497	+10.633
Saldo positivo	501	527	
Total	<hr/> 263	<hr/> 11.870	+10.607
Crédito - d'abort.	Extern e scriptura		
		2.767	+ 2767
Despesa em França até pós-abril, material e loc.			
Total officinas		<hr/> 2.399	+ 2399
		5.166	5.166

Apresente o seguinte balancço geral

Receitas

Ordinarias	- 54:575.783,24
Extrordinarias:	
de guerra	13:246.992,04
Outras	2:015.706,39
	<hr/> 59:938.521,67

Despesas

Ordinarias	- 52:003.792,45
Extra:	
de guerra	45:138.309,61
Outras	2:967.708,59
	<hr/> 100:109.810,65
	59:938.521,67

em 31-5-917 deficit 30:171.288,98

Total dos deficits até hoje:

1914-15	- 28.646 - 22.999	- 5.643
1915-16	- 44.689 - 30.957	- 13.733
1916-17	- 30.171 - 31.791	-
	<hr/> 103:502	<hr/> 85:747
		<hr/> 19:376
		<hr/> 1.620
		<hr/> 17:756

6 Despesa de guerra até hoje e receitas
Totais

Despesa 1914-15 — 31.274
 1915-16 — 50.301
 1916-17 — 45.138
126.713

Receitas:

1914-15 — 8.275
 1915-16 — 19.344
 1916-17 — 13.347
40.966

Deficit Total 85.747
126.713

Outras despesas e receitas

Despesa: 1914-15 — 80.237
 1915-16 — 85.678
 1916-17 — 54.972
220.887

Receitas

1914-15 — 74.594
 1915-16 — 71.945
 1916-17 — 56.592
203.131

deficit — 17.756

Incluíndo as despesas p^{ra} assistência financeira em Londres, as de França em moeda forte (9 milhões) e as geradas de juros

Las seguintes:

1914-15 — 25.000
 1915-16 — 35.000
 1916-17 — 60.000
115.000, que

se aproximam de

120.000 Contos

~~Sumário~~

Tal e um esboço que fica feito a um nível
com financeiro.

Naí a reputação mi. de tirarem a felici-
cidade de a guerra a outros em honra, não fi-
camos rend a superior a 8.000 contos de mais
o um sacrificio por quem e avaria se de
dejeem de guerra.

Surto de mais um ano sei de 15.000 contos
e de 19.500, antes por se ai 6 meses
A dejeem avaria de guerra e de cerca de 10.000
contos, rend 6.000 em França, 2.500 em Africa
e o resto aqui.

So concorreia por d'um annuít de 25% sobre
o um ~~equilibrio~~ por avaria e encargos
guerra, que e por avaria com a avaria
cois. A França - esta de com o seu minist
de finanças, faudo e calcul, concorre ja a
te momento d'um avaria de 150%.

A pergunta responde que de avaria se tem
nem um osamento. de seu esta avaria e
esta avaria e avaria avaria. A um ni-
tudo avaria e avaria. e avaria e avaria,
de avaria e avaria, com avaria
todas avaria.

Espera a avaria avaria em avaria que avaria
com avaria e guerra, com avaria e avaria

120:000 contos a 6,5% - 7.800 contos
Até fim de 1918, calculando 15:600 "
240:000 contos a 6,5%

Naí 8 meses de guerra - pr. de 1919 - 19.500
Terminar de avaria que avaria avaria, e avaria
ocorre a avaria avaria avaria e avaria
d'ate avaria.

Com avaria avaria e avaria avaria, com avaria
avaria e avaria avaria avaria avaria avaria
e avaria avaria avaria avaria avaria avaria
grande, avaria e avaria!

Seu requirido interrompe-se a sessão eram
24h.

No dia 28 de julho às 14^h 10^m o Sr. Presidente
Declara reaberta a sessão. Pede a palavra
para um assunto urgente o Sr. deputado
Francisco de Sá, Ramos e Costa que

Chamou a atenção do governo para o que se está
passando em Espanha relativamente a Por-
tugal.

A harmonia iberica como é advogada
na imprensa espanhola, nas academias,
nas associações e até em reuniões pu-
blicas não é como parece deduzir-se
da interpretação gramatical daquelas pa-
lavras um sentimento de amizade
e boa vizinhança, mas somente uma
maneira de exprimir o desejo de todo
o castelhano de absorver a nova nação
naldade, tornando a nova querida patria
uma provincia do Estado da península.
Não julgam o governo e o povo español
ocasião conveniente de investir pelas ar-
mas o novo país, mas acha da maior
conveniencia a infiltração suave
e mansa, semelhantemente a que
faz a Alemanha na Belgica antes da
guerra, e ^{abdesando a este estado} ~~nesta situação~~ tem - de este
helecido em Portugal empresas industriaes
e camereiais dirigidas por espanhóis.
Outros ora se Espanha se vinham galegos
para moços de fretes e algumas senhoras
para amenizar as agencias do trabalho, fazer
parte de companhias, theatros, e outras sur-
presas de recreio, mas actualmente não se
dá este phenomeno, mas o que acima apontamos.

É de maior urgencia que os governos olhem
com muita atenção para este estado de
coisas que pode ser de fataes conse-
quencia inesperadamente.

O nosso inimigo permanente é a Espanha que não vê com bons olhos que na península haja duas nações independentes, sendo uma delas regida pelo sistema republicano, e por isso emprega todos os meios para que o estado actual de coisas cesse.

Alguns jovens espanhóis, e entre eles o Im-
marçax, têm feito correr que em Portugal ha quem esteja enfadado de ser português e ^{está} dissimulado que se nos unissemos à Espanha podíamos realizar altas fantasias de poder e engrandecimento, etc., mas nenhuma razão politica, moral ou economica em beneficio comum da Europa exige que Espanha e Portugal formem um só Estado. O povo português não quer abdicar o seu nome, seu passado, a sua autonomia.

É indispensavel que o governo acompanhe o povo em manifestar por todos os meios a sua energia, ao mesmo tempo que o nosso propósito seja de nos conservarmos senhores e unico arbitro dos nossos destinos.

Temos hoje em França ^{e em Espanha} combatendo ao lado dos ingleses, frances e outros, soldados portugueses lutando pela liberdade e pelo respeito pelas nacionalidades de qualquer grandeza territorial. Esta cooperacao mostra a evidencia que somos uma nação que deseja viver livre e independente.

Lutamos actualmente com grande sacrificio financeiro, agravado pela tirania e traiçoeira guerra submarina e nada nos afrouxa o nosso sentimento patriótico, tendo por lema

Patria, autonomia e independencia

É portanto indispensavel que nos unamos como um só todo para dizermos e provarmos ao mundo inteiro que queremos um Portugal livre e grande digno do maior respeito e consideracao mundial.

Cita o facto da Sociedade Historica de Dezembro de 1640 ter, no cumprimento do seu dever, e conforme os nos respectivos estatutos, feito distribuir pelo país um manifesto chamando ^{a todos} todos a classe

Portuguesa para o perigo que corre a
nossa nacionalidade se todos os portu-
gueses não cuidarem de se defenderem
das pretensões dos nossos vizinhos
com quem desejamos viver em boa
amizade, mas cada um em sua
casa.

O negocio de Portugal co'a Portugal pertencente

O Sr. Ministro de Guerra, em resposta ao
Sr. Ramon de Costa:

Recorde-se que em recente i'mit d'atender
o que se passa em Hespanha e não me-
nos o que se passa em Portugal e que não é
estranha a influencia de Hespanha.

No tempo foi o governo presidido pelo minist-
ro l'una potencia amiga que o minist-
ro de Guerra em Madrid tinha rece-
bido importantes fundos para promover
perturbacoes em Portugal.

E' l'atender a situacao e não a ter de
satisfazer o governo.

O procedimento e attitude de Portugal co-
ta seu reconhecimento internacional
e milita e a maneira rapida e segura
e prompta com ele se fez impressionar
a nos vizinhos.

Logo que Ramon de Costa teve esta
explicação: "O procedimento de Portugal não
é bom para Hespanha".

A nos em participacao, a maneira
firme, rapida e sem delay, com que a
firmes empreenderem logo firmes e em
parecer nas linhas francas supri-
deram a Hespanha e por certo modo a agi-
toram.

deveram ter com atencao em missões
to, embora esse estado confiante se tem
disponicao em actos politicos e de actos
que se l' poder hespanhal.

No mesmo tempo em deveram devessem
a nos organizar militarmente apren-
tando e obtendo este trabalho que
um tanto a pressa pelo que em circumstan-
cias, se tem vindo a fazer e que em
depois se ver e consolidar.

No mesmo tempo em deveram devessem

O Sr. Ramos da Costa. Em primeiro lugar agradece ao Sr. Ministro da guerra a resposta que deu ás suas considerações e afirmam^{to} que nunca o governo tem esquecido o assunto a que se refere.

Diz mais ^{o Sr. Ministro} que não descoubra os mane-
jos espanhóis para a absorpção da nossa
nacionalidade, mas ^{o governo} tem emprega-
do os meios que tem julgados necessários para
manter a dignidade nacional.

O orador acredita nas palavras de Sua Exc.
e pede que não ~~se~~ deise de mat
este melindroso assunto, que é de interesse
vital.

Falga muito ~~para~~ ouvir dizer a Sua Exc. que
terminada a guerra, ^{em resultado} ~~se~~ espera por seja
favorável, diligenciará organizar o novo
exercito por forma a torna-lo pronto a
defender o país eficazmente de qualq^{ue}
tentativa contra a integridade do território
nacional, dotando-o de todos os elementos
para tal fim julgados indispensáveis.

Termina as suas considerações dizendo que
não desejava que se encerrasse a sessão secreta sem
fazer ciente o governo e a Camara dos deputados
de que lhe ~~caustava~~ caustava sobre este assunto e espera
que o governo ~~de~~ não se esqueça, velando
pela honra da nossa querida Pátria.

On. Moraes Rosa:

Não tem pela Espanha nem pelos his-
panhos qualquer antipathia ou animadver-
são, julga, porém, que são para ponderar
as considerações do Sr. deputado Ramos da
Costa. Histe, de facto, manifesta antipathia
nas attitudes dos hispanhos para com nós.

Emante muito tempo houve immensas pensões
no país vizinho partidarias do velho maro-
tão do general Weyler, as qual se attribua o
deujo se fazer "um panico militar a Lisboa". In-
te os partidarios da absorpção de Portugal fi-
gurava o Sr. Marmoreo, que nos surge apra

propagandista da inesperada "Harmonia Ibérica" iniciada pelo jornal madrileño "El Imparcial". Como explicar as modificações tão radicais operadas no espirito do sr. Unamuno? Ao contrário do que vulgarmente se supõe, a propaganda alliança com Espanha empurra prodigiosamente de dia para dia. Ainda ha pouco o jornalista Gomez Carrillo affirmava que a perseguição dos germanophobos tem alli um bido de trinta, para retenta por cento. E' evidente que os germanophobos espanhols não podem ser amigos de Portugal; e é curioso verificar que em Espanha se faz agora a propaganda do "perigo portuguez". Affirma-se que Portugal demonstrou ser susceptivel de um ataque militar muito superior ao que poderia esperar-se e que, disse modo, finda a guerra europeia, o novo paiz disporá de um numero enorme, e perfeitamente instruido e habilitado nos modernos processos de guerra, e, assim, prompto a qualquer accção offensiva contra a Espanha desarmada. Manifestamente este receio não cessa e trata-se apenas de uma especulação para convitar contra nós a população hespanhola. Parece que a Hespanha tem como representante em Lisboa, não um diplomata de carreira, mas um politico que procura dar força e unidade á acção do seu paiz em Portugal, passa por todos os modos "evitar a sua desnationalização". Ora, como pode conjugar-se esta preocupação com o desejo sincero do estabelecimento da chamada "Harmonia Ibérica"? Se a colónia hespanhola não viveu h'mente entre nós, em consequência de uma acção que se inicia agora, a que vem tão tarde os precedos? Todos estes symptomas, e ainda a maneira de pensar dos ultramontanos hespanhols, traduzida nos discursos do sr. Vasquez de Mella, são de molde a fazer-nos preceditar nesta serie de contradicções. O orador acaba por affirmar, mais uma vez, que não o move malque má vontade para com a nação hespanhola, mas entende que o governo não deve nunca perder de vista os movimentos do espirito do paiz vizinho, e que deve precaver-se tanto contra as pretendidas harmonias, como contra os ventos maos dos partidarios da conquista de Portugal.

O Sr. Limões Raposo diz que dada a importância do assunto, bem mereceria uma sessão especial.

O Sr. Costa J. dá informações sobre a atitude dos socialistas, hespanhóis, no caso de um conflito entre Portugal e Hespanha.

Mas em seguida a palavra o Sr.

Miranteira de estrangeiros:

É um muito interessante o problema e se de tirarmos o lado anunciado com o Sr. ministro deputado e o próprio governo para tomar bons elementos a discussão. A atitude de Portugal e Hespanha não é histórica em dois países. Creio que alguma política no futuro de categoria militar tenha votado por Portugal as suas atenções. Não são os diferentes os governos a relação entre Portugal e Hespanha.

Atende-se a uma situação de recessão por parte por um estado de maior amplitude.

O governo está atento tanto ao estado de perigo como a este estado de amizade.

O Sr. Catauldo de Menezes mandou para a mesa, depois de a ter justificado a seguinte mensagem:

A Câmara, ouvindo as explicações do governo acerca dos motivos que determinaram a nossa cooperação na guerra europeia, ao lado da antiga aliada, a Inglaterra, a respeito dos emblemas que se sua cooperação se tem efectuado e também relativamente às despesas a que tal cooperação nos obriga, e do meio destinado a fazer-lhe face, exprime-lhe a sua confiança, certo de que a sua acção continuará a orientar-se da maneira mais propícia aos interesses do País e da República e calorosamente saudando os nossos fregues de terra e mar e os exércitos aliados.

O deputado (a a) J. Catauldo

Meneses, Victor Hugo de Aguedo Coutinho
 Henrique de Varenheillo, Vener Loureiro,
 Germano Martins, Pedro Chaves, Galindo
 do Amaral, Francisco Augusto de Sousa Reis,
 Queiroz dos Sueses, Lopo Cardoso, Antunes
 Paiva Gomes, Manoel Francisco de Costa,
 Sergio Tarnica, Antunes Diaz Baptista de
 Silva, Domingos Frias, Alvaro Vieira de
 Rocha, Adalino Furtado, Augusto Jose
 Vieira, Francisco de Salles, Raimundo
 de Costa, Antunes Loureiro de Aguedo,
 Antunes Loureiro P. T. de Varenheillo,
 Jose de Azevedo, Vitor de Carvalho,
 Bernardo Lucas, Domingos de Lousa,
 Alfredo Maria Ladeira, Antunes Marques
 da Costa, Pedro Januario do Valle da Pereira,
 Custodio de Paiva, Luiz Seronet, Joao Ca-
 moezas, Augusto Holbe, Mariano Rodrigues,
 Francisco Francisco, Joao Luiz Antonio de
 Almeida, Francisco Jose Pereira, Hilario Mar-
 cal, Botelho Teixeira, Antunes Costa,
 Joao Banheiro, Tavares Feneiro,
 Joao de Barros, Vasco de Varenheillo,
 Simoes Raposo Jr, Praxeiro, de Costa,
 Jose Feneiro de Silva, Antunes Can-
 dido, Pires de Varenheillo, Eduardo
 de Sousa, Alfredo Bray.

Para a rotacao foi admitido o Sr.
 Costa de mandado a seguinte:

Declaração de voto

Declaram que não votam
 a favor de confiança ao
 governo porque como me-
 mbrados não temos confiança em
 nenhum governo burgues

o deputado João Chaves
 de Costa Junior

Lisboa, 28 de julho de 1917.

Declarações de voto, relativas á administração do ~~Município~~
Cataulho de ~~Menezes~~, a que se refere a verso
folha 66 verso. ~~Altra~~

Declaro que admitti a
moccão do deputado Ca-
tanhos de ~~Almeida~~, por
que a sua não admisi-
ão envolveria reconfi-
ança ao governo, por se
dizendo de seu enuncia-
do, preferindo a que ~~se~~
decepara que substituir a
primeira, a qual admitti
tinha sem declarações
o deputado

Thomaz de ~~Almeida~~

Referencia á ~~Mocção~~ ~~Catualho~~ de
Menezes, de que trata a verso a
folha 66 verso. ~~Altra~~

Declarações de voto ~~Administrativa~~

Declaro que votei a favor do sr. D. ~~Catualho~~
de Menezes, porque entendo que da não pu-
judica a admisião de ~~meio~~ do sr. de
passar ~~Vasconcelos~~ e ~~si~~.

Jala das sessões, 21 de julho de 1814

O deputado,
José ~~Guimarães~~

Segue-se as copias dos documentos
tidos pelo sr. deputado Thomaz de ~~Almeida~~
da Rosa, cujas originaes foram entregues
ao sr. ministro da Guerra, para o
imprescrito a seu governo e se
proceder

Auguener

M. Mendes

COPIA.-Declaração. Declaro que os documentos juntos, que constam de sete folhas por mim numeradas e rubricadas, me foram entregues na sessão secreta da Camara dos Deputados de 18 de Julho de 1917, a meu requerimento. Lisboa, 18 de Julho de 1917. José Mendes Ribeiro Norton de Matos. Ministro da Guerra.-----

Está conforme
O Deputado, 1.º Secretário
Baltazar

Auguener

COPIA.-Declaro que fiz parte da expedição ao Sul d'Angola em 1915 e vi que por ordem superior foram enforcados bastantes pretos e pretas. Os enforcamentos começaram a efectuar-se antes do Humbe. Os pretos eram enforcados nas arvores e para isso utilisaram, por vezes, arame farpado. Eram os Landins os executantes dos enforcamentos. Encontrei no caminho muitos pretos e pretas mortos e esfaqueados e no mesmo caminho vi muitos pendurados nas arvores. Nunca quiz assistir a taes espectaculos. Consta-me que foram enterrados vivos uma creança e um homem. A creança foi enterrada viva por ter sido apanhada a furtar uma pequena porção de ração da que distribuíamos aos cavalos. Consta-me tambem que muitos enforcamentos eram feitos sem que os pretos ou pretas hostilisassem as forças. Matavam-se os pretos que eram encontrados e parece até que isso se fazia por divertimento. Com a minha palavra de honra confirmo estas declarações. Belem, 19 de Março de 1917. Joaquim Pinto. Sargento ajudante cavalaria 4. Segue o reconhecimento da assinatura pelo notario publico Adriano Simões Cantante, em 19 de Março de 1917.-----

Está conforme
O Deputado 1.º Secretário
Baltazar

COPIA. - Declaro: que tendo estado em serviço da expedição ao sul de Angola no ano de 1915 me foram contadas coisas tão deshumanas que me abstenho de as reproduzir, porque já estão suficientemente transcritas n'outros depoimentos de que tomei conhecimento e confirmo. Ao atravessar a zona de operações, como chefe dos serviços de subsistencias e fardamento da linha d'Etapes, vi muitos pretos e pretas enforcadas, dependuradas das arvores, e n'uma arvore no Humbe um verdadeiro cacho humano. A essa arvore chamavam o "imbondeiro fatal". Vi enforcar muitos pretos n'este imbondeiro, e disseram-me que essa operação era sempre precedida de ordem superior. Os pretos eram enterrados antes de completamente mortos e um preto carrasco sendo por mim interrogado porque enterrava os pretos ainda vivos, respondeu que era por ordem do "manéputo" nome porque era designado o General. Os pretos eram enforcados em arame farpado, não podendo precisar o numero dos que foram enforcados; mas sei que foram em numero muito elevado. No Cuanhama chegou a haver ordem para enforcar os chauffeurs, que eram brancos, ordem que não foi cumprida. Foi-me dito pelo comandante militar do Humbe, capitão d'infantaria Jorge Velez Caroço, que ao assumir o comando militar d'essa localidade se viu na necessidade de mandar fazer um verdadeiro saneamento, porque os pretos mortos pelo enforcamento eram em tal numero que receava uma epidemia. No Humbe o carrasco oficial era o alferes Cebola do quadro especial d'artilharia e engenharia. Tenho conhecimento que houve ordem para se lascarem as ogivas das balas para as transformarem em balas "Dun-Dun" por forma a causarem os maiores destroços no organismo humano, dando lugar a que ao espalhar-se entre os pretos o nome do general, nunca mais o esquecessem ou o conservassem na memoria, pelo menos durante cinco anos, após a vitoria das armas portuguesas. Esta declaração, confirmo-a com a minha palavra de honra. Lisbôa, 18 de Março de 1917. Francisco Filipe de Sousa. Segue o reconhecimento da assinatura pelo notario publico José Peres de Noronha Galvão em 19 de março de 1917.

Está conforme - O Deputado M. Leuctarius *[assinatura]*

COPIA.-Na marcha para o Humbe presenciei o facto de ver muitos pretos e pretas enforcados e pendurados nas arvores e em adiantado estado de decomposição. Em alguns já nem se distiguia o sexo. No Humbe onde permenei durante algum tempo e onde estava tambem o Quartel General presenciei muitas execuções por enforcamento no imbuideiro designado pelo "Fatal". Era tão grande o numero de pretos e pretas mortos que não se podia ninguem aproximar da arvore referida pelo mau cheiro e pelo horror do espectáculo. Na marcha para o interior vi que pretos isolados que voluntariamente se entregavam eram enlaçados pelo pescoço com arame e trazidos para a rectaguarda por soldados montados que a trote os arrastavam. Na Mongua presenciei tambem muitos enforcamentos. No sitio onde está o forte Damião Dias vi familias inteiras apresentarem-se no Quartel General. Os homens eram mandados enforçar e as mulheres e crianças mandadas retirar na direcção do inimigo que os liquidavam. Vi um preto cruxificado n'um armão. Diziam que era um preto de importancia.no dia seguinte foi enforcado. A forma como os pretos se alimentavam era verdadeiramente horrorosa. Aos grupos de 10 e 12 atados pelo pescoço com arame iam ao monte de animais mortos onde lhes cediam uma faca para cortarem o que lhes apetecesse. Não lhes permitiam que acendessem fogueiras e por isso muitos morriam enregelados. Vi enterrar crianças semi-vivas,esfaquear mulheres gravidas. Não sei a quem deva atribuir culpas mas tudo me leva a crer que eram resultantes da indisciplina das forças e das ordens dadas para se praticarem todas as barbaridades que refiro. Escrevo estas declarações para d'elas fazerem o uso que entenderem,garantindo com a minha palavra d'honra a veracidade de tudo o que fica referido. Lisboa 28 de Março de 1917. Fructuoso Alves. Segue o reconhecimento da assinatura pelo ajudante do notario publico José Ribeiro de Almeida Cornelio da Silva,em 28 de Março de 1917.

Enta' conforme - O Deputado, l.º Districto, *Fructuoso Alves*

Fructuoso Alves

Luiz Antonio

COPIA. - Durante a marcha da Bela a Bela vi muitos pretos pendurados nas arvores, uns suspensos por arames de fardos de palha e outros por lategos, alguns n'um estado tal de decomposição que era impossivel distinguir o sexo. Muitos tinham os braços atados com cordas a-traz das costas, o que attribuo ser devido a impedir que eles desatassem o laço do pescoço. Alem destes, mais se encontravam mortos nos lados direito e esquerdo da estrada que o meu esquadrão seguia. Na marcha para o Humbe mais pretos se achavam mortos tanto no chão como pendurados nas arvores, e em algumas, dois pretos na mesma haste. N'um dos primeiros dias de estada no Humbe estando na minha barraca vi muitos oficiais e praças dirigirem-se a um imbondeiro que perto se achava e por uma praça do esquadrão me foi dito que iam enforcar um preto. Aproximei-me do referido imbondeiro vi alguns soldados landins em cima da arvore a ligar a corda a um tronco enquanto outros collocavam o caixote que servia de patibulo. N'esta altura chegou um tenente do Estado Maior acompanhado por mais oficiais e falou com um malato que servia de lingua. Este dirigiu-se ao preto que estava escoltado e falou-lhe. O interprete não obteve resposta. Dirigiu-se então para o tenente já citado dizendo-lhe que o preto respondera que não sabia. O tenente fez um pequeno gesto com a cabeça e o preto foi levado por um soldado landim para o cadafalso e aí o mandaram subir para um caixote e foi-lhe metido o laço no pescoço. Em seguida empurraram o caixote onde o desgraçado tinha os pés assentes e d'alí a instantes era cadaver, com uma morte bem aflitiva. Do Humbe a coluna seguiu para a Negiva e neste trajecto apresentaram-se voluntariamente pretos e pretas acompanhados de crianças. Tive occasião de ver que os pretos, pretas e crianças eram presos pela cintura e pescoço com arames e cordas uns aos outros dando em resultado ferirem-se devido os empurrões que alguns soldados da escolta lhes davam e a corda e o arame não terem comprimento sufficiente para poderem andar á vontade. Em seguida ao combate nas Cacimbas da

Luiz Jacinto

COPIA.-Copia de uma carta, escrita pelo 1º cabo de cavalaria 4 Abilio Dias Moreira, no verso de um grupo fotografico: " eu vou para o mato no dia 29, levo 3 meses de marcha a cavalo vamos para Cuangar para um forte que está apanhado pelos alemães, vae cavalaria, artilharia, um grupo de metralhadoras e infantaria. Temos ordem para matar todo o gentio desde dez anos para cima, etc. Datada de 20 de Março de 1915. Escrita a lapis. O grupo fotografico está em poder da mulher do 1º cabo referido. Testemunhas que podem ser inquiridas: Deputado Pedro Virgolino Ferraz Chaves disse que um oficial de cavalaria lhe contara o numero elevado de enforcamentos realizados. Deputado Raymundo Enes Meira sabe do numero elevado de enforcamentos. Deputado Dr. Antonio da Fonseca. Idem. Senador coronel Antonio Maria Baptista. Idem. Deputado Luis Derouet. Ouviu ao deputado, capitão d'Administração Militar Costa Dias referir os enforcamentos realizados. O capitão Costa Dias fez parte da expedição. Deputado Dr. Paiva Gomes: Ouviu ao irmão, que fez parte do Corpo Expedicionario do Comando do General Pereira d'Eça, referir as barbaridades praticadas. Deputado Moraes Rosa. Sabe por ouvir dizer que os officiais do Serviço do Estado Maior que faziam parte da coluna do comando do General Pereira d'Eça se transportavam em automoveis sortidos com garrafas de aguas minerais e que até tomavam banho em aguas minerais. As praças e restantes officiais da coluna incluindo os doentes bebiam agua das póças.- Idem Tenente-coronel Eduardo Valadas. Comandante da Escola de Equitação: Ouviu dizer o mesmo a officiais da coluna.-----

Esta conforme

O Deputado, 1.º Secretário,

António Maria Baptista

Luiz Garcia

Luiz Garcia

5/6

COPIA.-Até a missão de Chipelongo nada vi que mereça especial atenção. Aí vi um espectáculo que me desagradou. Mais de uma dúzia de pretos enforcados e pendurados nas arvores e em muito mau estado. Estes pretos foram enforcados antes da nossa chegada. Depois seguimos até ao Humbe e aí estacionamos algum tempo. Aí tive ocasião de ver coisas de difícil descrição: Pretos e pretas de todas as idades aqui e ali, não longe uns dos outros estavam semi-nús e quasi todos em mau estado. Isto em numero de algumas dezenas, mortos pelas nossas forças isoladamente, sem que pinguem soffresse o mais leve incomodo por tais feitos. No Humbe por varios motivos começaram a ser ordenadas as execuções por enforcamento no Imbóndeiro, designado pelo Fatal, as quais eram sempre em numero superior a 5, diariamente. Em virtude da grande quantidade de mortos não era possível aproximarmos da arvore das execuções, tal era o cheiro, e o horror do espectáculo. Seguimos depois alem Cunene em direcção ao Cuanhama. Os primeiros dias foram socegados, mas depois começamos a ter encontros com pretos isolados, que se entregavam voluntariamente, e que depois de reconhecidos, eram entregues a soldados a cavallo, que munidos de arames os enlaçavam pelo pescoço dos pretos e os traziam ao trote para a retaguarda, isto desnecessario será dizer, que originava quedas em que o prezo era arrastado. Chagamos a Mongua, onde se deram os primeiros combates e então aí os casos impressionantes foram tantos que só uma memoria de ferro os poderia descrever a todos. Cito alguns que me recordam, e dos mais crueis foram de certo aquelles que mandados praticar pelo Quartel-General no sitio onde está situado o forte Damião Dias. Familias inteiras de pretos vinham entregar-se, as mulheres com as crianças eram mandadas retirar sem garantia de segurança para as suas cuñatas, isto na direcção do inimigo, por consequencia, estas vendo-as matavam-nas. Isto succedeu a familias bastante numerosas. Os homens ficavam presos esperando a sua vez ao enforcamento, depois de submetidos a varias interrogatorios. Ou porque não

Documentos enviados para a Mesa pelo Sr. Presidente do Ministério D. Aguiar Costa:

Cópia

N.º. 134762/16/T

Exmo. Snr.,

Portugal
Foreign Office

15 de Julho de 1916

O Governo de S. M. como V. Exa. sabe tem estado ultimamente em comunicação com o Governo Portuguez com relação á questão do aproveitamento d'aquelles navios inimigos requisitados pelo Governo Portuguez que não sejam necessarios para o commercio de Portugal, e está convencido que o Governo Portuguez concorda com o seu ponto de vista de que estes navios devem ser utilizados immediatamente e da forma que melhor possa servir os interesses das nações alliadas .

N'esta orientação e na ideia de regular este assumpto sobre uma base satisfactoria, o Governo de S. M. estudou cuidadosamente as condições de um accordo a que podiam chegar os dois governos, e tenho portanto a honra de submeter a V. Exa., para serem apresentadas ao Governo Portuguez, as propostas seguintes :

- 1.º. - Uma Comissão especial será nomeada pelo Governo Portuguez em Lisboa á qual serão entregues pelo mesmo todos os navios inimigos á medida que, e logo que, as reparações estiverem terminadas .
- 2.º. - O Governo Portuguez determinará o mais breve possivel quaes d'estes navios serão conservados para o serviço de Portugal .
- 3.º. - Dos navios remanescentes, aquelles que forem aproveitaveis, serão afretados em "Time charter" por uma firma armadora Britanica que actuará por parte do Governo Britanico .
- 4.º. - Á medida que cada navio fôr entregue a esta firma armadora Britanica em "Time charter", uma quantia de £ 4. 5. 6 por tonellada bruta será paga á Comissão Portugueza como afretamento antecipado .
- 5.º. - O aluguer a pagar pela Companhia armadora Britanica á Comissão Portugueza, será á razão de £ 0.14. 3 por tonellada bruta por mez. Todas as despesas de exploração dos navios, incluindo seguros, serão a cargo da firma armadora Britanica .
- 6.º. - A firma armadora Britanica será obrigada a segurar cada navio que lhe seja "Time chartered" por um valor de £ 20 por tonellada bruta. A Comissão Portugueza terá plena liberdade de segurar os navios por qualquer valor maior, sendo os encargos á custa da referida Comissão .

72. - Se os afretadores acharem impraticavel, em virtude das circumstancias provenientes da guerra, o cumprirem com as determinações da Legislação Maritima Portugueza quanto ás tripulações, poderão dirigir-se á Auctoridade competente Portugueza afim de obter auctorisação para contractar aquelles officiaes ou tripulantes de nacionalidade não portugueza que sejam necessarios para a conducção dos navios .

82. - O afretamento será em todos os casos pelo tempo da guerra e até seis mezes depois de terminada esta .

92. - A escala de soldadas a pagar pelos afretadores aos officiaes e tripulantes serão as das tabellas correntes nos portos Britanicos .

102.- Se qualquer navio se perder antes do afretamento adiantado ter sido vencido, far-se-ha um extorno prorata, proporcional ao tempo, aos afretadores pela Commissão ou será essa importancia deduzida de qualquer valor de seguro a pagar pelos afretadores á Commissão .

O Governo de S. M. está convencido que as propostas precedentes serão julgadas aceitaveis pelo Governo Portuguez e n'este caso muito estimaria que V. tivesse a bondade de me confirmar officialmente essa accettazione por uma nota correspondente, a qual, recapitulando as propostas, serviria para fixar o accordo a que chegarão os nossos respectivos Governos sobre o assumpto .

Tenho a honra de ser etc.

(a) Crewe

Está conforme - Legação Portugueza em Londres em 16 de Julho de 1916 .

(a) I. A. Bianchi .

COPIA

FOREIGN OFFICE

JULY 18TH. 1916

No 134762/16/T

Sir:-

His Majesty's Government have, as you are aware, recently been in communication with the Portuguese Government with regard to the question of the utilization of such of the enemy vessels which have been requisitioned by the Portuguese Government as may not be required for use in the trade of Portugal, and they feel convinced that the Portuguese Government share their view that these vessels should be brought into immediate use in such manner as would best serve the interests of the Allied Nations.

With this object, and with a view of regulating the matter on a satisfactory basis, His Majesty's Government have carefully considered the terms of an arrangement which might be come to between the two Governments, and I have now the honour to submit the following proposals for the approval of the Portuguese Government:-

1. A special Board will be appointed by the Portuguese Government in Lisbon, and the Portuguese Government will hand over to this Board all the enemy ships as and when the repairs are completed.
2. The Portuguese Government will determine as soon as possible which of the ships are to be retained for the service of Portugal.
3. Such of the remaining ships as are suitable will be taken on time charter by a British shipping firm acting on behalf of the British Government.
4. As each ship is delivered to this British shipping firm on time charter, a sum of L. 4.5.6. per gross ton will be paid to the Portuguese Board as advance freight.
5. The hire to be paid by the British shipping company to the Portuguese Board will be at the rate of 14s. 3d. per gross ton per month. All expenses of running the ships including the insurance, will be borne by the British shipping firm.
6. The British shipping firm shall be bound to insure each ship which is time chartered to them for a value of L. 20. per ton gross. The Portuguese Board will be at liberty to insure the vessels for any further value that may be desired at their own expense.
7. If the charterers should find it impracticable, owing to war conditions, to comply with the general provisions of the Portuguese Navigation Law as to the personnel of crews, they may apply to the proper officer of the Portuguese Government for authority to engage such officers and seamen of nationality other than Portuguese as may be required for the proper navigation of the vessels.

Received
86

8. The charter shall in each case be for the period of the war and six months afterwards.

9. The rates of wages to be paid by the charterers to the officers and crew will be the current British rates.

10. If a ship should be lost before the advance freight has been worked out a pro rata return in proportion to the time shall be made to the charterers by the Board or deducted from any insurance money payable by the charterers to the Board.

His Majesty's Government trust that the foregoing proposals will prove acceptable to the Portuguese Government, and in this event I should be much obliged if you would be good enough to confirm me officially by means of a corresponding note, which, in recapitulating the proposals, would thus serve to place upon record the understanding arrived at between our respective Governments in the Matter.

I have the honour etc,

(signed) CREWE

Está conforme. Legação de Portugal em Londres, em
15 de Julho de 1916. (a) J.A. BIANCHI

Doc. n.º 3
M. Coy

Tradução: Legação Portuguesa
Londres, 18 de julho de 1916.

Ex.^{ma} Senhor Eduardo Grey, Bart., K. G.,
M. P.

Tenho a honra de accusar a recepção da nota (n.º 134762/16/T.), datada de 15 de corrente e pela qual V. Ex.^a teve a bondade de submeter á acceitação do Governo Portuguez algumas notas explanatorias das propostas feitas pelo Governo de S. Magestade para utilisacao da parte dos navios inimigos requisitados pelo governo Portuguez, não necessaria ao commercio de Portugal.

Fui agora informado, e tenho a honra de communicar, que o meu Governo inteiramente concorda com as alludidas notas, cujo teor é como segue:

"Com referencia ao § 2.º das propostas fica intellido que o Governo Portuguez retira para o serviço de Portugal 20% da tonelagem total requisitada, e informará o Governo Britanico, tão brevemente quanto possível, dos nomes dos navios separados para esse fim.

Fica intellido que a expressão "officiaes" usada nos §§ 7.º e 9.º das propostas include "Capitães", e que quando os afretadores verificarem a impraticabilidade do cumprimento das disposições do acto portuguez de Navegação e pecam a dispensa desse cumprimento, tal dispensa será concedida.

Conforme o alvitre de V. Ex.^a, estas notas explanatorias serão consideradas interpretação legitima do ajuste, e a presente nota, juntamente com a de V. Ex.^a de 15 de corrente (n.º 134762/16) servirá como instrumento do accordo a que chegaram os nossos respectivos Governos sobre o assunto.

Tenho a honra de ser, com a maior
Consideração,

De V. Ex.^a etc.

(s) M. Teixeira Gomes

Final

Proposta

87

Propozicoes:

1.º Que se de conhecimento á Camara dos deputados de documentos ou documentos em que a Inglaterra pediu o reconhecimento a Portugal, bem como de documentos ou documentos em que o governo portuguez respondeu a esse pedido.

2.º Que se de conhecimento á mesma Camara de todos os documentos, bem exclusão do primeiro, nos quaes entre os governos portuguez e ingles se supozia a mesma entrada na guerra em 1914.

3.º Que o governo declare expressamente se sim ou não iniciou activamente trabalhos para a realisacao de um empréstimo de dois milhões e quinhentas mil libras.

4.º Que se diga quem foi o ministro responsavel pelo telegrama ou telegramas que levaram ás novas tropas, que operavam em Africa, communicadas ou ordem para procederem como soldados d'uma nação neutra, e que contra elle se proceda conforme as leis e a honra nacional iniciam.

5.º Que se indique, dentre os varios diplomatas que representam autorisacoes parlamentares ao governo, qual aquelle que dá facultades ao poder executivo ou a algum dos seus membros, para concluir um accordo com a Franca, em vista de a qual podem ser enviadas

Não havendo mais nenhum Sr. deputado inculpado, o Sr. presidente declarou encerrado o trabalho da sessão secreta e mandou ler a acta.

Commencada a leitura, interrompeu-se a sessão secreta ás 14^h 53^m, por ter de realisar-se ás 15^h sessão publica. No dia 31 de julho ás 13^h 40^m, foi reaberta a sessão, e o Sr. presidente mandou enumerar a leitura da acta.

Durante a leitura da acta o Sr. Marquez de Carvalho mandou passar a mesa a seguinte declaração de voto:

Declaro que votei contra a admissão da Pecaça do Sr. Catumbos e Mendes, apresentada na sessão do dia 20, por entender que o inculpado devia a ser parlamentar e por essa razão, a' falta da sua apresentação, não correspondendo, nos termos em que está redigida, a' verdade rigorosa do facto.

Luiz de Magalhães-Carvalho

Leida a acta foi approvada sem discussão estando presentes sessenta e cinco deputados. E em 2.^o secretaria, seu tempo declarou-se que os papéis colhidos e que fazem parte integrante desta acta, são os extractos fornecidos pelo proprio gradue. E em 3.^o secretaria o Sr. Braz a rubricou e o Sr. Presidente mandou que rubricassem todos os papéis, e o Sr. 2.^o secretaria

Luiz de Magalhães-Carvalho

Sebastião Braz
2.^o secretaria